



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL E INSTITUCIONAL

EDLAMAR DE JESUS FRANÇA

TRABALHO SOCIAL: um território em transe

Porto Alegre

2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL E INSTITUCIONAL

EDLAMAR DE JESUS FRANÇA

TRABALHO SOCIAL: um território em transe

Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Profa Dra. Fernanda Spanier Amador

Porto Alegre

2018

EDLAMAR DE JESUS FRANÇA

TRABALHO SOCIAL: um território em transe

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia Social e Institucional.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Fernanda Spanier Amador (Presidente – Orientadora)
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Prof^ª. Dr^ª. Rosane Azevedo Neves da Silva
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Prof. Dr. Fábio Hebert
Universidade Federal do Espírito Santo – UFES

Prof. Dr. Samir Perez Mortada
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia _ IFBA

SUMÁRIO

UM TERRITÓRIO EXISTENCIAL BROTADO DE PESSOINHAS	5
1. TRABALHO SOCIAL: um território em transe	7
2. TRABALHO SOCIAL COMO EFEITO E PRODUTOR DO SOCIAL	15
2.1 O TRABALHO SOCIAL DA PSICOLOGIA: algumas configurações	30
2.2 A CONFIGURAÇÃO DO TRABALHO SOCIAL NO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO MACIÇA	32
2.3 A CONFIGURAÇÃO DO TRABALHO SOCIAL NUMA ATUAÇÃO CRÍTICO-POLÍTICA	40
2.4 A CONFIGURAÇÃO DO TRABALHO SOCIAL NOS ANOS DE DITADURA CIVIL-MILITAR	41
2.5 A CONFIGURAÇÃO DO TRABALHO SOCIAL NUM CONTEXTO DE REDEMOCRATIZAÇÃO DO PAÍS E DE POLÍTICAS PÚBLICAS	48
3. ELDORADO É O BRASIL: Trabalho social num contexto Neoliberal	57
3.1 O TRABALHO SOCIAL ESTÁ ASSIM Ó...	59
4 TRABALHO SOCIAL NO TERRITÓRIO EMPRESA DE SI	62
4.1 PROBLEMÁTICAS DE UM TRABALHO SOCIAL	67
4.1.1 EMPRESARIZAÇÃO DO TRABALHO SOCIAL	67
4.1.2 EVANGELIZAÇÃO DO TRABALHO SOCIAL	70
4.1.3 UNIVERSITARIZAÇÃO DO TRABALHO SOCIAL	74
5. TRABALHO SOCIAL COMO UM TERRITÓRIO EXISTENCIAL	80
5.1 A PRODUÇÃO DA PESQUISA NUM TERRITÓRIO COMPARTILHADO	88
6. TRABALHO SOCIAL: um território de compartilhamentos	93
6.1 CONVERSANDO COM MÁRIO	97
6.2 CONVERSANDO COM ANGELO	108
6.3 CONVERSANDO COM ROBERTO	119
6.4 CONVERSANDO COM MARA	128
7 CONSIDERAÇÕES PARA CONTINUAR PROBLEMATIZANDO	139
REFERÊNCIAS	142

GRATIDÃO

À Ieda Maria de Jesus, minha mãe, pelo seu amor, por me incentivar a buscar caminhos que me realizem, por ter sempre dito para seguir adiante apesar de tudo.

Ao Maurício, meu companheiro, pelo amor que construímos, por mostrar que lealdade e confiança não se quebram com a distância geográfica, por ter sido o primeiro a me encorajar nesta viagem ao território mestrado.

À Juliane Farina por ter me acolhido, escutado, entendido e criado junto comigo um espaço de auto-cuidado tão necessário diante das turbulências que esta viagem me colocou. Sim, é uma diáspora.

Ao Gilberto Daielo pela amizade que rooompe com todas as fronteiras: territorial, cultural, geracional, temporal, humorale tantos al porque é mesmo fora da casinha. Sim, meu amigo, nosso encontro também foi espiritual.

Aos meus colegas de turma e de Instituto, pelos bons encontros e acolhimento, por compartilharmos espaços de luta nas ruas de Porto Alegre e na Ocupação da Psico, por interferirmos na nossa dinâmica institucional e instituir as cotas para negros, indígenas, pessoas Trans e pessoas com deficiência.

Aos professores e professoras do PPGPSI por terem “explicado para me confundir e terem me confundido para esclarecer”, em especial, minha orientadora Fernanda Amador.

Especialmente a vocês: Jessica, Mari, Dani, Tiago, Camila e Lúcia pela sensibilidade, presteza, interlocução, apoio, carinho, risadas, pela amizade que nasce entre nós e por criarmos um espaço em que vibramos juntos, acreditando no mundo e confabulando um amanhã melhor.

À Júlia Dutra pelos bons encontros, pelas boas conversas e por ter me apresentado Achile Mbembe, num momento em que buscava, na literatura acadêmica, interlocutores negros para conversar.

Às amigas Carla Akotirene e Aline Matheus pela amizade, pelo afeto, pelo cuidado e pelas palavras ditas no momento certo em que eu precisava ouvir na feitura deste trabalho.

Aos mais que colegas no trabalho social da Psicologia, companheiros de trincheiras e prosas Luana, Tiago, Djean e Pablo, pela contribuição ímpar neste trajeto-escrito.

Ao CRP-03, em especial a Comissão de Direitos Humanos e o Grupo de Trabalho Psicologia e Relações Raciais por terem acolhido e acreditado nesta pesquisa, por compartilharmos a ideia de que mesmo diante do horror e sentindo-o na pele, seguiremos trabalhando por uma Psicologia menos preconceituosa, menos racista, sexista e classista, certos de que o amor à vida é a potência que nos anima e inventa mundos.

Aos membros da banca profa. Rosane Neves da Silva, profes. Fábio Hebert e Samir Perez Mortada pelas valiosas contribuições e por terem acompanhado este trajeto-escrito.

Axé!

RESUMO

Este artigo resulta de uma pesquisa de mestrado realizada no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGPSI/UFRGS), cujo tema é o trabalho social realizado por psicólogas e psicólogos no atual contexto neoliberal. A pesquisa coloca o seguinte problema: Como psicólogos e psicólogas sociais em Salvador-BA estão lidando com as problemáticas do seu trabalho no atual contexto neoliberal? Como elas/eles estão produzindo estratégias de resistência no trabalho social que realizam neste contexto? Como objetivos buscou-se através das análises desnaturalizar o trabalho social da psicologia; tomar o trabalho social como ponto de estranhamento preche de questões que se abrem no percurso analítico, juntamente com psicólogos e psicólogas sociais participantes desta pesquisa; analisar as configurações deste trabalho no contexto neoliberal, garimpando, de modo especial, as possibilidades de resistência que racham a captura desse trabalho. Metodologicamente, incursionamos uma análise de implicação em que a problematização do trabalho social, numa experiência compartilhada com outros profissionais da psicologia, apresentou as seguintes proposições de análise do trabalho social para continuarmos problematizando-o: *correr riscos; parar e provocar uma resposta* em meio à lógica empresarial e; *descolonizar o pensamento*.

PALAVRAS-CHAVE: Psicologia social, trabalho social, análise de implicação.

Muitos têm habilidade com as palavras. Denominam-se visionários, mas não vêem. Muitos têm o dom da língua, mas nada para dizer. Não os escutem.

Muitos que têm palavras e língua, não têm ouvidos. Não podem ouvir e não saberão.

Não há necessidade de que as palavras infestem nossas mentes. Elas germinam na boca aberta de uma criança descalça no meio das massas inquietas. Elas murcham nas torres de marfim e nas salas de aula.

Joguem fora a abstração e o aprendizado acadêmico, as regras, o mapa e o compasso. Sintam seu caminho sem anteparos. Para alcançar mais pessoas, deve-se evocar as realidades pessoais e sociais — não através da retórica, mas com sangue, pus e suor.

Escrevam com seus olhos como pintoras, com seus ouvidos como músicas, com seus pés como dançarinas...

Escrevam com suas línguas de fogo. Não deixem que a caneta lhes afugente de vocês mesmas. Não deixem a tinta coagular em suas canetas. Não deixem o censor apagar as centelhas, nem mordanças abafar suas vozes. Ponham suas tripas no papel.

Não estamos reconciliadas com o opressor que afia seu grito em nosso pesar. Não estamos reconciliadas...

Desenterrem a voz que está soterrada em vocês. Não a falsifiquem, não tentem vendê-la por alguns aplausos ou para terem seus nomes impressos.

*Com amor,
Gloria*

(Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo, Glória Anzaldúa, 2000)

UM TERRITÓRIO EXISTENCIAL BROTADO DE PESSOINHAS

Esse homem, ou mulher, está grávido de muita gente. Gente que sai por seus poros... o narrador, o que conta a memória coletiva, está todo brotado de pessoinhas.

(Eduardo Galeano, O livro dos abraços)

Meus respeitos às pessoas mais velhas, mais experientes, aos *Griô's*. Aquelas e aqueles que nós aprendemos a perceber que os passos vêm de longe, da ancestralidade marcada nos corpos, na subjetividade. E que suas incessantes buscas pela liberdade marcam a nossa história quase invisível. Digo quase porque é uma luta diária visibilizar as violências pelas quais passamos, as nossas riquezas culturais, contribuições para a história e para o desenvolvimento da produção econômica no mundo, das invenções científicas jamais reconhecidas, dos antepassados que assumiram a liderança de movimentos insurgentes, personalidades que queremos como referências positivas que elevam nossa auto-estima diante dos estragos históricos, da hecatombe maldita cujos efeitos recaem sobre nossos corpos, nossas peles de cor.

Falo disso por reconhecer a necessidade de movimentos de resistência e potência como, por exemplo, os movimentos negros e feministas. Por causa deles que deram continuidade a essa caminhada ancestral, que caminharam outros passos, eu mulher negra, psicóloga, latino-americana, brasileira, nordestina, baiana de origem pobre me reconheço em tantas outras coisas que quero e posso ser e reivindico a minha existência que é singular e que hoje se move para quebrar os grilhões da mente, do pensamento, da fala, dos afetos, das relações aprisionadoras. Um corpo rodante e caminhante que se move para a transformação.

Tenho que me haver com minha existência neste mundo e isso passa por exercícios de liberdades que me autorizo, sempre tensos, sempre na corda bamba. Aprendendo a descolonizar o pensamento e as ações por realizar. Olhando para o espelho e me dizendo: não venha me colocar etiquetas, rótulos, códigos de barra, prescrições de vida, manuais de existência, cartilhas de luta, doutrinação político, racionalização dos meus desejos e querereres. Isto por entender que o capitalismo e colonialismo se apropriam das nossas produções transformando-as em outras coisas e que sou subjetivada tanto por elas quanto pelas que produzimos como resistência. E mesmo querendo ser outra, sei que em algum momento serei capturada por tudo isso.

Há coisas que trabalham em nós. Mesmo que não percebamos, elas trabalham. Por isto, sinto que é necessário tratarmos de feridas que não cicatrizaram, de encarar os fantasmas da nossa história que nos rondam, que se atualizam e continuam a nos aprisionar nas suas teias. Os efeitos da escravidão que vivemos outrora ainda fazem morada nos caminhos da nossa história e atinge a todos nós em diversas dimensões e de modos diferentes. São dimensões amalgamadas que merecem atenção e esforço de pensamento por todos que lutam por mundos possíveis.

Considero que não é uma tarefa fácil e de um grupo (as pessoas negras) e sim de todas as pessoas. Para isso, é preciso que a gente se descole um pouco, se desloque mais, permita aproximações e façamos composições. Porque não deixaremos de existir com nossas diferenças, coabitaremos este mundo e precisaremos inventar um modo de fazer isto, diferentemente do que já foi feito. Acredito que sem isto, continuaremos a falar de nossas chagas, do que nos consome e atordoia sempre entre grupos muito particulares e familiares, sempre nos nossos territórios delimitados.

É preciso esforço de pensamento para isto sim, como também esforço nos nossos modos de agir para sermos diferentes do que já fomos e somos. E isto quer dizer TRABALHO. Onde quer que estejamos, qualquer que seja a função que desempenhamos, estaremos implicados com as instituições que nos constituíram e constituem, com a nossa herança histórica. E como psicóloga social negra, sobretudo realizando meu trabalho em diferentes espaços, me vi diante dessa tarefa muitas vezes. E lembro-me da busca angustiada por respostas a tantas perguntas.

As inquietações no trabalho social me impeliram a buscar um espaço para discutir tantas coisas que não caberiam nesta escrita. Estava cheia destas coisas que trazem também a memória de pessoas com as quais estive e sou afetada. Que coisas são essas? O trabalho social que eu realizava, as relações de trabalho, a urgência da vida nas comunidades periféricas, a morte no cotidiano dessas comunidades (Quem morre? Eu também sentia que morria um pouco), a organização comunitária capturada por partidos e designações religiosas, o empreendedorismo na boca do povo, os movimentos de luta, a política no país, o esfacelamento das políticas públicas e o sentimento de que algo deveria ser feito, só não sabia o quê.

As conversas com amigos e amigas nem sempre davam conta de esvaziar o que acontecia por dentro. Sentia mesmo que estas coisas demandavam um pensar sobre elas, uma mínima organização desse caos nas ideias para repensar que trabalho era este que precisava fazer nos tempos de agora. E eu só queria conversar sobre todas essas coisas que sentia e percebia e que

era tão comum para todo mundo que eu encontrava. Então, registrar algumas perguntas e tentar analisá-las pareceu uma possibilidade, que também se juntava a tantas outras coisas próprias deste tempo (que parece uma entidade a rondar as nossas existências), como a necessidade de trabalhar, saber lidar com a configuração do trabalho hoje, perceber o que o trabalho social exige de nós hoje.

As análises que compartilho aqui foram feitas com a participação carnal e virtual de muitas pessoinhas queridas da Bahia e também de algumas pessoinhas queridas que encontrei no Rio Grande do Sul. Por fazerem parte deste território existencial, elas são co-autoras deste trajeto-escrito. Daqui por diante utilizarei o NÓS, por entender a dimensão coletiva que me constitui e constitui o campo desta pesquisa.

1. TRABALHO SOCIAL: um território em transe¹

Esta pesquisa é realizada na cidade de Salvador-Bahia. Um cenário² onde o trabalho social de psicólogas sociais negras³ poderia ser descrito assim: a jornada de trabalho começa à espera de ônibus, geralmente lotado. Em meio aos passageiros, vendedores ambulantes, trabalhadores informais que tentam vender seus produtos parecendo comercial de rádio, quase sempre com

1

Parafrazeamos o nome do filme “Terra em Transe” de Glauber Rocha, cineasta baiano, por encontrarmos nele uma ligação muito forte com o que vivemos. O filme escancara o jogo político de um país com muitos problemas sociais, governantes corruptos no poder, cidadãos confusos com o jogo político sendo enganados facilmente por quem produz notícias principalmente falsas, a aparição de diversos grupos político-ideológicos, aposta em candidatos populistas, ultraconservadorismo e assassinatos políticos como os de Marielle Franco no Rio de Janeiro em 14 de março de 2018 e o de Mestre Moa do Katendê em 7 de outubro de 2018. O filme apresenta um cenário muito parecido com o que vivemos. E “Transe” por significar estado alterado, crise. Crise política, econômica, de valores, alteração nos modos de ver o mundo e viver nele. E conseqüentemente alteração no mundo do trabalho, em particular no trabalho social. Vimos também que para um exercício problemático como análise de implicação, experimentamos uma espécie de transe, de alteração que se dá gradualmente enquanto pensamos e vivemos. Como diria Lourau “tem qualquer coisa que flerta com a loucura” (Lourau, 1993, p. 19).

² Só foi possível apresentar este cenário porque fundimos as nossas vivências com o trabalho social com as de nossos colegas, principalmente com aqueles que co-participaram deste trajeto-escrito.

³ A maioria de profissionais da Psicologia é composta por mulheres. Aqui nos posicionamos enquanto psicóloga negra por entendermos a necessidade de marcarmos o lugar de fala nas nossas produções. O lugar de fala se insere na discussão sobre interseccionalidade e no pensamento decolonial como um modo de restituir a humanidade que nos foi negada, por uma produção social que demarca a classificação racial, o gênero e a sexualidade. Campo que vem problematizando a relação hierarquizada entre saberes, imposta por uma epistemologia que se quer universal e que deslegitima outras matrizes de conhecimento, valorizando o modelo de ciência branco, europeu, cristão e patriarcal (Ribeiro, 2017). Este posicionamento decorre também das provocações e contribuições do campo, sobretudo de estudantes negros e negros na Ocupação do Instituto de Psicologia da UFRGS, do CRP-03 e demais colegas que se dedicam ao estudo da temática racial na Bahia e no Rio Grande do Sul.

alguma graça. Alguns deles aproveitam o expediente para pregar “a mensagem do senhor” do início ao fim do trajeto, num tom tão inflamado que até parece implodir.

O bairro é de periferia, bairro quase vermelho dos blocos não revestidos das casas. Algumas casas coloridas, azulejadas, puxadinhos que abrigam famílias extensas, casinhas charmosas com pequenos jardins. Colégios gradeados, crianças tolhidas por salas pequenas das escolinhas e creches improvisadas. Pequenos salões de beleza entram na moda do “design de unhas”, “escova progressiva” e “faz-se sobrancelha com hena”. Uma loja oferece empréstimos. *Outdoors* com propagandas de faculdades particulares a preços irresistíveis, promoções e facilidades como PROUNI e FIES. Uma sequência esquisita de igrejas evangélicas, bares, farmácias e algumas funerárias.

Zum zum zum do último acontecimento, alguém foi morto inocentemente pela polícia, o que explicaria o bloqueio da pista com pneus queimados no dia anterior. A morte é algo tão presente no cotidiano, sobretudo de jovens negros. Pessoas refazem seu trajeto para não transitarem em território proibido, o tráfico mudou a geografia do lugar e também as relações.

Se trata de uma população majoritariamente negra, muitos ainda com baixa escolaridade. Apesar de alguns terem carteira assinada, entrado na faculdade, terminado a casa e financiado um carro, uma grande parte ainda recebe menos que um salário mínimo, o trabalho é informal, faz bico e diária. Nem mesmo “as consultoras de beleza” da Avon, Jequití e Hinode deixam de ser beneficiárias do Bolsa Família e se preocupam com a possibilidade de, com o Programa Minha Casa Minha Vida, irem morar em um lugar muito afastado de onde ganham seu sustento e sem nenhuma estrutura que dê conta das necessidades cotidianas como mercadinhos, escolas, postos de saúde, transporte coletivo e segurança.

Ainda em relação às mulheres, percebemos um alto índice de violência doméstica e de gênero de diversos tipos. Muitas mulheres, em sua maioria negra, não conseguem identificar como violência o que vivem e nos seus relatos isto aparece como algo naturalizado. A maioria está envolvida em trabalho informal, mal remunerado, tarefas repetitivas, pouco estimulantes e desvalorizadas socialmente. Por exemplo, trabalho doméstico, cuidados com os filhos, idosos e parentes doentes. Algumas possuem cadastro de microempreendedoras individuais e montaram um pequeno comércio de vendas de lanches ou artesanatos.

Música de todo tipo e a gospel em todos os ritmos. Alguns poucos equipamentos públicos de saúde, cultura, lazer, educação e assistência social. Coletivos engajados fazem um trabalho de resistência. Organizações sociais conveniadas ou não com o estado ou o município, fazem parte da rede frágil do território. Às vezes, parece haver uma disputa pelos usuários porque não tem somente os serviços públicos como de assistência social e saúde, mas também os projetos sociais realizados pelas igrejas e pelas ONG's. Estas recebem verbas através de editais para realizarem seus projetos e precisam do público. Os serviços públicos só têm seu funcionamento justificado se produz uma demanda a ser atendida. Esta situação parece dificultar o diálogo entre estes equipamentos do território e os usuários, que por sua vez tem suas demandas próprias.

Em alguns projetos sociais o tema empreendedorismo é trabalhado em oficinas formativas para a geração de trabalho e renda. Há vários modos de se abordar esta questão no trabalho social, um deles é quando o empreendedorismo está articulado a uma economia solidária⁴, por exemplo. Mas, o que destacamos aqui é um outro modo, em que o empreendedorismo aparece como interesse de agências financiadoras para a formação de pessoas e venda de produtos e serviços de tais agências.

Uma espécie de vinculação do financiamento dos projetos sociais a uma contrapartida que mais parece vender um valor, um produto, um serviço da agencia financiadora. De modo que o próprio projeto social seja um ativador da idéia de empreendedorismo conectada ao neoliberalismo, ao estado mínimo.

Um exemplo disso são as oficinas de educação financeira que as agências financiadoras realizam nos projetos sociais, como contrapartida dos projetos. Nestas oficinas, junto com a idéia de necessidade de planejamento das finanças para melhor uso do dinheiro com os gastos do dia a dia, vem também a venda de valores neoliberais, produtos e serviços que ajudem a equilibrar as contas e quitar as dívidas, atrelando desejos e necessidades a um tipo de serviço ou produto a ser consumido, a ser contratado para a resolução de problemas, por exemplo.

⁴ A Economia Solidária é um modo de produção que conjuga a forma industrial de produção com a organização comunitária da vida social. Um modo de produção que pressupõe solidariedade e participação democrática de todos na economia tendo como princípios a cooperatividade, a propriedade coletiva, liberdade individual e autogestão. Um modo de produção que nasce no seio da economia capitalista, mas que diverge de sua lógica. Não prescinde totalmente do apoio do Estado e de fundos públicos. Mas, forja-se em movimentos auto-emancipatórios de comunidades, não só as mais pobres e vulneráveis, no sentido de criarem outros modos de produção solidária que dinamizem a economia e a vida comunitária, superando as tensões e angústias que a competição de todos contra todos provoca (Singer, 2002).

O empreendedorismo aparece também como um canal formativo que possibilita o cadastro de microempreendedores individuais⁵, reforçando uma política de geração de trabalho e renda adotada em governos anteriores. Porém, esta estratégia tem sido utilizada indiscriminadamente na contratação de trabalhadores sociais, uma vez que reduz-se os custos com mão de obra e desobriga legalmente os contratantes de pagamentos de impostos que incidem sobre os serviços prestados e garantem os direitos de trabalhadores. O que para nós, conforme Dardot e Laval (2016), quer dizer:

Da mesma forma que a filantropia do século XVIII acompanhava a implantação das novas tecnologias de poder com uma música suave, os propósitos humanistas e hedonistas da gestão moderna dos homens acompanham a implantação de técnicas que visam a produzir formas mais eficazes de sujeição. Estas, por mais novas que sejam, têm a marca da mais inflexível e mais clássica das violências sociais típicas do capitalismo: a tendência a transformar o trabalhador em uma simples mercadoria (Dardot e Laval, 2016, p.328-329).

O que aconteceu com este trabalho social crítico e problematizador que se propõe a transformar a realidade? Parece-nos que estamos vivendo um outro arranjo do trabalho social, diferente daquele voltado para a efetivação de políticas sociais garantidoras de direitos e de reparação aos povos historicamente em desvantagem social, o qual consideramos como uma de suas problemáticas que é a empresarização deste trabalho, sustentada por um modo de subjetivação de empresa de si. Em relação a isto, faremos uma discussão mais adiante a partir das análises de Dardot e Laval (2016) e Mbembe (2016).

Um bairro de periferia, um território esquadrihado por partidos políticos, lideranças comunitárias, muitas delas cooptadas pelos mesmos e que parecem fazer trabalho de boca de urna antecipadamente. Fazem também a formação de grupos e coletivos que já estão atuando

⁵ O Microempreendedor Individual (MEI) é um modo de legalizar atividades informais de pessoas que trabalham por conta própria, trata-se de um instrumento jurídico de contribuição tributária abrangido pelo Simples Nacional (sistema simples de tributação de micro e pequenas empresas) ou a criação de um CNPJ para negócios de pequeno porte e prestação de serviços. O MEI não tem as mesmas obrigações de uma empresa constituída, mas lhe é cobrado um valor fixo através do Documento de Arrecadação Simplificada (DAS), contribuição obrigatória mensal que é uma simplificação de todos os impostos e taxas que incidem sobre sua atividade. Com isto o MEI tem alguns benefícios garantidos como acesso a linhas de financiamento e auxílio maternidade, por exemplo. Mas, o contribuinte não tem direito ao seguro desemprego, pode ter benefícios da assistência social suspensos, a aposentadoria é por idade e pode ser limitada a um salário mínimo. Conferir em: <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/>

nos territórios com projetos culturais e sociais, influenciando a mobilização comunitária e os trabalhos que acontecem ali. Terreiros de candomblé depredados, o que nos dá notícias da relação entre designações religiosas diferentes. Relações que também implicam no trabalho de psicólogas sociais, sobretudo quando tudo é explicado pela vontade de Deus, um “Deus que é próspero” e que escuta e fala através do pastor.

Percebemos a capilarização das forças evangélicas que parece estar em toda a parte, sobretudo na coordenação de alguns serviços. As igrejas parecem, também, ter substituído equipamentos públicos. É na igreja que as pessoas têm suas demandas atendidas com cesta básica, suporte espiritual, trabalhos temporários ou carteira assinada, porque tem sempre um irmão ou irmã que tem uma loja e contrata ou que pede pra fazer um serviço em sua casa. Situação que nos mostra uma certa economia circulante no território, quase uma economia paralela no país, a partir da igreja evangélica e isso vai implicar no trabalho social que realizamos também.

Apesar do cenário, as pessoas vão dando um jeito de dar conta das precariedades, sempre inventam um modo de se ajudarem. Os mutirões e o cuidado com as crianças de outras pessoas e com os mais idosos são exemplos disso. Quando a revolta com o descaso aumenta queima-se pneus, bloqueia-se estradas, chama-se a atenção da mídia, por alguns momentos todo mundo se junta. A vida segue em meio às turbulências cotidianas e já conhecidas.

O trabalho de psicólogas e psicólogos sociais na esfera do trabalho social no atual contexto neoliberal constitui o tema desta pesquisa. O que está em discussão nessa dissertação é o trabalho social, um tema vasto que requer um recorte, devido a sua complexidade e diversas definições que assume. Estamos entendendo o trabalho social enquanto um conjunto de práticas e discursos que configuram o social em determinados momentos históricos e que disputam lugares de enunciação. Portanto, consideramos que há uma série de ações e projetos que compõem o campo do trabalho social, tanto por uma via crítica e problematizadora como por uma via reforçadora do capitalismo em seu arranjo neoliberal. E mais ainda, encontraremos estas forças em tensão e compondo uma mesma prática, em um mesmo projeto, por exemplo, numa atuação em políticas públicas. Portanto, nos referimos aqui ao trabalho social realizado por psicólogas e psicólogos que atuam no âmbito dos projetos sociais em organizações da sociedade civil como ONG's, OSCIPS conveniadas ou não com o estado e/ou município, e/ou trabalhadores

e operadores de políticas públicas em órgãos públicos como CRAS, CREAS, CAPS, unidades de saúde, projetos de extensão de instituições de ensino.

Assim, diante das complexidades do contexto em que estamos vivendo, esta pesquisa coloca o seu problema: Como psicólogos e psicólogas sociais em Salvador-BA estão lidando com as problemáticas do seu trabalho no atual contexto neoliberal? Como elas/eles estão produzindo estratégias de resistência no trabalho social que realizam neste contexto? Consideramos que as prescrições neoliberais, como o modo empresa de si, são mecanismos de homogeneização que produzem uma individualização do social. Nesse sentido, entre as resistências produzidas por estes profissionais têm surgido estratégias que quebram com as prescrições neoliberais ao trabalho social que fazem? Como isso aparece em suas falas e práticas?

Por outro lado, percebemos que será preciso desnaturalizar este trabalho social da psicologia. E nessa dissertação estamos entendendo por desnaturalizar a atitude de:

Suspeitar da naturalidade dos objetos, das relações, das formas de ser; estranhar o cotidiano e suas obviedades inquestionáveis; exercício crítico do olhar implicando deslocar do habitual e desfocar, duvidando daquilo que se vê, além de exercer a suspeita como atitude ética e postura política (Prado Filho, 2012, p.73).

E para isto será necessário tomar o trabalho social como ponto de estranhamento preñado de questões que se abrem no percurso analítico, juntamente com psicólogos e psicólogas sociais participantes desta pesquisa. Analisar as configurações deste trabalho no contexto neoliberal, garimpando, de modo especial, as possibilidades de resistência que racham a captura desse trabalho.

Esta pesquisa se situa no campo de conhecimento da Psicologia Social e Institucional, mais especificamente em estudos do Trabalho, Clínica e Subjetividade. Estes estudos, a partir de diferentes referenciais teóricos e metodológicos, interessam-se pela relação entre trabalho e subjetividade. Conectam-se pela direção ética e política, por entenderem o trabalho enquanto uma afirmação da vida em sua potência de criação, invenção e ampliação de possibilidades mais do que pelas suas relações objetivas e de funções. Conectam-se também pela atividade clínica que empreendem. Dentro desta gama de referenciais, encontramos em alguns conceitos da Análise

Institucional, como o de análise de implicação, inspiração para este trajeto-escrito que buscamos fazer atentas “à criação constante do mundo em que vivemos e de nós mesmos, de sua perturbação incessante, apesar de nossos constantes engessamentos dos modos de ação e ideias, quando se filiam ao eterno como imutável, transcendente, imóvel” (Cesar, Zamboni e Barros, 2016).

Neste sentido, o referencial teórico desta pesquisa ancora-se na perspectiva institucionalista e a partir de alguns autores que nos auxiliam na análise do trabalho social, experimentado por psicólogas e psicólogos sociais no atual contexto. Sendo assim, buscamos uma compreensão deste trabalho a partir da discussão que Silva (2005) faz em relação à psicologia social, enquanto uma produção que responde a uma questão do social na emergência da sociedade moderna. Sendo a Psicologia Social, portanto, um campo de conhecimentos resultante de uma certa configuração do próprio social, que valoriza um determinado conjunto de práticas com função normativa e reguladora. Constituído a partir de uma relação de forças num campo historicamente situado, produzido por diferentes práticas humanas e que não para de se transformar ao longo do tempo. Vista desta forma por Silva (2005), a psicologia social atua como um analisador que torna explícito o jogo de forças que dinamiza o desenvolvimento de teorizações diversas de uma individualização do social (entendendo analisador como dispositivo que serve para explicitar o jogo de forças atuantes em uma dada situação).

Nessa esteira, tomaremos trabalho social aqui como produção de diferentes práticas humanas reguladoras que estão em constante transformação, que assume diversos modos de acordo com as configurações do próprio social, com um determinado conjunto de práticas e suas condições de possibilidades em determinados momentos históricos (Zambenedetti e Silva, 2011; Silva, 2005). Portanto, trata-se de uma produção histórica, conectada com os arranjos da sociedade moderna e capitalista. A sua emergência respondeu a uma necessidade de conter a pobreza e populações marginalizadas produzidas por uma determinada sociedade (Silva, 2005). Contudo, na disputa entre diferentes linhas de força sofreu e continua sofrendo modificações, o que exige que tomemo-lo incessantemente como ponto de análise.

Tecemos nossas análises em relação ao neoliberalismo pela própria análise do trabalho social de psicólogas e psicólogos. Trouxemos as contribuições de Pierre Dardot e Christian Laval (2016) e Achille Mbembe (2017) presentes nas discussões que fazem em relação às modificações

atuais do neoliberalismo e colocam em questão o modo empresa de si, que parece ganhar força e azeitar ainda mais um modo de produção de subjetividade que potencializa as forças do capital.

Por outro lado, operamos metodologicamente pela análise de implicação que se dá em todo o processo da pesquisa. E fizemos este percurso acompanhadas pela noção de análise de implicação proposta por Lourau (1993, 2004). Assim, entendemos que analisar as nossas implicações é colocar em questão as posições que ocupamos nos diversos espaços de trabalho e correlações de forças, ou seja, as relações institucionais que estabelecemos, como também o sobretabalho de profissionais que reforçam o modo empresarizado do trabalho social. Isto, sem deixar de considerar que esta nova ordem neoliberal arquiteta a exploração máxima da subjetividade. Apostamos neste conceito, provindo da Análise Institucional, por esta afirmar-se como um plano de produção de práticas e saberes, ancorando-se na intensidade da problematização dos valores no corpo social e no fortalecimento de movimentos instituintes da vida (Cesar, Zamboni e Barros, 2016).

E é nesse momento das intensidades das experiências que a dissertação coloca, em que estamos abertos a muitos fluxos de pensamento, de relações com pessoas e lugares que é possível uma escrita de si e do mundo, em que percebemos problematizante. Justamente pela instabilidade, indefinição, estranhamento, aproximação para uma nova apreensão que se tece sempre na presença carnal ou virtual de outros em nossas vidas.

2. TRABALHO SOCIAL COMO EFEITO E PRODUTOR DO SOCIAL

A noção que trazíamos, ao iniciar o percurso desta pesquisa, de trabalho social na psicologia é aquela ligada à psicologia social comunitária que se desenvolveu num contexto de recessão e ditadura militar, e que engajou-se nas questões sociais promotoras de desigualdades, reinventou-se, politizou-se, instituiu seu compromisso ético-político e contribuiu com produções críticas e políticas na psicologia. Tributária do pensamento marxista esta vertente é uma referência de trabalho em psicologia social e, de um certo modo, na elaboração e efetivação de políticas públicas. Por tanto, o trabalho social ao qual nos remetíamos é aquele que se insere nas

discussões dessa psicologia, no campo das políticas públicas e projetos sociais, sobretudo voltados para populações marginalizadas, pobres e consideradas vulneráveis.

Nos demos conta de que tomávamos a história da psicologia social como algo dado pelas produções existentes neste campo, mesmo entendendo que a prática da psicologia crítica visa compreender os fenômenos sociais como construídos historicamente. Operávamos com as ferramentas dessa psicologia sem revisitar como é que ela entrou no trabalho social com populações pobres, pretas e marginalizadas, sem analisar mais detidamente quais foram as condições de emergência para o seu surgimento.

O encontro com leituras de textos institucionalistas, também considerados pós-estruturalistas, gerou em termos de problematização nesta pesquisa um conflito interno provocado pelo confronto entre pensamento dicotômico, dialético e perspectiva ético-estético-política no institucionalismo. Uma desterritorialização que passa por experimentar rever práticas de trabalho a partir da análise de nossas implicações, de como nos formamos, das posições de poder que ocupamos, dos efeitos que nossas práticas podem produzir nas vidas das pessoas que prestamos nossos serviços.

Foi nesse encontro que percebemos como a ideia de especialista atravessa o nosso pensamento. A implicação com a ciência e com “o especialista” nos impede, às vezes, de fazer questão a estes que no exercício profissional já foram tão naturalizados. Fomos instigadas a pensar o trabalho social por sua ativação mais do que por sua execução. Ou seja, fomos instigadas a pensar o trabalho social pelos seus arranjos e pelos problemas que compõem este campo.

Foi também neste encontro que nos defrontamos com a noção de identidade e entendemos que esta pode ser a representação de algo, mas também pode ser outras coisas que só acessaremos quando a colocamos em análise, não como algo fixo, mas algo que se move. O que nos fez pensar o quanto as operações do pensamento se dão muitas vezes por representação que tendem a fixar, enquadrar, rotular, fechar em um conceito já construído e reiterá-lo, em uma definição cristalizada impossibilitando a emergência daquilo que difere.

O exercício da análise nos fez ver a complexidade dos modos de subjetivação e das relações que produzimos. Embaralhou a visão binária do trabalho social que tínhamos muitas vezes expressa em termos como autoritário/democrático, crítico/não crítico, consciente/alienado, bom/ruim. Vimos que não estamos imunes aos processos de subjetivação

capitalista, de pensamento binário ou dicotômico, fundamentalista, autoritário e a tantos outros processos de subjetivação com os quais nos afinamos também, como cooperação, democracia, solidariedade e crítica. Nos forjamos em meio a muitos processos de subjetivação e um modo de resistir àqueles com os quais estabelecemos um enfrentamento é criando possibilidades de escapar a estes modos, inventando outras relações, outras práticas, outras ideias. Trabalho que se dá sem cessar. E nesse exercício analítico vimos a necessidade de lidar com o trabalho social na psicologia social de outro modo.

Fazer questões ao trabalho da psicologia social, tal como vinha entendendo este trabalho é também pôr em questão a constituição desse trabalho e como se modulam práticas nessa psicologia social. Analisar as instituições que nos constituem como especialistas a partir do conceito de análise de implicação, nos fez perceber o trabalho social de modo a desnaturalizar esta posição. Assim como, questionar a nossa própria visão em relação à história da Psicologia Social, que percebemos de um certo modo linear e presa a uma narrativa bastante conhecida da atuação em comunidades.

Nesse sentido, acessamos textos que tratam dessa história buscando vestígios do que produzimos no trabalho social, inclusive crítico, que de um certo modo vão afirmar uma Psicologia conectada com práticas individualizantes e reforçadoras do modo empresa de si. Enquanto profissionais desta área, buscamos levantar o que herdamos e reproduzimos em nossas práticas sem muitas vezes questionar o que as produziram e lhes deram sustentação.

Nesse movimento, revisitamos o conceito de trabalho e trabalho social de Marx, uma influência muito forte na Psicologia Social. Julgávamos que poderíamos compreender as problemáticas do trabalho social hoje a partir destas elaborações. Questionados a respeito de porque trazer essa referência na pesquisa, já que outra perspectiva epistemológica se anunciava, nos vimos diante do receio de operar com o pensamento dialético e nos fecharmos a qualquer outra possibilidade de leitura em relação ao trabalho social, uma vez que estamos intimamente implicados com as influências marxistas em nossas práticas. Não consideramos as contribuições de Marx menos valiosas e o pensamento dialético como algo ruim. Mas pensamos que para nos abriremos a outros registros seria necessário fazer um outro movimento.

Nesse sentido, buscamos ler a história da Psicologia Social e o trabalho social decorrente daí enquanto um conjunto de práticas e discursos produzidos. As provocações de Silva (2005) em

a *Invenção da Psicologia Social* nos fizeram perceber que é fundamental aproveitar as suas pistas para problematizar o trabalho social da psicologia, começando por perguntar o que é o social? Nessa obra ela nos mostra como a noção do social está tão naturalizada e disseminada que o social parece por si só se definir, como se não resultasse de uma construção histórica.

Percebemos que a autodenominação como psicóloga social e o modo como víamos este campo, encerrava as possibilidades de um fazer, assim como cristalizava e tornava fixa a noção de social. De certo, tínhamos uma compreensão ingênua.

Como bem diz Silva (2005) o trabalho no social muitas vezes nos impede de saber sobre o que exatamente nós trabalhamos. Portanto, especificar ao que nos referimos quando usamos o termo social no campo em que atuamos, pode ser um modo de dar conta de vários impasses que resultam de uma compreensão ingênua.

Na maioria das vezes o social é confundido com a relação entre formas de existência coletiva, é considerado condição humana e sinônimo de sociabilidade, tornando desnecessária qualquer questão a respeito (Silva, 2005). E esta é uma evidência com a qual nós da psicologia social operamos. Portanto, ao questionarmos os naturalismos não nos damos conta que operamos com uma noção de social já dada e naturalizada por vezes. Algo que percebemos no percurso desta pesquisa ao problematizar o trabalho social. E isto, como alerta Silva (2005) já levanta uma gama de problemas. Falar de psicologia social seria uma redundância, já que desde o início toda psicologia seria indiscutivelmente uma psicologia social, uma vez que o homem é um ser social e tem necessidade de outros homens para se constituir como humano.

A autora nos convida a pensar quando coloca o seguinte problema: “Qual seria então a especificidade de uma psicologia social, e como explicar o aparecimento relativamente recente de um campo de conhecimentos e de um conjunto de práticas para se ocupar das “relações sociais’ entre os indivíduos?” (Silva, 2005, p. 14).

Consideramos que este problema colocado por Silva (2005,) nos causou uma turbulência no que diz respeito ao trabalho social que fazíamos e passamos a desconfiar, e a leitura sobre a história da psicologia social já não era a mesma, já não conseguíamos ratificar o que nos era familiar, ou seja, um trabalho que assiste às pessoas em situação de desvantagem social.

Silva (2005) alerta que as respostas a esta questão, tomando o social como fato natural, produzirão raciocínios falsos. E também, aproveitando o diálogo com Bernardes (2014), seria como aplicar o conceito de social delimitando o campo e estabelecendo uma verdade. Seria pensar o conceito de social pela representação do já delimitado e naturalizado sobre ele, confirmando o próprio conceito. A autora nos fala ainda, assim como Bernardes (2014), que para sair desse impasse é preciso deixar de tomar o social como evidência e constituí-lo como problema, como uma multiplicidade construída a partir de uma relação de forças num campo historicamente situado, produzido por diferentes práticas humanas e que não para de se transformar ao longo do tempo. Não é algo fácil que se dá da noite para o dia, ou quando terminamos de ler um texto que nos provoca. O incômodo fica, a desconfiança e o desconcerto também. A gente só percebe quando algo acontece e o nosso olhar já não é mais o mesmo.

Esse modo de ver o conceito nos permite discutir as condições de possibilidade para a criação deste campo de conhecimento que é a psicologia social, desviando de uma discussão que “[...] restringe-se a um relato cronológico dos acontecimentos ligados às diferentes construções teóricas em psicologia social, sem a pretensão de compreender as contingências históricas que marcam sua singularidade e as tornam possíveis” (Silva, 2005, p. 16).

A autora destaca que a própria expressão psicologia social pressupõe uma epistemologia que afirma a dicotomia entre indivíduo e sociedade e simultaneamente alimenta todos os tipos de mediação para reunir estes dois registros. Contudo, a mesma alerta que partir desta dicotomia para produção teórica neste campo é partir de um problema mal colocado, uma vez que não há diferença de natureza entre eles. Ao contrário, eles devem ser tomados como artifícios de um dado modo de subjetivação.

Para que as questões sobre o social tenham um sentido é preciso abandonar uma compreensão ingênua que está ancorada em pelo menos dois tipos de crenças mutuamente implicadas. Uma diz respeito à crença na existência de uma realidade totalmente independente do modo como a acessamos. A outra, diz respeito à crença num acesso privilegiado que nos conduziria através da objetividade à realidade tal como existe (Silva, 2005).

Crenças que pressupõem “a existência de uma verdade em si na realidade, uma verdade que seria acessível somente pelas vias da percepção e que, por conseguinte, implicaria a criação de um campo de conhecimentos com um discurso neutro capaz de revelar essa verdade” (Silva,

2005, p. 16). Essas duas crenças fundamentam a maior parte das construções teóricas em psicologia social. Pois impedem que vejamos a especificidade e as condições de possibilidade de aparecimento deste campo de conhecimentos como resultado de uma certa configuração do próprio social, que valoriza um determinado conjunto de práticas com função normativa e reguladora (Silva, 2005).

Numa perspectiva genealógica o social, e o trabalho social também, deixam de ser uma evidência e é tomado como algo construtivo, com sua multiplicidade e com suas várias configurações. Portanto, uma estratégia para isto é analisar em que momento o social é formulado e considerado problema, engendrando um modo de intervenção específica que se distingue das relações informais entre os membros de uma sociedade (Silva, 2005).

Silva (2005) toma como configuração um conjunto de práticas que se tornam consistentes em um determinado momento, traduzindo arranjos de estratégias de poder e técnicas de subjetivação. Estes atualizam sistemas de referência distintos de organização de uma sociedade. E isto se dá num campo de forças em tensão, em disputa. Esta compreensão nos ajudou a pensar na desnaturalização do trabalho social, mas também nos incomodava este exercício de problematização sem conversar com autores negros e negras. Mas, em relação ao trabalho social como um campo de forças em tensão, vimos uma conexão entre Silva (2005) e Mbembe (2017). Este último apresenta uma possibilidade de como se dá esse campo nas seguintes palavras:

A cada força opor-se-á sempre uma outra, que desfaz o que a primeira estabeleceu. Reconhece-se o poder pela sua capacidade de entrar nas pessoas, de as percorrer, de as possuir, inclusive o seu corpo e sobretudo o seu «duplo». Esta posse faz do poder uma força. É característico da força desalojar o eu daquilo que a ela se sujeita, de ganhar o lugar do eu e agir como se fosse a amante deste eu, o seu corpo e o seu duplo (Mbembe, 2017, p. 233).

Por outro lado, a primeira configuração do social aparece com uma problemática em torno do campo assistencial, com a criação de diferentes espaços institucionais como asilos, hospitais e orfanatos para atender populações carentes em que suas necessidades não eram supridas nas relações informais. Então por aqui pode-se entender que o trabalho social é esse

que forja um social, que evangelização, empresarização e universitarização operam produzindo um social por um “trabalho social”.

Caracterização de um modelo social-assistencial cuja função protetora delimitava critérios para definir o tipo de população a ser assistida, quem recebia e quem não recebia. Pertencer à comunidade e a incapacidade de trabalhar eram critérios de base, ou seja: “era preciso favorecer os membros do grupo (rejeitando, portanto, os “estrangeiros”) e acolher preferencialmente os que não poderiam prover suas próprias necessidades através do trabalho” (Silva, 2005, p. 19). Uma questão que se estende aos nossos dias atuais, quando analisamos a política pública de assistência social que estabelece critérios para a concessão de benefícios, por exemplo. Ainda assim, percebemos uma certa desigualdade social quando percebemos que o bem-estar social de pessoas negras ainda está longe de um acesso digno a bens e serviços sociais. Como mostra Mário⁶:

Então, era difícil eu convidar uma família pro CRAS pra discutir relações raciais quando na verdade aquela família não tem nem o que comer, quando na verdade aquela família não sabe nem se vai permanecer naquela casa amanhã. E ao mesmo tempo, eu estou falando de um lugar de serviço público que deveria, além do profissional Mário estar sensível aquela situação, de a gente ter alternativas dentro do próprio poder público pra poder resolver as questões. E estas questões nunca eram resolvidas.

Silva (2005) fazendo referência a Castel mostra que a partir do final do século XIII aparece um esboço de uma “gestão racional da indigência”. Esta ocupando-se de implementar uma espécie de “serviço social local”, tem a colaboração de instituições que dividem a responsabilidade pelo “bom governo da cidade”, pela tutela comunitária. Havia uma articulação conjunta entre as instituições religiosas e as da nobreza. Aqui encontramos uma conexão deste “bom governo da cidade e tutela comunitária” com uma das práticas do trabalho social que herdamos, denominada Serviço Social de Grupos que analisamos mais adiante.

Nessa primeira configuração do social já se percebe uma preocupação com a questão do trabalho, já que a gestão da indigência está relacionada aos que são julgados incapazes de trabalhar. Daí a relação direta entre trabalho e pauperismo que se estenderá até a metade do

⁶ Mario é psicólogo negro e foi uma das pessoas entrevistadas nesta pesquisa.

século XIX sustentando uma problematização do social ligada aos modos de intervenção próprios do campo assistencial (Silva, 2005).

A partir da segunda metade do século XIX é que emerge uma questão social ligada ao fato político da democracia e da manutenção do projeto republicano de sociedade. Este projeto foi confrontado por uma ação democrática pela primeira vez colocada em prática, logo após a revolução francesa de 1789. E no interior do ideal republicano, as forças burguesas crescem e colocam em evidência a incompatibilidade entre os princípios que fundamentavam este projeto. De um lado, o princípio da soberania do indivíduo pressupõe relação de reciprocidade entre indivíduos livres e iguais, tendo o Estado como garantidor do cumprimento desta relação. Por outro lado, o liberalismo econômico seria uma extensão desta relação aplicada às leis do mercado, no sentido de acabar com os monopólios e as corporações (Silva, 2005).

Mas não é bem isso que se vê, a associação do voluntarismo político e do *laissez-faire* econômico produziu uma série de antagonismos sociais nada previstos pelos artesãos iluministas. E a principal contradição estava na noção de direito:

[...] apoiando-se na ordem política, o Estado passa a garantir o princípio do livre acesso ao trabalho, mas, ao mesmo tempo, é obrigado a recusar explicitamente a responsabilidade de assegurar trabalho para todos. Se o fizesse, seria incoerente com a lógica inerente ao princípio de base do liberalismo econômico que pressupõe uma intervenção mínima do Estado no mercado. Portanto, podemos dizer que uma das primeiras lições ditadas pela forma democrática da República é a de não confundir o “livre acesso ao trabalho” com um “direito ao trabalho” (Silva, 2005, p. 21)

O Estado se vê diante de um impasse, ou aceita tornar-se o principal empregador da nação, ou tornar-se o regulador das relações de produção incidindo, por exemplo, em preços e salários. Duas direções incompatíveis com os princípios do liberalismo econômico, sendo que uma conduziria ao comunismo e a outra a um processo de regulamentação para garantir o direito ao trabalho instaurando novas formas de relações fixas e corporativas. Estas tensões acabam por romper o consenso sobre a noção de direito na democracia moderna daquele momento (Silva, 2005).

E com isso, a questão social aparece como um problema específico, que supostamente daria conta do abismo entre os direitos do cidadão e uma ordem econômica regida pela liberdade

do mercado. Traz à tona a fragilidade da condição civil de pessoas que não possuíam os meios de produção, e, por conseguinte a conformação de um perfil populacional que põe em questão a relação entre trabalho e pobreza. É nessa esteira que se esboça uma segunda configuração do social, ou melhor, a organização da sociedade industrial pelo trabalho, não se limitando a uma demarcação das populações ao modo assistencial em função da incapacidade ou não destas populações de trabalhar (2005).

A liberalização sem limites do mercado, ao longo do século XIX, imposta pelas novas regras do modo de produção capitalista, resultou em uma desregulação da organização do trabalho, qual seja a apropriação das forças produtivas em novas relações de produção, acarretando também um aumento da miséria. Um ‘novo pauperismo’ que “acompanha doravante o crescimento mesmo da produção industrial em função de uma nova organização do tecido social que produz uma desterritorialização do capital e uma desterritorialização do trabalho ancorada na idéia de ‘trabalhador livre’” (Silva, 2005, p. 24). Pensamos que o empresário de si, tão propalado hoje, é o “trabalhador livre” de outrora que assumiu outras cores.

Tem-se aí um aumento de riqueza proporcional a um aumento de miséria. Um paradoxo apontado por Silva (2005) que se constituiu em um modelo de produção pela exploração da força de trabalho. Como também uma nova forma de dominação que se espalhou e instaurou novas regras de trabalho. Nessa configuração, o social se torna um sistema de regulações para garantir os princípios da liberdade e da igualdade sem deixar de manter relações de dependência indispensáveis à organização capitalista.

Os discursos legitimadores da modernidade preconizavam a emancipação da humanidade em função de uma melhoria significativa de vida do conjunto da sociedade, como resultante de um progresso material. Mas não deixava evidente que para isto os cidadãos teriam que renunciar o exercício de soberania, que perde seu valor de uso em proveito de um valor de troca, em que supostamente melhora-se a qualidade de vida a partir da aquisição de mercadorias. E é esta reorganização do mundo do trabalho que formulará o que entendemos, até hoje, por “questão social”.

Em função de tal projeto, não resta outra alternativa senão criar uma nova tessitura das relações sociais capaz de conjurar as ameaças inerentes a uma sociedade que optou por

um regime democrático e que precisa, por este motivo, encontrar os meios que lhe dêem sustentação. De qualquer maneira, a ação social implementada pelo Estado-Providência não reduzirá as desigualdades. Ao contrário, ela servirá para mascará-las ao mesmo tempo em que as produz (Silva, 2005, p. 25).

A relação da Europa com o Outro Mundo, com o território externo ao seu não responde ao princípio da liberdade, igualdade e fraternidade do Estado-Providência. A liberdade que se anuncia nesta relação com o estrangeiro, com o Outro é a ausência de direito, de estado civil ordenado, da livre e brutal utilização da força para dominar, em que prevalece a lei do mais forte:

(...) tudo o que se passa para lá das muralhas europeias situa-se directamente «fora de critérios jurídicos, morais e políticos reconhecidos aquém da linha. Se existe direito ou se existe justiça por lá, só pode ser o direito «levado e transplantado pelos conquistadores europeus, quer pela sua missão cristã» quer por «uma administração concebida no sentido europeu». (...) o Outro Mundo equivale a uma zona fora da Humanidade, fora do espaço onde se exerce o direito dos homens. É um espaço onde o direito dos homens só pode exercer-se enquanto supremacia dos homens sobre aqueles que afinal não são verdadeiros homens. Desta feita, por natureza, desumanos (Mbembe, 2017, p. 109-110).

A questão social colocada pela sociedade moderna é fartamente analisada por diversos autores e consideramos tais análises necessárias. A espoliação da força de trabalho, como modelo de produção, terá expressões incomensuráveis e uma das mais terríveis é a escravização de pessoas negras. Por isso, analisá-la numa perspectiva racializada, como faz Achille Mbembe, traz à tona um processo violento de desumanização do negro pelo branco. Um processo que se sofisticava a cada movimento da história, não sem resistência e luta de povos africanos e seus descendentes em diáspora. Como diria Mbembe (2017):

O substantivo «Negro» é depois o nome que se dá ao produto resultante do processo pelo qual as pessoas de origem africana são transformadas em *mineral* vivo de onde se extrai *metal*. Esta é a sua dupla dimensão metamórfica e econômica. Se, sob a escravatura, África é o lugar privilegiado de extracção deste mineral, a plantação no Novo Mundo, pelo contrário, é o lugar da sua fundição, e a Europa, o lugar da sua conversão em moeda. Esta passagem do *homem-mineral* ao *homem-metal* e do *homem-metal* ao *homem-moeda* é uma dimensão estruturante do primeiro capitalismo (...) quando se faz passar o escravo pelo laminador, pressionando-o de modo a extrair dele o máximo proveito, não se trata simplesmente de converter um

ser humano em objecto. Não ficará apenas uma marca indelével. Produz-se o Negro, isto é, (...) o sujeito de raça, ou ainda a própria figura daquele que se deve manter a uma certa distância – de que podemos desembaraçar-nos quando *aquilo* deixar de ser útil (Mbembe, 2017, p. 78).

Os direitos na sociedade moderna não eram dados a todos os homens. O direito que se institui, em verdade, é do homem “civilizado” de dominar os “não-civilizados”, de conquistá-los e subjugar-los, de anexar as suas terras, ocupá-las e explorá-las. O direito que se aplica às guerras de extermínio e às guerras de escravidão se desdobra em direito de propriedade. Os conquistadores consideram a terra conquistada sem senhor, do ponto de vista da propriedade privada. Daí a eliminação do direito fundiário dos conquistados (africanos e indígenas) e a proclamação dos colonizadores como únicos proprietários de todo o território. Criar uma propriedade fiscal do Estado, introduzir uma propriedade fundiária pública são algumas das várias possibilidades que se materializam na prática da expansão colonial dos séculos XIX e XX (Mbembe, 2017).

O direito é um modo de fundar juridicamente uma ideia de humanidade dividida entre a raça de conquistadores e a raça dos servos. A qualidade humana não é dada a todos, só aos conquistadores. Assim, a diferenciação entre a terra da Europa e a terra colonial decorre da distinção entre europeus e selvagens. No final do século XX há uma tentativa de integração dos territórios coloniais nos sistemas de governo e de administração dos estados colonizados (Mbembe, 2017).

A formação das instituições do Estado-providência na Europa é bem diferente da formação nos países colonizados. A colonização seria uma forma de assistencialismo, de educação e tratamento moral, um benefício da civilização aos povos considerados inferiores e degenerados (Mbembe, 2017). É necessário dizer que:

A expansão do liberalismo enquanto doutrina económica e arte específica de governar foi financiada pelo comércio de escravos, num momento em que, submetidos a uma grande concorrência, os estados europeus procuraram melhorar a sua força e consideraram o resto do mundo sua pertença e seu domínio económico (Mbembe, 2017, p 141).

Por outro lado, o negro no Novo Mundo é tornado engrenagem fundamental de um processo de acumulação em escala mundial pelo triplo mecanismo de captura, esvaziamento e coisificação. Impedido de ser autor de sua própria vida, de fazer alguma coisa com consistência própria que se mantenha por si (Mbembe, 2017).

Já a terceira configuração do social nos é contemporânea, portanto, está aberta e em processo. Silva (2005) ao tratar disso, lança algumas coordenadas que possibilitem mapear as formas de produção da subjetivação capitalista na atualidade. Antes, afirma que as outras duas configurações que vimos não deixaram de existir como também não foram superadas, apenas perderam força enquanto princípio organizador. Contudo, somos confrontados com outros problemas num novo arranjo da sociedade.

A terceira configuração acontece junto com a revolução tecnológica e cibernética que produz um novo arranjo social a partir de novas tecnologias, aliadas a uma concentração de poder do capital financeiro internacional, o que Guattari (1987) chamaria de capitalismo mundial integrado. O que caracteriza esta configuração é o estabelecimento de novas coordenadas nas relações tempo-espço, criando um plano que possibilita a expansão ilimitada do capital, afetando os modos de existência em escala planetária (Silva, 2005).

Na terceira configuração duas características marcam a passagem para as sociedades de controle: o enfraquecimento da sociedade civil devido ao declínio da função de mediação das instituições sociais; e a passagem do imperialismo ao Império. Uma nova ordem econômica que se organiza em torno do mercado mundial e que desestabiliza a noção de lugar uma vez que se desloca continuamente. Como também instala “uma concepção neoconservadora do Estado, cuja função consiste em gerenciar este mega mercado e promover, ao mesmo tempo, uma sistemática precarização da experiência subjetiva” (Silva, 2005, p. 112).

As transformações no mundo do trabalho em decorrência deste processo de globalização apontam para o “fim do emprego”, terceirização dos serviços, aumento da economia informal e virtual. Além disso, ao passo que produz riqueza para um número bastante reduzido de pessoas, aumenta a violência e a miséria. Efeitos da velha promessa de emancipação da humanidade. A única coisa democrática que se vê é um “sistemático assujeitamento da experiência subjetiva em escala planetária e a uma precariedade cada vez maior dos modos de existência” (Silva, 2005, p. 112).

Esse assujeitamento se dá através de dispositivos de poder que além de normalizantes são também constituintes. De uma função coercitiva passam a atuar, também, com função prescritiva. Se constituindo em modelagem da subjetividade através de um controle contínuo e instantâneo, produzindo uma espécie de modulação permanente que torna ainda mais difusa a ubiqüidade do poder capitalístico (Silva, 2005). Estas discussões sobre a terceira configuração serão retomadas em um âmbito mais amplo no capítulo 4 dessa dissertação.

Procuramos na história da Psicologia Social aquilo que nos daria notícias de como se configurou o trabalho social da Psicologia a qual estamos implicadas, qual seja, aquele que se inscreve nas lutas por uma sociedade democrática e de direitos. Tentamos seguir um fluxo ao levantar vestígios dessa história. Preocupadas com o prazo e o momento da defesa, escrevíamos com um olho na tela e outro no calendário e no relógio. Em função dos acontecimentos no país e no nosso cotidiano, a leitura se deu muito embaralhada. Empacamos mais uma vez, era preciso tempo para sentir o que se passava em nós no momento da escrita. Estávamos à flor da pele e escrever não fazia o menor sentido neste momento. Pausa cirúrgica. Nos fez perceber o que, ao pensar o trabalho social, se ativa em nós com os outros e não descrevê-lo e analisá-lo como algo meramente externo a nós.

Operar com a análise de implicação tem nos possibilitado esta abertura, transitando de um registro a outro, escapando de uma intenção linear do pensamento. Escapando também de uma fixidez em procedimentos rígidos que corresponderiam aos objetivos pré-definidos e a um problema delimitado que não se modifica ao longo do estudo, e os resultados forçosamente encaixados em categorias pré-definidas, supondo uma organização criteriosa e harmônica da pesquisa. Percebemos isto quando no processo da pesquisa conseguimos nomear, portanto categorizar, o que chamamos neste estudo de problemáticas do trabalho social (empresarização, evangelização e universitarização) que veremos mais adiante.

A questão não está em nomear e organizar em ideias as experiências com o trabalho social, consideramos este procedimento importante também na pesquisa. A questão está em tomarmos estas categorias como caixas em que as experiências de outros profissionais deveriam caber. Tais experiências podem mesmo ter fortes ligações com as categorias pensadas. Mas o que estamos chamando atenção aqui é para o fato de que, sobreimplicados com a pesquisa, poderíamos produzir resultados que corroborariam com a escalada inicial da mesma, com regras

previamente estabelecidas e com um problema que não sofre alterações e conseqüentemente impediriam a fruição das mudanças no próprio percurso da pesquisa e de quem pesquisa. Estaríamos numa pegada *methá-hódos* e não *hódos-methá*⁷, em que estamos conectados com os movimentos da vida, com a realidade em que estamos imersos.

Por outro lado, o campo nos colocou em contato com discussões e autores considerados pós-coloniais, decoloniais e este contato provocou um outro movimento na pesquisa que é pensar o trabalho social como um exercício de descolonização do pensamento. Um exercício intimamente ligado ao que chamamos aqui de análise de implicação, ou, implicação-transdução, o que teria efeitos diversos em nossas práticas no campo da Psicologia Social. Este movimento também nos fez rever a história da Psicologia Social, buscando vestígios de como a questão das relações raciais aparecem, nos auxiliando a analisar uma das problemáticas colocadas por trabalhadores sociais da Psicologia hoje que é a produção do trabalho numa perspectiva decolonial.

Quando Mbembe (2017) fala que o negro foi impedido de ser autor da sua própria vida, essa questão da autoria provocou-nos um certo incômodo. Talvez pela dificuldade que encontramos em reconhecermo-nos autoras nesse processo de análise de implicação, que também nos coloca diante de questões próprias da nossa história de vida e que nos diz dessa herança escravocrata impregnada em nós e nas instituições, sobretudo aquelas que produzem ciência. Autorizar-nos a escrever, a pensar uma pesquisa exigiu que nos víssemos em um outro lugar que é daquele de quem enuncia.

Portanto, nos deparamos com alguns processos de bloqueio neste exercício porque percebemos as dificuldades de que falam Gloria Anzaldúa (2000) em sua “Carta às mulheres escritoras do terceiro mundo” e bell hooks (1995) em seu texto “Intelectuais Negras”. Ambas mostram as dificuldades que as mulheres negras têm de escrever e de exercer trabalho intelectual. Muitas vezes estas possibilidades são interrompidas ou sofrem impedimentos pela própria experiência formativa na infância, pela necessidade de trabalhar para se manter, pela

⁷ A metodologia enquanto palavra de ordem ou *metá-hódos*, define-se por regras e protocolos previamente estabelecidos, definindo a pesquisa como um caminho predeterminado por metas traçadas desde o início. A cartografia em que buscamos inspiração neste exercício de problematização, pelo contrário, propõe uma transformação metodológica de *metá-hódos* em *hódos-metá*. Ou seja, um método para ser experimentado e assumido como atitude e não aplicado. (Passos, Kastrup e Escóssia, 2015).

pouca motivação que encontram, pela dinâmica das famílias, da casa, da vida e pelo ambiente onde se dão esses trabalhos que por vezes são hostis, expulsivos. Ambientes que desvalorizam a produção de conhecimento de mulheres negras. E isto se reflete nas instituições acadêmicas com um número inexpressivo de professores negros e negras nas salas de aulas, em laboratórios de pesquisa e convidados a falar de suas produções. Muitas delas circulam na marginalidade acadêmica, o que mostra a viagem histórica da noção de que o negro não é um sujeito do conhecimento, de um sujeito que não faz história e se perpetua até os nossos dias.

O medo de escrever, o medo de autorizar-nos é antigo, é ancestral, fomos acostumados a produzir todo tipo de coisa num mundo que nos escravizou sem termos o direito de proclamar uma autoria. Aprendemos a ficar em segundo plano, nos bastidores, a não aparecer, a fazer escada para alguém subir. Essa herança passada de geração em geração e que vai modificando a referência de quando isso se instituiu, se mantém nas relações familiares, escolares, de trabalho e em tantas outras. Mbembe (2017) nos fala muito bem dessa herança:

Tudo o que foi produzido pelo escravo foi-lhe retirado – produto do trabalho, progeneritura, obras intelectuais. Não é considerado autor de nada que lhe pertença. De acordo com as circunstâncias, o escravo pode ser mercadoria, objecto de luxo ou de utilidade que se compra e se revende a outros. Ao mesmo tempo, são seres humanos dotados do dom da palavra e capazes de criar e manusear ferramentas. Muitas vezes privados de quaisquer laços de parentesco, são-no também de qualquer herança e do usufruto dos produtos do seu trabalho. A sua humanidade intrínseca pode ser negada pelos seus proprietários, que deles extraem trabalho não remunerado; no entanto, não é inteiramente apagada, pelo menos num plano puramente ontológico. Será, por força das coisas, uma *humanidade prorrogada* (Mbembe, 2017, p. 90).

Mas, é a Glória Anzaldúa quem nos chama e diz:

O perigo ao escrever é não fundir nossa experiência pessoal e visão do mundo com a realidade, com nossa vida interior [nossa subjetividade], nossa história, nossa economia e nossa visão. O que nos valida como seres humanos, nos valida como escritoras. O que importa são as relações significativas, seja com nós mesmas ou com os outros (...) E quem tem tempo ou energia para escrever, depois de cuidar do marido ou amante, crianças, e muitas vezes do trabalho fora de casa? Os problemas parecem insuperáveis, e são, mas deixam de ser quando decidimos que, mesmo casadas ou com filhos ou trabalhando fora, iremos achar um tempo para escrever. Esqueça o quarto só para si — escreva na cozinha, tranque-se no banheiro. Escreva no ônibus ou na fila

da previdência social, no trabalho ou durante as refeições, entre o dormir e o acordar. Eu escrevo sentada no vaso. Não se demore na máquina de escrever, exceto se você for saudável ou tiver um patrocinador — você pode mesmo nem possuir uma máquina de escrever. Enquanto lava o chão, ou as roupas, escute as palavras ecoando em seu corpo. Quando estiver deprimida, brava, machucada, quando for possuída por compaixão e amor. Quando não tiver outra saída senão escrever.

Vimos com essas autoras como algumas crenças e relações podem nos impedir de ocupar o lugar de autoria, como podem nos impedir de falar das inquietações que temos como trabalhadora social negra. Apontamos aqui um outro movimento que fizemos provocado pela leitura de autores negros e negras. Posto isto, continuemos a analisar as configurações do trabalho social.

Registramos desde aqui que consideramos fundamental pensar na produção do trabalho social numa perspectiva descolonizadora. Uma vez que o neoliberalismo toma como estratégias o sistemático assujeitamento da experiência subjetiva e a precarização dos modos de existência. Estratégias estas codificadas na figura empresa de si que solidifica seus avanços e, portanto, sua perpetuação.

2.1 O TRABALHO SOCIAL DA PSICOLOGIA: algumas configurações

O reconhecimento da Psicologia como profissão no Brasil aconteceu em 1962, mas o discurso psi já era disseminado em algumas práticas na saúde, sobretudo na psiquiatria, na educação, no campo jurídico e na assistência social.

A história da Psicologia Social está em constante movimento na medida em que novos achados sobre fatos históricos e instituições são trazidos a lume para análises, sobretudo quando se trata de pesquisas que colocam em cheque a neutralidade científica, como o estudo realizado por Silva (2005). Segundo Jefferson Souza Bernardes (1998), a história da Psicologia Social Moderna é um fenômeno caracteristicamente norte-americano. A conhecemos, por exemplo, pelo livro de Schultz e Schultz e pelos manuais de psicologia social ou os chamados *handbooks*. Esta história é contada por uma perspectiva positivista. Enaltecendo apenas as teorias que corroboram com as opções ideológicas de seus autores.

Dentro desta perspectiva impõe-se a necessidade de experimentação como condição de cientificidade, como também uma interpretação da experiência a partir dos dados observados, sem nenhuma relação com as ações dos sujeitos e suas interpretações. A objetividade é que irá garantir a imparcialidade e a neutralidade do investigador. A ciência é vista então como instituição produtora do saber puro, neutro, racional, imutável e universal. Como diz Hilton Japiassu:

... o positivismo lógico tentou submeter toda verdade humana à prova da verificação experimental. A arte, a religião, a filosofia, os mitos e a vida afetiva; enfim, tudo o que não se deixava reduzir à obediência das normas físico-matemáticas era sumariamente desacreditado. Como se a experiência humana em geral pudesse ser confundida com a científica em particular! Como se a preponderância das preocupações científicas e técnicas pudesse ser considerada uma verdade eterna! (Japiassu, 2011, p. 10).

Além disso, a concepção de homem que se tem é aquela em que o mesmo tem qualidades naturais, próprias, permanentes independentemente do meio em que viva. Considerando ainda que o grau de desenvolvimento e de equilíbrio deste homem se dará a partir de sua adequação às formas das relações fundamentais existentes na sociedade, que são invariáveis e independentes da vontade do homem. Concepção que ratifica a função social que a psicologia social positivista assume: a de ajudar o homem a suportar e a se adaptar às engrenagens do sistema, nas diversas instituições.

Como mostra Rose (2011), foi enquanto ciência do indivíduo que a psicologia se forjou em meio às técnicas de regulamentação, à racionalidade típica de democracias liberais de governo e às noções abstratas da liberdade do indivíduo. Desempenhando papel preponderante na produção de uma ética do individualismo, expressa em práticas racionalizadas que objetivam moldar, transformar e reformar indivíduos na prisão, na fábrica, na escola, no manicômio, na propaganda, nos meios de comunicação de massa etc. que forneciam condições para disciplinar a psicologia.

Desse modo, a Psicologia encontrou um jeito de tornar o individualismo como um conjunto de programas que regulam a existência humana e por sua vez uma ciência com vocação social: "... organizada em torno de objetivos sociais, como vimos em suas conexões com as idéias de degenerescência e eugenia, e sua vontade de detectar os indivíduos de reduzida capacidade

mental” (Rose, 2008, p. 159), fato este que impactará, sobretudo na vida de populações indígenas, negras e pobres. Esta perspectiva da Psicologia, enfim, se direciona aos processos próprios às coletividades humanas, grandes e pequenas, pensando-as e conceituando-as no sentido de administrar indivíduos e organizações (Rose, 2008).

Ademais, a produção de conhecimento e a crítica à colonização não rompeu totalmente com o mito dos povos superiores e o perigo da degenerescência (Mbembe, 2017). E percebemos este discurso vigorar na história da Psicologia quando tende a classificar os sujeitos e adaptá-los a uma realidade que produz exclusão e desigualdades sociais. Como argumenta Silva (2005), as primeiras aproximações da Psicologia científica em direção ao social, coloca em evidência a dicotomia entre indivíduo e sociedade, tornando o indivíduo a matriz para compreender a dinâmica do social, produzindo assim um processo de individualização do social e uma dessocialização da subjetividade e que é a base do modo de subjetivação das sociedades de controle.

Outras tendências mais críticas também fincaram raízes em solo brasileiro. Contudo, é essa Psicologia que teremos fartamente acesso para lidar com as questões sociais nos primeiros trabalhos em comunidades no Brasil, por justamente coadunar com um projeto de sociedade e de indivíduo de uma sociedade que estava se industrializando, característica de sociedades liberais. Estas ideias influenciaram fortemente o trabalho nos serviços sociais realizados, sobretudo em comunidades pobres em que a maior parte da população é negra e periférica. Trabalho este em que diversas forças concorrem atuando na produção de práticas neste território, por exemplo, a igreja e organizações políticas como sindicatos e partidos.

Assim, nos perguntamos como se deu este trabalho aqui no Brasil. Para tanto, fizemos uma demarcação cronológica entendendo que a cronologia não expressa a riqueza e a complexidade da história e de um tempo, mas para auxiliar no entendimento de como as transformações nesse campo foram acontecendo. Colocando-nos no cultivo de uma experiência de habitar o território existencial desse trabalho social. Entendendo que este cultivo dá-se pelo meio, pois “... acontece não apenas porque o momento presente carrega uma história anterior, mas também porque o próprio território presente é portador de uma espessura processual” (Barros e Kastrup, 2015, p.58).

Só foi possível falar deste contexto porque o momento atual parece exigir de nós que revisitemos a nossa história. Neste sentido, alguns documentários e textos foram importantes neste percurso para pensarmos nestas configurações que o trabalho social assume em diferentes momentos históricos.

2.2 A CONFIGURAÇÃO DO TRABALHO SOCIAL NO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO MACIÇA

Os anos 50 foram conhecidos, pelo poder da mídia que insistentemente nos fazia acreditar, como anos dourados (Coimbra, 1995). Mas, o país vivia um processo de urbanização maciça e muitas mudanças sociais. Percebe-se um alto índice de densidade demográfica e um inchaço nos centros urbanos, muito por conta do aumento da fecundidade, da expectativa de vida e da chegada de estrangeiros em decorrência da Segunda Guerra Mundial, imigrantes que aumentaram a densidade demográfica. Foi também o início do processo de industrialização do país e que se intensificou em anos posteriores.

A política de governo era marcadamente populista, em que, embora o Estado tivesse reconhecido as aspirações populares como as do movimento trabalhista, por exemplo, mantinha a manipulação do povo. É o que vimos com o estímulo à organização dos trabalhadores, sobretudo o operariado, mas sob o controle do Estado. Uma espécie de estrutura ambígua de governo por que tentava responder aos anseios da maioria da população ao mesmo tempo em que se aliava às forças dominantes burguesas, à elite do país (A Era Vargas: história do Brasil por Boris Fausto). Fato que nos remete ao atual cenário político decorrente de um governo de coalização centro-esquerda.

O nacionalismo era uma outra característica da política econômica do início desta década, mas representava ameaça aos interesses da potência imperialista norte-americana, um dos feitos mais marcantes desta política foi a nacionalização do petróleo com a criação da Petrobrás. O nacionalismo de Getúlio Vargas causou uma forte reação das forças conservadoras do país e pressão norte-americana ao seu governo levando-o a se matar em agosto de 1954 (A Era Vargas: história do Brasil por Boris Fausto).

Já no governo de JK (1956 a 1961), o primeiro presidente da década de 1960, o país embalado pela Bossa Nova, parecia estar muito bem sob uma democracia liberal burguesa

(Coimbra, 1995). Percebe-se um programa bastante ambicioso de desenvolvimento. O Programa de Metas, com seu famoso lema “50 anos em 5”, representava 50 anos de desenvolvimento econômico em 5 anos de governo. Um governo marcadamente desenvolvimentista, centrado na aceleração da modernização e crescimento econômico-industrial do país. É também marcada pela abertura ao capital estrangeiro e submissão total às exigências do capitalismo internacional liderado pelos EUA (Coimbra, 1995; JK - Um cometa no céu do Brasil).

Vimos a implantação das indústrias automobilísticas, de energia, a construção de Brasília, investimentos para a manutenção e ampliação do sistema educacional, por exemplo. Mas o desenvolvimento econômico do país não ocorreu para todas as regiões, concentrou-se nas regiões sul e sudeste, enquanto que as regiões norte e nordeste continuaram sendo as mais pobres do país. Foi neste momento que aconteceu de forma mais intensa os fluxos migratórios, o êxodo rural em que a população rural se dirigiu aos centros urbanos principalmente para os estados de São Paulo e Brasília em busca de melhores condições de vida. (Brasília - Contradições de uma cidade).

A fixação da população nos centros urbanos se deu devido às melhores condições de emprego, educação e saúde nas cidades; expansão dos mercados de trabalho com a construção e instalação das indústrias, expansão da burocracia estatal que oferecia mais empregos, consolidação dos centros urbanos como mercados de produção e consumo; inexistência de uma política pública agrícola capaz de promover reforma agrária e desenvolvimento das massas trabalhadoras rurais de modo a favorecer a fixação da população rural.

Nesta esteira do desenvolvimento econômico desigual no país, uma série de problemas sociais se intensificaram e mostraram as mazelas resultantes de uma economia capitalista: inchaço nas cidades, crescimento desordenado da cidade e ocupação do solo, bolsões de pobreza, casas construídas em terrenos que oferecem risco, populações deslocadas para regiões distantes dos centros das cidades, em locais onde não há menor infra-estrutura para moradia faltando água, luz, escolas, equipamentos estatais que atendam às necessidades da população, falta de segurança, pavimentação etc. O que de um certo modo vimos se repetir com a atual política pública de habitação, no Programa Minha Casa Minha Vida. Na base da pirâmide tínhamos um grande número de pessoas desempregadas, subempregadas, empregados domésticos, vendedores de rua (ambulantes), os sem profissão definida, os biscates. Muitos sem

escolarização ou capacitados tecnicamente para assumir melhores postos de trabalho ofertados nos centros urbanos.

A psicologia nesta época não tinha se constituído ainda como profissão, mas um campo de conhecimento em que muitos profissionais das Ciências Humanas tinham contato com suas teorias a partir dos cursos de formação nas universidades, sobretudo o de Serviço Social. A maioria das teorias difundidas eram importadas dos modelos hegemônicos norte-americanos e europeus, muitas delas influenciadas pelo positivismo, como vimos anteriormente, e seus princípios de neutralidade e objetividade científicas.

Haviam estudos críticos em relação à formação do Brasil e a realidade das desigualdades brasileiras, colocando em questão o processo de colonização no Brasil. Pensadores como Florestan Fernandes, Dante Moreira Leite e Virgínia Bicudo, por exemplo, problematizavam a questão da raça e o preconceito racial. Mas tais produções críticas não se difundiram, à época, na mesma proporção que as teorias adaptacionistas (História da Psicologia e as relações étnico raciais; A Psicologia Social e o Social na Psicologia).

Isto se confirma no livro que encontramos “Grupos e Serviço Social” da Simone Paré, cuja primeira edição é de 1956 publicada no Canadá e a segunda edição de 1971 aqui no Brasil pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). A obra discorre sobre o Serviço Social de grupo como uma nova técnica desenvolvida em centros educacionais de lazer e recreação, com diferentes públicos, podendo ser aplicada em outras instituições, por exemplo, casas de “re-educação”, orfanatos, hospitais, empresas, grupos de operários etc.

Mencionamos esta obra porque encontramos um dos modos de trabalho social em comunidades que influenciou trabalhos com populações pobres no Brasil, principalmente na década de 1950. Buscava-se realizar o tratamento de dificuldades psico-sociais de grupos e um trabalho de prevenção e educação dos indivíduos para reduzir a manifestação de problemas sociais (Paré, 1971). Segundo a autora: “O serviço Social de Grupos oferece a todos um meio de desenvolvimento pessoal e adaptação social” (Prefácio do livro, 1971).

Estamos entendendo esse processo de adaptação social como uma prescrição de como o sujeito deve ser nesta sociedade moderna e industrial, pois

(...) a invenção de uma psicologia científica, enquanto campo específico de saberes e de práticas e em função de sua forte tendência adaptacionista, é um dentre os múltiplos processos que vão contribuir para o aperfeiçoamento das técnicas de investimento do poder nesta transição em relação às sociedades de controle, através, especificamente, de uma modelização da experiência subjetiva em termos do que é considerado norma ou desvio (Silva, 2005, p. 50-51)

Como se vê na própria obra de Paré, a centralidade do trabalho social realizado está na adaptação do homem à sociedade e a sociedade ao homem. De um lado vendo como indivíduo obrigado a viver em um meio social onde encontra dificuldades de adaptação em si ou no meio social, decorrentes de imperfeições graves ou leves nos indivíduos ou na estrutura social. De outro, a sociedade é vista como uma multidão de grupos (família, escola, grupos culturais e profissionais, por exemplo), cuja finalidade é ajudar o indivíduo a prover suas necessidades (Paré, 1971).

Em relação à noção de sociedade como uma multidão de grupos, Silva (2005) traz análises que nos auxiliam a compreender este modo de trabalho social. Antes nos alerta que as teorias produzem os objetos de que falam e tem uma função política, pois certas manifestações de saber, relações de poder e técnicas de subjetivação expressam modos de existir de uma determinada formação histórica. Dito isto, a autora coloca que as multidões no final do século XIX e a ameaça que estas constituíram para os equilíbrios sociais foram o principal motivo para que as massas fossem tomadas como objeto de sistemática investigação. Engendrando assim múltiplas interpretações sobre este fenômeno (Silva, 2005).

As interpretações que se colocaram fortemente no campo Psi se contrapõem. De um lado temos a concepção de Marx que vê nas massas o seu caráter subversivo a expressão de uma mudança que produziria uma nova formação social, caracterizada pela luta de classes. O proletariado, como fruto desta luta, é o elemento principal contra a opressão e a pobreza produzidas pela nova organização do capital (Silva, 2005).

De outro lado, temos Le Bon que considera as manifestações subversivas da multidão um risco ao modelo social proposto pelo pensamento moderno, que deveria ser irrestritamente preservado. Portanto, no olhar de Le Bon as multidões são uma massa nebulosa, imprevisível e ameaçadora (Silva, 2005).

Ao produzir um discurso colocando a subversão das massas como manifestação da irracionalidade destas, colocando-as como vulneráveis diante do poder de sugestão exercido pelos líderes, Le Bon patologiza o social e faz isto não sem intenção. Conforme Silva (2005), seu livro “A Psicologia das Multidões”: “(...) era um produto direto da crise da democracia representativa durante a Terceira República na França, e traduz as preocupações do poder político da época em encontrar um meio de impedir o esfacelamento da coesão social” (Silva, 2005, p. 58).

Então, percebemos no Serviço Social de Grupo a herança de um discurso que individualiza e patologiza o social, assim como tenta abafar qualquer possibilidade de revolta com o *status quo*. Um equívoco com o qual temos de lidar e que Mara⁸ compreende do seguinte modo:

A ideia de você empreender uma análise do indivíduo é você cortar esse indivíduo, é como se ele tivesse solto no mundo e ele não está. Quando você centraliza os problemas e as soluções no indivíduo pra mim é um contra-senso. Porque é como se a pessoa brotasse do nada do jeito que ela é. E não é bem por aí. A gente não brota grande, a gente tem todo um processo de construção com o outro, num contexto e com outras pessoas ...a gente vê muita gente indo pro campo social apenas reproduzir as mesmas práticas sem fazer reflexão, sem fazer uma mudança de postura mesmo, acho que abandonar o lugar de suposto saber é um coisa que é muito difícil... A psicologia se abriu pro trabalho social muito mais numa perspectiva de mercado do que numa proposta de fazer uma reflexão como essa que eu tô fazendo agora. Até pelo lugar que é cobrado. Para mim o maior incomodo de começar a trabalhar foi a cobrança desse lugar a ser ocupado.

Operando com esta divisão indivíduo/sociedade, o tratamento do Serviço Social nesta obra se divide nos seguintes métodos: serviço social de casos, serviço social de grupo e serviço social de comunidade. Uma organização que percebemos ter proximidades com a organização do trabalho comunitário desenvolvido nos primeiros trabalhos da Psicologia Social. O primeiro serviço atende diretamente às pessoas, ajudando-as a tomar consciência de seus “problemas”⁹, assistindo-as na modificação de influências delas mesmas ou do meio em que vivem e que agravam seus problemas. Encorajando-as a usar suas capacidades e recursos do meio para

⁸ Mara é psicóloga parda/negra e foi uma das pessoas entrevistadas nesta pesquisa.

⁹ A noção de problema para esta obra que analisamos está relacionada a algo ruim, a uma falta, um erro que deve ser corrigido, extirpado. Diferentemente da noção que trazemos, pois entendemos por problema uma multiplicidade de relações e singularidades complexas que determinam as condições de aparecimento de uma questão que não desaparece com a sua solução, mas permanece para além das soluções que recebe, recolocando a questão (Fonseca, Nascimento, Maraschin, 2012).

solucionar seus problemas satisfatoriamente e estabelecer relação mais harmoniosa com seu meio (Paré, 1971).

Já o segundo, atende diferentes grupos formados com base na amizade e identidade de interesses. Visa o desenvolvimento pessoal de cada membro do grupo, bem como a adaptação social dos mesmos. No sentido de tornarem-se capazes de cumprir eficientemente suas funções sociais na comunidade e em outras coletividades (Paré, 1971).

Por fim, o serviço social de comunidade realiza e administra serviços sociais na comunidade, visando à criação de relações satisfatórias entre os grupos por intermédio de representantes de grupos. Nessa relação intergrupos, a formação é o principal processo de organização comunitária. O indivíduo não representa apenas a si mesmo, seus problemas e necessidades, mas também o grupo, sendo delegado de um ou vários grupos. E junto com outros porta-vozes de outros grupos, realiza objetivos determinados pelo interesse comum (Paré, 1971).

Este modo de organização, a partir de um representante porta-voz, ainda continua sendo um modo de operar com o trabalho social, de lidar com as multidões. Mas também produz determinados impedimentos no processo de organização das coletividades, por exemplo em processos de auto-organização e criações mais diversas e coletivas de modos de existir.

Ainda segundo Paré (1971), o profissional que realiza este trabalho social deve ter domínio dos princípios da Psicologia individual, das técnicas de observação, de pesquisa e interpretação, de conceitos sociológicos como interação, integração, adaptação, aceitação e outros. Bem como técnicas necessárias à compreensão da dinâmica e mudanças dos grupos.

Portanto, tínhamos profissionais formados de modo descontextualizado de sua realidade local e pouco críticos em relação à situação política e econômica do país e influenciados por trabalhos como este que acabamos de descrever acima. Os fenômenos sociais resultantes de um processo de dominação e desigualdades eram observados como dados objetivos apenas, medidos, descritos e interpretados sem conexão com as estruturas que produzem esta realidade, individualizando problemas coletivos e sociais, transformando os fenômenos sociais em universais. Como se vê na seguinte passagem da introdução do livro: “Para pensar em termos de moderno, é preciso pensar em termos universais. Não cause pois espanto o fato de ser a célula familiar incapaz já de resolver sozinha os problemas criados por um tal estado de coisas e de

formar os homens de amanhã à altura do meio no qual deverão viver e, sobretudo, organizar humanamente” (Paré, 1971).

Foram estes profissionais também que deram início aos trabalhos em comunidades populares nos programas desenvolvimentistas e assistencialistas da época, sobretudo de programas provenientes de acordos internacionais como os convênios firmados entre o MEC (Ministério da Educação) e a USAID (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional) que financiava projetos educacionais e sociais nos países da América Latina. Programas que visavam à regulação dos comportamentos dos indivíduos de modo que estes fossem integrados ou integrassem-se e se adaptassem a sociedade moderna capitalista.

Cabe mencionar a atuação da Igreja Católica em comunidades pobres. Nos anos de 1950, os bispos inovaram criando outras formas de organização no interior da igreja, realizando campanhas de conscientização através da alfabetização de adultos e na organização das primeiras mobilizações de trabalhadores rurais. Estavam sob o controle do clero, sob a influência de trabalhos grupais como o serviço social de grupos citado anteriormente e a influência de ideologias anticomunistas. Assentando, deste modo, o trabalho social realizado em bases conservadoras (Della Cava, 1986).

Mas um fato que chama atenção é que nesse mesmo período, várias gerações de ativistas católicos (mulheres, homens, leigos, clérigos e membros da hierarquia eclesiástica) instituem uma nova força para a Igreja do Povo. Para o fortalecimento de uma vertente da igreja católica mais sensível às questões sociais e voltada para os pobres. Estes ativistas ligados por uma causa comum e laços comuns, forjaram um quadro de pessoas atuantes de caráter transnacional, tanto no interior da igreja quanto nos arranjos específicos de classes, regiões e etnias da sociedade brasileira (Della Cava, 1986).

Foram esses ativistas que teceram críticas a autoridade da igreja católica européia liberal e tradicional. Desenvolveram críticas “terceiromundistas” latinoamericanas em relação ao subdesenvolvimento provocado pelo capitalismo e aos excessos do poder estatal. Esses ativistas católicos são também os responsáveis pelo posicionamento progressista de parte da igreja católica e por compor movimentos, correntes, forças e escolas expressos na Juventude Operária Católica (JOC), Juventude Estudantil Católica (JEC) e Juventude Universitária Católica (JUC). Como também os movimentos decorrentes daí como Ação Popular e Movimento de Educação de Base

(Della Cava, 1986). Muitos destes ativistas atuaram na clandestinidade, sobretudo nos anos de ditadura militar.

Entendendo que o Serviço Social de Grupo se constituiu em um modo de trabalho social, sobretudo impulsionado pela Igreja Católica, percebemos que dentro desta noção de trabalho social adaptacionista, irrompem forças que colocam em questão a própria visão do social que sustenta a sociedade capitalista e seus processos de exclusão social.

Como se vê, ainda neste mesmo período outras práticas se contrapuseram às ideologias dominantes. Por exemplo, o movimento de educação popular (que tem Paulo Freire como um de seus expoentes), marcado pela crítica às ideologias dominantes e seu caráter libertador, a partir da compreensão da realidade de grupos oprimidos e de uma proposta educativa conscientizadora do processo de alienação em que a população é submetida, como também das lutas de classes. Estas práticas se intensificaram e influenciaram, sobretudo, as práticas psicológicas nas décadas seguintes.

2.3 A CONFIGURAÇÃO DO TRABALHO SOCIAL NUMA ATUAÇÃO CRÍTICO-POLÍTICA

No final dos anos 1950, estudantes, intelectuais e trabalhadores organizados passaram a ter contato com os acontecimentos da guerrilha em Cuba que acabaram embalando a organização de grupos de estudantes e intelectuais. Percebe-se um contato maior com as leituras marxistas e movimentos de crítica ao sistema capitalista, como também uma politização, ainda que incipiente por parte de alguns profissionais nos trabalhos junto às comunidades (Em busca de Iara; Mariguela).

Foi o período das manifestações dos trabalhadores rurais, trabalhadores das fábricas, associações de bairros, exigindo direitos e qualidade de vida. Os anos iniciais da década de 1960 são marcados pelo projeto de reformas de base e desenvolvimento nacional, em resposta ao reordenamento monopolista do capitalismo internacional. É neste período que se organizam movimentos sociais com objetivo de conscientização popular com o consentimento e apoio governamentais (Coimbra, 1995). Conforme a autora: “Sem dúvida, esses anos estão marcados pelos debates em torno do ‘engajamento’ e da ‘eficácia revolucionária’, onde a tônica é a formação de uma ‘vanguarda’ e seu trabalho de ‘conscientizar as massas’” (Coimbra, 1995, p. 3).

Mas, os grupos dominantes aliados ao capital estrangeiro mostraram-se incapazes de elaborar uma política de governo autônoma e a vitória da Revolução Cubana se torna uma referência e uma aspiração para a juventude latino-americana. As pressões feitas pelos grupos de esquerda e dos movimentos sociais contra o pacto populista de Jânio Quadros tomam uma dimensão maior (Coimbra, 1995). Estes movimentos embalaram também o processo de eleição de governantes comprometidos com as pautas populares como foi o caso de João Goulart que assumiu a presidência da república em 1961. (O dia que durou 21 anos; Em busca de Iara; Mariguela).

Nesta esteira, em 1962 a Psicologia se constituiu como profissão, após este fato criaram-se cursos de graduação em Psicologia no eixo São Paulo - Rio de Janeiro – Belo Horizonte – Porto Alegre. A prática da Psicologia foi se instituindo nos consultórios, nas indústrias e nas instituições educacionais a partir de um olhar psicologizante dos problemas vividos pela população. As práticas visavam o controle, a categorização e classificação, práticas que se colocavam a serviço dos interesses das elites (Coimbra, 1995).

Coimbra ao narrar suas impressões da época, nos deixa a impressão de que há uma tensão entre uma produção de subjetividade desde a década de 1950 que colocava a figura do comunista como um traidor da pátria e ameaça à família, e uma produção cultural marcada pelo engajamento popular direcionado pela esquerda, cujos temas centrais são o nacionalismo, o povo, a modernização, a democracia e projetos de tomada do poder (Coimbra, 1995).

Uma produção cultural que se verifica também na participação de jovens universitários de classe média. Contudo, a atuação destes movimentos encabeçados pelos intelectuais se constituiu em engajamento populista, em que predominam muitos aspectos paternalistas e vanguardistas. O que por sua vez se percebe uma distância entre os intelectuais e o povo (Coimbra, 1995). Esta produção influenciada pelo stalinismo e rigidez se radicaliza em gerações posteriores.

Percebe-se o questionamento da instituição família, do papel social reservado à mulher, os modelos hegemônicos de relações sexuais e afetivas e relações com o trabalho. Sendo este último uma forma de realização pessoal e afirmação da própria independência. A reprodução passa a ser vista também como opção a partir de discussões sobre meios contraceptivos. As relações entre homens e mulheres, pais e filhos são pensadas numa perspectiva mais igualitária.

A religião também é questionada e sua relação com a pátria e a família é considerada fascista. Essa geração a partir de questionamentos que faz, percebe que tiveram uma educação distorcida, alienada das questões políticas e sociais. A participação e a conscientização é a tônica dos comportamentos (Coimbra, 1995).

2.4 A CONFIGURAÇÃO DO TRABALHO SOCIAL NOS ANOS DE DITADURA CIVIL-MILITAR

De 1964 a 1969 a ditadura se instaura e o poder militar se apresenta mais forte com o AI-5. Os direitos civis e políticos são negados, as perseguições, prisões, torturas e assassinatos de lideranças políticas acontecem como forma de deter as forças que se opunham aos grupos dominantes. A disseminação de conhecimentos, a circulação de ideias consideradas contra-hegemônicas já não chega mais à população devido à censura.

Antes de prosseguirmos com essa discussão cabe fazer uma observação. Neste ponto do texto paramos. Experimentamos o bloqueio como uma experiência limite na pesquisa, que nos colocou diante de nossos limites e nos fez questões. Ler o texto da Cecília Coimbra e fazer conexões com o presente foi o mesmo que esperar por algo pior do que já está acontecendo. Foi como se nos recusássemos a acreditar que estamos muito perto de dias horrorosos e violentos. Como se numa fantasia, pudéssemos frear ou parar a história parando de escrever. Tarefa difícil escrever num momento de tantas perdas, porque é quase automático sermos pessimistas, é muito rápida a queda numa falta de perspectiva, falta de sentido, no desespero da alma. Os olhos turvam mesmo não tendo lágrimas e a visão que temos é embaçada e conhecida.

Difícil processar por dias as perdas de pessoas próximas e pessoas não tão próximas afetivamente, mas próximas da nossa condição como foi a perda de Mariele Franco, mulher negra e nascida na favela do Rio de Janeiro, trabalhadora social engajada na política como vereadora e defensora dos direitos humanos, assassinada no dia 14 de março de 2018. Foi como sentir que a caçada aos corpos negros replicantes se intensificasse descaradamente. Experimentamos uma sensação de pavor, raiva e impotência porque nos vimos naquela mulher e imaginamos que algo semelhante poderia nos acontecer também. Como se não houvesse saída.

Parar de escrever foi também um sinal de alerta para algo que se dava no pensamento. Quando paramos para pensar no bloqueio da escrita, nos deparamos com a ideia de que as coisas

se reproduziam quase que identicamente. Desconsiderando que não há só a reprodução, mas também diversas composições de coisas que diferem da reprodução. Por um momento deixamos de ver a rede de relações no contexto que estamos vivendo para focar numa ideia referente ao horror que significou o período conhecido como anos de chumbo. Na verdade, caímos numa mera retrospectiva do passado e também projeção do futuro, subtraindo o presente com toda sua complexidade, legitimando o que já sabemos numa visão teleológica, ao invés de pensar diferentemente. O bloqueio provocou a descontinuidade de uma intenção linear no pensamento.

Mas ao questionarmos o que isso teria a ver com a pesquisa, percebemos que influenciados por um modo de pensar, podemos impedir o próprio pensamento de inventar mundos possíveis, conseqüentemente realizá-los também. Além disso, reagir aos ataques sofridos pelas forças conservadoras e não contra-atacar. O que nos diz de um pensamento colonizado por um modo de ver a história. Uma problemática que não podemos desconsiderar no trabalho social, sobretudo quando se fala em crise das esquerdas, quando nos perguntamos o que será da nossa tão recente e frágil democracia.

Continuando com as análises a partir de Coimbra, mesmo com a instauração da ditadura, não deixaram de circular nos espaços culturais onde o público da esquerda e militantes se encontravam ideias e produções contrárias ao regime imposto. Artistas produziam obras, peças musicais, espetáculos de protestos. Esses espaços se constituíram como um campo de resistência (Coimbra, 1995).

No cenário cultural do país programas como o da Jovem Guarda são criados para produzir outras subjetividades, de modo que as pessoas ignorassem, eliminassem o engajamento político do cotidiano. Mas novas subjetividades são produzidas e de forma criativa e inovadora com preocupação por temas sociais, trazendo novas linguagens e expressões artísticas, sobretudo no cinema. Essas novas subjetividades da geração de 68 se forjaram com fortes influências das teorias foquistas sobre a revolução, como também do movimento contracultural nos EUA e Europa (Coimbra, 1995).

A repressão se sofisticava com a criação do Serviço Nacional de informações com agência nos ministérios, empresas estatais e universidades. A partir disso, outros aparelhos repressores foram criados com o DOI/CODI que fazia uma integração maior entre os organismos repressivos já existentes. Além disso, os grupos paramilitares, também chamados de esquadrão da morte,

justificavam sua existência pela diminuição dos índices de criminalidade nas periferias das grandes cidades. Estes se ligavam à polícia política e integravam o sistema de segurança. São também esses esquadrões que inspiram os grupos de extermínio dos anos 80 e 90 e que atuam até hoje na institucionalização da pena de morte (Coimbra, 1995).

Aqui é impossível não nos remetermos ao que chamamos hoje de genocídio da juventude negra. Uma realidade tão presente no cotidiano do trabalho social realizado por psicólogos. Não é novidade que a taxa de homicídio entre adolescentes e jovens negros e pobres é superior a de brancos de mesma faixa etária. Estes dados são freqüentes e crescentes a cada ano em diversos estudos como os realizados pelo Mapa da Violência e Atlas da Violência, por exemplo. Este fenômeno complexo nos mostra a máxima expressão do neoliberalismo em que não há espaço para todos, sendo portanto selecionados corpos identificados como descartáveis e matáveis. Nesta seleção de morte, presenciamos a máxima expressão do racismo amalgamado ao modo neoliberal. Um exemplo disto é a intervenção militar no Rio de Janeiro que parece mais um espetáculo de horror. A entrada dos militares nas favelas tem aumentado o número de vítimas desta violência de Estado, muitas delas mortas por uma política pública de segurança que sintoniza com o que Mbembe (2017) chama de Necropolítica. Ele evoca Franz Fanon ao dizer que:

(...) o colonialismo era uma força fundamentalmente necropolítica, animada na sua origem por um instinto genocida. E uma vez que qualquer situação colonial era, em princípio, uma situação de violência potencialmente exterminadora que, para se reproduzir e para se perpetuar, deveria ser convertida numa ontologia e numa genética, só era possível assegurar a destruição através de uma «práxis absoluta». (Mbembe, 2017, p. 275).

Como podemos perceber, a violência colonial de que fala Mbembe (2017) é uma força que se institui brutalmente por uma força exterminadora, cuja duração no tempo se dá pela força. É essa duração que se desdobra no que vivemos hoje. Mesmo com esta ameaça de morte escancarada pelo aparato do Estado via segurança pública - mascarada pelo discurso de segurança nacional, combate à criminalidade e às drogas -, percebemos a politização de jovens negros e negras e a formação de coletivos que produzem uma afirmação da identidade negra pela estética expressa em saraus de poesia, dança, música como o funk, o hip-hop, moda dentre outras expressões. Coletivos que problematizam a realidade dos jovens e o racismo

institucionalizado que atinge diretamente à população afrodescendente. Este movimento da juventude negra também foi impulsionado pelas políticas públicas de reparação da desigualdade racial como as cotas, a entrada de jovens negros nos cursos de nível superior e a participação de negros e negras nos espaços decisórios de políticas sociais. Um trabalho realizado por muitas gerações que transformaram morte em vida. Isto porque

Neste mundo, o escravo surge não como uma entidade definitivamente criada, mas como um sujeito de *trabalho*. O próprio trabalho é uma actividade permanente. A própria vida desenrola-se como um fluxo. O sujeito da vida é um sujeito de trabalho. Neste *trabalho para a vida* são mobilizados vários registos de acção. Um deles consiste em armadilhar o portador do perigo ou da morte. O trabalho para a vida consiste portanto em capturar a morte e em trocá-la por outra coisa (Mbembe, 2017, p. 244).

Ainda em relação ao contexto da ditadura civil-militar, Coimbra (1995) nos diz que nessa mesma época em que mais se tortura, persegue opositores, seqüestra e assassina é a mesma que se vende uma imagem de tranqüilidade, progresso e bem-estar se produz subjetividades coletivas com dificuldades de questionar e recusar a ordem produzida, estabelecida e imposta. O consumismo e a necessidade de ascender socialmente dão o tom nos processos de subjetivação. Acredita-se na excelência do sistema e na meritocracia. A classe mais pobre e a classe média aceitam passivamente que compete ao governo a resolução dos problemas, cabendo-lhes apenas estudar, trabalhar, “subir na vida” e ficar de fora da política (Coimbra, 1995).

Este modo indivíduo que trabalha para subir na vida, um empreendedor de si mesmo desconectado das questões políticas que nos atravessam é um discurso que parece ganhar força principalmente nos momentos de crises como no período da ditadura civil-militar e neste em que estamos vivendo agora. Crises estas, segundo Dardot e Laval (2016), provocadas pelo próprio sistema capitalista que encontra a oportunidade de se atualizar e fortalecer nestes momentos.

A crise permanente provocada pelo capitalismo em que “quanto mais as coisas se desarranjam, melhor elas funcionam” (Silva, 2005, p. 123), evidencia o seu funcionamento de gerir as micro conflitualidades, as contradições que se expandem continuamente (Silva, 2005). Mas consideramos também que as crises são provocadas também por forças instituintes conservadoras e não-conservadoras em tensão e que modificam os modos de ver e existir no mundo. Por exemplo, há uma tensão entre o discurso de católicos e evangélicos conservadores

e o discurso de forças progressistas que desconstroem a ideia sobre lugar da mulher, do negro, do indígena, da sexualidade e gênero na sociedade, sobretudo na formulação de políticas sociais.

Um outro ponto que Coimbra (1995) chama atenção é que foram produzidas categorias como subversivo como conotações de grande periculosidade e violência pois constituía ameaça à ordem vigente, sendo necessário identificá-lo e controlá-lo. O subversivo é visto também como traidor, ateu, contrário à religião, à família, à pátria, amoral e à civilização. Um anti-social contaminado por ideologias exóticas que pode contaminar, passar a “doença que adquiriu”. Já o drogado, outra categoria produzida, é um ser moralmente nocivo, com seus hábitos e costumes desviantes. A junção dessas duas categorias: drogado e subversivo torna o sujeito ainda mais perigoso.

Percebemos essa herança do drogado e subversivo na relação do Estado com os cidadãos através do combate às drogas, sobretudo quando se trata de usuários negros. Transformando usuários em inimigos a serem neutralizados. Apesar disso, a discussão sobre a discriminação das drogas e a dependência decorrente do uso delas como uma questão de saúde pública mostra um outro discurso que desmonta a equação “drogado”= traficante=perigo. A Marcha da Maconha tem atraído cada vez mais usuários, não-usuários, diversos profissionais e cidadãos interessados em conhecer uma visão diferente da instituída pelo Estado em suas políticas públicas de segurança, quando por exemplo problematiza a noção do que seja droga e coloca que podemos desenvolver dependência com qualquer tipo de substância ou comportamento.

Voltando ainda para o contexto da ditadura, as categorias subversivo e drogado não só enfraquecem os movimentos de resistência, mas produz também outra subjetividade: a crise da família e sua desestruturação. Os filhos drogados e subversivos passam a ser vistos como falha da família. Produz-se o discurso da família como mantenedora de uma sociedade saudável, com controle e disciplina, cabendo à família cooperar para que continue funcionando assim (Coimbra, 1995).

Individualiza-se o problema nos desviantes e suas famílias e desresponsabiliza o Estado dos efeitos do estado de terror em que colocou as pessoas, as famílias e a sociedade. As famílias acabam aceitando este discurso, culpabilizando seus filhos e a si mesma. Estes problemas são vividos como deficiências psicológicas e morais dos filhos. O mundo exterior é vivido como perigoso e desviante. Cabendo aos indivíduos defender-se e evitar os perigos. Estes modos de

subjetivação fortalecem a privacidade familiar e a interiorização das pessoas, criando a ilusão de que o interior é uma realidade absoluta. Dessa forma, aumenta-se o interesse pelos problemas da personalidade em busca de uma autenticidade, em que o sujeito seja transparente e autêntico em todos os seus atos (Coimbra, 1995).

Essas exigências da “personalidade intimista” estão intrínsecas às relações com o corpo, com os outros, com a sociedade em geral. Predominando a hipervalorização do eu, sempre insatisfeito, exigente, tirânico e cheio de verdades. O intimismo está fundamentalmente ligado a uma cultura onde tudo se reduz ao psiquismo e ao privado. A militância política é vista de forma negativa e rejeitada. Prevalece a crença de que os interesses pessoais, familiares estão acima de qualquer outro e não se deve abrir mão deles. O psicologismo legitimado pela ciência exercita a tecnologia do ajustamento, tudo se torna psicologizável, o casal, os filhos, o sexo, o corpo. Multiplicam-se especialistas para atender as demandas criadas e crescentes (Coimbra, 1995).

Mesmo as subjetividades dominantes se afirmando, as subjetividades singulares não deixaram de atuar. A liberdade sexual, controle da natalidade, a instituição do divórcio, a emancipação da mulher, a socialização dos serviços domésticos se constituíam em ideias e modos de subjetivação que ameaçam o *status quo*. Os especialistas psi com a suposta neutralidade científica é que vão contribuir para a disciplina e normatização, produzindo discursos de verdade. Com isso, produzindo também, o sentimento individual e coletivo de incompetência, poderosa arma de dominação (Coimbra, 1995).

Apesar de a classe média se orientar pelas subjetividades hegemônicas e das resistências influenciadas pelos movimentos de contracultura, outras formas de luta também se pronunciaram principalmente nos bairros de periferia das grandes cidades. Poucos grupos psi se articularam com os diferentes movimentos sociais que traziam, sobretudo, novas práticas que politizavam o cotidiano dos lugares de trabalho e moradia, desestabilizando movimentos tradicionalmente instituídos (Coimbra, 1995).

Por outro lado, aconteceu também uma crise das instituições igreja, sindicalismo e esquerdas. Em que os movimentos buscavam novos caminhos, práticas ligadas à teologia da libertação, repensar o marxismo, a luta armada e o movimento sindical. Estes movimentos ao mesmo tempo em que produziam outros modos de fazer política, tiveram que lidar com o modo dominante de fazer política das esquerdas, dos sindicatos, da igreja e dos movimentos

comunitários. Além disso, enfrentar o intimismo reforçado pela ditadura militar, sua propaganda anticomunista e a ideia reforçada de cuidar da família em detrimento da atuação política, sob o imperativo da segurança e do desenvolvimento (Coimbra, 1995).

Contudo, as expressões de resistência vão se dando em bairros populares com pequenos atos aparentemente tímidos, mas que rompem com o silêncio imposto. Atos realizados por ativistas operários, militantes da esquerda, padres e freiras progressistas e moradores ligados aos núcleos comunitários de paróquias locais (Coimbra, 1995).

2.5 A CONFIGURAÇÃO DO TRABALHO SOCIAL NUM CONTEXTO DE REDEMOCRATIZAÇÃO DO PAÍS E DE POLÍTICAS PÚBLICAS

No período da transição democrática houve uma intensa mobilização popular com a participação de diversos segmentos da população, sindicatos, militância de partidos políticos, sociedade civil organizada, intelectuais e profissionais autônomos engajados e setores progressistas da igreja católica como vimos em momentos históricos anteriores. Uma conjugação de forças no campo considerado progressista, no sentido de redefinir as regras políticas e estabelecer um Estado democrático de direitos que culmina com a Assembléia Nacional Constituinte. Esta marcada também por disputas políticas ferozes e o desejo de grande parte dos brasileiros por mudanças sociais mais amplas (Yamamoto e Oliveira, 2010; Reis et al, 2014).

Do embate político-ideológico no Congresso Nacional resultou a chamada Constituição Cidadã, promulgada em 1988. A carta magna constitui-se então de avanços no campo social como a garantia do direito à educação, à saúde e à previdência social. como também mantém aspectos conservadores, por exemplo, a noção de família tradicional. Contudo, as políticas sociais juridicamente deixam de ter um caráter assistencialista e passa a ter um caráter universalista e igualitário, garantindo direitos a todos os cidadãos, independentemente de contribuição. Sendo, portanto, dever do Estado ofertá-las (Yamamoto e Oliveira, 2010; Reis et al, 2014).

O que se destaca de fato nesse momento histórico é a mobilização política dos movimentos sociais por direitos sociais e pelas mudanças advindas daí, pois os avanços esperados com tais políticas públicas na agenda do então governo Sarney não foram satisfatórios. Pelo contrário, a máquina pública continuou operando de modo seletivo,

compensatório, fragmentado, setorizado, centralizado e altamente burocratizado (Yamamoto e Oliveira, 2010).

O movimento pela Reforma Sanitária se destaca nesse período não só pela sua amplitude, mas principalmente por ter proposto o Sistema único de Saúde na VIII Conferência Nacional de Saúde em 1986. Naquele momento se desenhou a política pública de maior referência para o campo de trabalho de psicólogos posteriormente e outros profissionais, como também referência para a elaboração das demais políticas sociais. Dando, assim, um pontapé na configuração de um sistema de proteção social, em meio a uma crise econômica mundial com uma fortíssima recessão, momento em que a agenda neoliberal era vendida como solução da crise (Yamamoto e Oliveira, 2010).

Esta agenda é um conjunto de proposições políticas conservadoras inspiradas no darwinismo social que para levar adiante este projeto definiu como foco estratégico a produção de uma cultura e subjetividade empresariais. O objetivo maior é estabelecer o mercado como instância mediadora, criar um Estado mínimo e fortalecer a lógica meritocrática. Essa agenda se materializa de acordo com as conjunturas nacionais específicas e por meio de: redução considerável da emissão monetária, aumento das taxas de juros, diminuição da taxa sobre grandes salários e grandes fortunas, do não controle sobre os fluxos financeiros, redução de postos de trabalho elevando os níveis de desemprego em massa, controle e repressão do movimento sindical, corte de gastos sociais com a desmontagem dos serviços públicos e um programa feroz de privatização de estatais (Yamamoto e Oliveira, 2010) e acrescentamos ainda dos recursos naturais.

Isso nos faz pensar na não demarcação de terras indígenas e quilombolas, nos conflitos de terras entre fazendeiros e empresários do agronegócio com comunidades tradicionais, pequenos agricultores e trabalhadores rurais. Grande parte destes grupos em desvantagem na disputa pela terra são descendentes de povos africanos e indígenas. Esta situação constitui um flagrante da manutenção de uma herança escravocrata que se atualiza nas relações econômicas desiguais atualizadas e reforçadas por famílias tradicionais da elite política e econômica do nosso país.

Então, o processo de configuração de um sistema de proteção social foi comprometido pelos governos inspirados pelo Neoliberalismo. Essa interferência no processo de efetivação de

tal sistema teve seu início no governo Collor em 1990 (Yamamoto e Oliveira, 2010). Governo este que levou o país a aprofundar a crise em que atravessava e um dos feitos mais lembrados deste governo foi o sequestro das aplicações nas poupanças dos brasileiros e o rombo no INSS.

Mas, a agenda neoliberal ganha mais força nos governos de FHC (1995-2003) que implementa um programa de Reforma do Estado bem dentro do que prescreve esta agenda. Sem deixar, contudo, de efetivar mesmo que de modo compensatório e focalizado, algumas políticas sociais como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, o Benefício de Prestação Continuada e o Bolsa-Escola. Isto porque a situação de desigualdade social e o número de pessoas abaixo da linha de pobreza eram alarmantes (Yamamoto e Oliveira, 2010). Mas, percebe-se neste cenário de efetivação de algumas políticas sociais a precarização e a privatização dos serviços com tônica desta “Reforma”.

A precarização se dá a partir da descentralização dos serviços com a transferência da responsabilidade pela oferta de serviços deteriorados e sem financiamento aos governos locais (estadual e municipal), corte de natureza discriminatória para o acesso aos serviços sociais básicos pela necessidade de comprovação da “condição de pobreza” (Yamamoto e Oliveira, 2010). Veremos mais adiante como a Psicologia reforça, de uma certa forma, este modo de operar em suas produções acadêmicas.

Já a privatização parcial ou total dos serviços se dá pela mercantilização dos serviços sociais, transformando-os em mercadorias, inserindo-os em nichos de mercado e ofertando ao consumidor. Configurando também uma atualização da espoliação da força de trabalho do trabalhador. Há ainda a atualização da assistência filantrópica em resposta à questão social, que acontece com a transferência de parte da responsabilidade por ofertar serviços sociais, sobretudo para populações consideradas excluídas e vulneráveis, para a sociedade civil que realiza trabalhos voluntários. Esta atualização da filantropia desembocou também no aparecimento de organizações não-governamentais (ONGs) que configuraram o chamado “terceiro setor” (Yamamoto e Oliveira, 2010).

A parceria entre o Estado, o mercado e a sociedade civil (ação solidária, filantrópica, voluntária) produziu conseqüências que interferiram nos processos de efetivação das políticas sociais, por exemplo: atendimentos segmentados em serviços de qualidade diferenciada conforme o poder aquisitivo dos usuários. Interferiram também na mobilização e organização política de setores da sociedade, uma vez que a institucionalização de discursos e práticas ligadas

ao mundo administrativo-empresarial foi ganhando força e enfraquecendo processos auto-gestionários e coletivos. Um modo de ver e tratar a sociedade civil se constituiu a partir de ONGs que atendem as mais diversas questões sociais e não mais os movimentos populares de décadas anteriores. Um processo que também produziu uma certa despolitização dos conflitos sociais (Yamamoto e Oliveira, 2010).

Estas organizações passam a receber recursos públicos via editais, convênios, e mais tarde, parcerias público-privadas. O que nos remete a um funcionamento que engata ao mesmo tempo um processo de terceirização dos serviços públicos, a precarização dos mesmos e o desmantelamento das políticas sociais. Uma vez que os recursos públicos para as políticas sociais são drenados para estas organizações do terceiro setor.

Podemos dizer que o terceiro setor foi a porta de entrada das empresas e se mostrou como alternativa de eficácia para a gestão de políticas sociais. Com argumentos, não sem fundamentos, de que a gestão pública é ineficiente, carente de planejamento e ferramentas de gestão administrativas. O planejamento, acompanhado de monitoramento, busca por resultados e avaliação dos mesmos se constituem, como principais ferramentas nas mudanças de gestão das políticas sociais, em detrimento de uma gestão com perspectiva de processos.

Nesse processo de descentralização das competências do Estado para as ONGs voltadas para os interesses coletivos, acreditava-se que estas seriam capazes de realizar ações em seus projetos de maneira integrada e intersetorial, envolvendo outras organizações formando uma rede que respondesse às demandas da população. Daí, o discurso empresarial de que para efetivar as políticas públicas de modo eficaz e eficiente seria necessária uma mudança na cultura organizacional das instituições públicas, gestoras de tais políticas, e a incorporação de organizações autônomas privadas. Estas supostamente competentes na administração de recursos, capazes de tornar eficaz e eficiente a gestão de políticas públicas.

No que diz respeito à oferta de serviços sociais enquanto um nicho bastante rentável para empresas, a denominação de “empresas responsáveis socialmente”, garantia um diferencial num mercado altamente competitivo, pois agrega valor à marca, ao produto e ao nome da empresa que disputa no mercado a preferência de consumidores. Junto com isto, toda uma produção de teorias e técnicas para garantir uma gestão de qualidade, tornando as empresas mais eficientes, eficazes, “eticamente responsáveis”, mais competitivas e lucrativas. Além de atrativas para

investidores e para formalização de convênios e contratos com empresas estatais para a realização de variados serviços. Percebemos isto com a instituição dos sistemas de certificação de qualidade das empresas como ISSO 9001.

E os profissionais da Psicologia neste contexto? Ao longo das décadas de 1980 e 1990 estes profissionais foram se inserindo em espaços institucionais de atendimento às populações mais pobres, consideradas vulneráveis socialmente, em diversos projetos de assistência social e saúde em organizações governamentais e ONGs. Mas foi através das discussões e dos movimentos sociais pela saúde pública e reforma sanitária e o trabalho com a saúde da população que colocava em questão a situação de grande parcela da população brasileira que os psicólogos se inseriam no movimento dos trabalhadores da saúde. Talvez aqui tenhamos indícios de um processo de proletarização dos profissionais da psicologia. Muitas discussões vicejaram neste período nas entidades representativas em relação à inserção do psicólogo no espaço público. E o Conselho Federal de Psicologia (CFP) divulgou a minuta “A atuação do psicólogo na promoção da saúde” com diretrizes para atenção psicológica no sistema público no sentido de esclarecer, delimitar e identificar as atividades deste profissional na área da saúde (Yamamoto e Oliveira, 2010). Podemos considerar tal minuta como algo que se desenvolverá e constituirá mais tarde o Centro de Referência em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP).

Mesmo havendo psicólogos sensíveis às questões sociais, críticos em relação aos processos de exclusão social no Brasil e atuantes em movimentos sociais, havia uma grande parcela destes profissionais formados e atuantes dentro de modelos clássicos e hegemônicos da clínica em consultórios particulares, reforçadores de um processo de psicologização e individualização de questões sociais. Com a compreensão de que o seu trabalho compreendia ajustamento, adaptação, auto-realização, desenvolvimento, convivência e desempenho. Então, a entrada de grande parte destes profissionais na saúde pública e na assistência social não resulta necessariamente de um processo de conscientização profissional em relação ao seu papel junto às populações mais pobres (Yamamoto e Oliveira, 2010).

Esta entrada está relacionada também com a crise geral do capitalismo, que gerou um grande número de desempregados, diminuindo o padrão de consumo da classe média, onde se encontrava grande parte da clientela de serviços psicológicos. A falta de clientes no mercado de trabalho e as discussões acadêmicas em relação à importância social da profissão impeliram o

psicólogo a buscar trabalho em outros espaços capazes de absorver sua mão de obra. Não havia um modelo de trabalho nestes lugares, então grande parte dos profissionais acabavam por reproduzir no atendimento junto às pessoas pobres a psicoterapia realizada nos consultórios (Yamamoto e Oliveira, 2010).

Por outro lado, é inegável que a partir de 2003 com a eleição de Lula há um investimento no desenvolvimento de políticas públicas que pudessem diminuir as desigualdades sociais. À época, 54 milhões de pessoas viviam abaixo da linha da pobreza, ou seja, famílias cuja renda familiar não ultrapassava meio salário mínimo/mês. Como medida emergencial de médio e longo prazo, o governo Lula priorizou algumas pautas como o combate à fome e à miséria. O Programa Fome Zero buscava intervir imediatamente na situação de pobreza a partir das seguintes linhas de atuação: defesa do direito à renda, defesa do direito à segurança alimentar e nutricional, e defesa do direito à assistência social. Contudo, para a efetivação do referido programa necessitava-se de uma reorganização da economia e da política. Portanto, para operar o Fome Zero foi criado o Programa Bolsa Família (PBF) que integrou os programas de transferência de renda criados no governo FHC, ampliando o número de famílias beneficiadas pelos programas assistenciais (Yamamoto e Oliveira, 2010).

O PBF foi criado para atender às famílias consideradas em situação de vulnerabilidade social que tinham acesso ao benefício a partir do cumprimento de condicionalidades na saúde e na educação. Por exemplo, as crianças deveriam estar matriculadas e frequentando a escola, além de estarem com o cartão de vacinas em dia. A ideia é que as condicionalidades poderiam potencializar a saída das famílias do ciclo que gera a pobreza (Yamamoto e Oliveira, 2010).

Nos governos seguintes Lula-Dilma (2010-2016) há um investimento no desenvolvimento das ações em saúde, na geração de trabalho, emprego e renda, recursos destinados à educação, à pesquisa e à cultura, na agricultura familiar e em obras estruturais para o desenvolvimento do país. Criação de universidades públicas federais e institutos de educação, ciência e tecnologia, sobretudo nas regiões norte e nordeste. Além das políticas de reparação e promoção da igualdade racial e social como a Política de Cotas nas universidades públicas, O PROUNI, a Política de Saúde da População Negra, a Lei nº 10. 639 que institui a obrigatoriedade da inclusão no currículo oficial da rede de ensino a temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”, demarcação e titulação de terras quilombolas e indígenas, regulamentação do trabalho

doméstico possibilitando um grande contingente de mulheres negras trabalhar com carteira assinada e usufruir dos direitos presentes na CLT, o Programa Minha Casa Minha Vida, dentre outras. Vale ressaltar que a implementação de tais políticas é fruto das lutas do movimento negro que tem sinalizado a importância não só das políticas de reparação como também a necessidade de pensarmos em perspectivas decoloniais, tendo em vista a herança da escravidão no nosso país e as dificuldades encontradas no processo de enfrentamento do racismo institucionalizado.

Contudo, os governos Lula-Dilma fracassaram na tentativa de conciliação de interesses da classe trabalhadora priorizando políticas públicas necessárias para a mobilidade social. Mas também fazendo concessões às elites cedendo às exigências de setores que representam os grandes empresários do país e do sistema financeiro mundial. As políticas públicas implementadas não foram suficientes para promover as reformas sociais tão sonhadas que radicalizariam a democracia no Brasil. Mesmo com a efetivação de algumas políticas públicas, os governos Lula-Dilma de um certo modo desaceleraram o avanço da agenda neoliberal, mas não deixaram de realizá-la.

E isto se materializa nas concessões de estradas federais, grandes obras públicas, crescente terceirização do funcionalismo público, o aumento de parcerias público-privadas, falta de diálogo e criminalização dos movimentos sociais, repressão policial aos setores mais pobres da população, sobretudo jovens negros, obras superfaturadas, aumento da dívida pública, lucros altíssimos dos bancos e redução dos investimentos em áreas essenciais como saúde, educação e segurança pública.

Não podemos esquecer que foram nos governos de Lula e Dilma com a implementação de políticas públicas que se ampliou a possibilidade de atuação profissional do psicólogo. Este período marca a instituição da atuação deste profissional no âmbito das políticas públicas e imprime intensa produção, ainda que incipiente, de conhecimentos teóricos e práticos neste campo. Sobretudo uma produção em torno das populações consideradas vulneráveis e em situação de risco social.

Reis et al (2014) colocam em questão a produção de conhecimento em Psicologia Social no Brasil, a partir dos enunciados que compõem especificamente o campo discursivo da Psicologia Social. Estas formulações discursivas não se dão por um desenvolvimento contínuo e progressivo, mas por rupturas e descontinuidades. As inquietações deste campo vão

configurando determinadas temáticas como objetos de estudo, construídos por pesquisadores, professores da Psicologia e áreas afins que discutem, planejam e definem temas de interesse comum na produção científica que circula no país (Reis et al, 2014).

Esta produção de saberes na Psicologia Social inicialmente estava voltada para movimentos sociais e lideranças comunitárias enquanto agentes de mudanças sociais. Mas ao longo dos anos vai sofrendo um deslocamento e passa a enfatizar o campo das políticas públicas, reconhecendo-as como centrais no processo de transformação social, como mecanismo de superação das condições geradoras de exclusão e opressão sociais, e espaço também de participação política. Isto fica evidente no início dos anos 2000 em que se percebe uma diminuição de trabalhos voltados para os movimentos sociais e uma grande quantidade de trabalhos versando sobre políticas públicas (Reis et al, 2014).

Uma hipótese levantada por Reis et al (2014) é que a própria constituição das políticas públicas instituiu um importante espaço de trabalho para psicólogos nos últimos anos. Gerando maior investimento das agências de fomento em pesquisa nesta área e o interesse de pesquisadores também. Mesmo com este deslocamento de grande parte das produções para as políticas públicas, ainda temos produções que apostam na análise dos movimentos sociais e que problematizam a cooptação dos mesmos pela política governamental (Reis et al, 2014).

Contudo, os autores apontam para os riscos que corremos quando operamos apenas pela via do Estado que é o enfraquecimento da noção de política enquanto relações entre as pessoas, despotencializando assim os modos de organização populares. Além disso, o foco nas políticas públicas tem levado a uma busca por soluções funcionalistas na dinâmica dos serviços públicos, de modo a responder aos entraves impostos à efetivação dos marcos legais consolidados (Reis et al, 2014).

E concordando com os autores, esse deslocamento parece promover uma despolitização e institucionalização dos movimentos sociais, antes vistos como protagonistas no processo de democratização do país e opacos no cenário da Psicologia Social contemporânea (Reis et al, 2014). Lembramos que não foram poucas as críticas que tentavam diminuir a importância das chamadas Jornadas de Junho de 2013 que levaram uma multidão às ruas do país estimuladas pelas manifestações de rua disparadas pelo Movimento Passe Livre.

Um movimento que não tinha uma liderança instituída, sobretudo por partidos políticos que tentavam cooptar o movimento e se apropriar de um processo autogestionário. Um movimento bem diferente das manifestações coordenadas por centrais sindicais e partidos políticos que em seu funcionamento operam de modo verticalizado, delegando às lideranças permanentes a direção da massa, o palanque político e o poder representativo. Algo que já está perdendo força devido a pouca capacidade de mobilização, questionamentos em relação à representatividade e por se transformar num espaço de autopromoção via bandeiras de lutas.

Contudo, há também produções próximas do paradigma pós-estruturalista que não estão focadas em mudanças macropolíticas, mas em modos de subjetivação. Entende-se que as exclusões se produzem tanto pela vulnerabilização dos corpos e da exposição do sujeito à morte biológica, quanto pela restrição da potência de vida dos sujeitos e das diversas formas de ser e habitar este mundo. Assim, a transformação social passa pela superação da pobreza e pelos modos como os sujeitos se relacionam consigo mesmo e com o mundo. Portanto, tais produções problematizam as próprias políticas públicas ao analisar seus efeitos nos modos de subjetivação e as práticas psicológicas ao analisar produções subjetivas que desestabilizam verdades e certezas científicas produtoras de exclusão social (Reis et al, 2014).

Acreditamos que este campo de produção de conhecimentos da Psicologia Social também é um campo de disputas enunciativas em que por muito tempo tem privilegiado epistemologias geralmente de origem européia. Há uma abordagem às questões sociais a partir deste olhar eurocentrado. Mas, atualmente presenciamos um movimento nesta produção que tem colocado como pauta um saber localizado, epistemologias mais condizentes com a nossa realidade e pluralidade cultural. E tem sido crescente, por parte de trabalhadores sociais da Psicologia, o interesse por epistemologias do sul, pelos estudos pós-culturais e decoloniais, perspectiva afrocentrada, um saber que é produzido pelo subalterno que adentra os espaços de produção de conhecimento e problematiza as referências até então consideradas cânones no trabalho social como Marx, por exemplo, sem deixar de validar sua contribuição para a compreensão de sociedades capitalistas como a nossa. E todas estas produções que estão se anunciando tem contribuições a oferecer para a produção de discursos e práticas do trabalho social num contexto neoliberal.

Por outro lado, o trabalho social por meio da luta por direitos foi se institucionalizando e se distanciando das comunidades e movimentos sociais como mostra Reis et al (2014). E esta luta por dentro do Estado de um certo modo foi estatizando a vida e exercendo um controle cada vez mais crescente das populações pelas políticas públicas, num Estado que foi se tornando neoliberal. Ou seja, o próprio trabalho social, lutando por direitos por dentro do Estado, enfraquecendo movimentos de luta externos à máquina estatal, foi engendrando e fortalecendo o modo empresa de si.

3. ELDORADO¹⁰ É O BRASIL: Trabalho social num contexto Neoliberal

No Brasil de hoje, vemos que foram dados alguns passos para a elaboração e implementação de políticas públicas para a garantia de direitos, sobretudo da população mais pobre, preta e periférica do país. Este processo vem ocorrendo do fim da ditadura civil-militar para cá e incrementado nos 13 anos dos governos Lula e Dilma (2003-2016), como vimos anteriormente. Nesse contexto, nos deparamos com: uma sucessão de casos de corrupção envolvendo grandes somas do erário público; uma ascensão vertiginosa de setores mais conservadores da sociedade com retração de algumas políticas públicas e corte de outras.

O governo eleito sofreu um impeachment em meio a debates, controvérsias, polêmicas no campo social e nas mais diversas instâncias. E com isso um governo que não tem encontrado legitimidade e reconhecimento da população, como as pesquisas¹¹ tem mostrado, tem ao mesmo tempo tido força para aprovar projetos que caminham na direção de ataques aos direitos sociais e às conquistas no campo das políticas públicas, com repercussões diretas para o trabalho social de trabalhadores sociais.

Vale registrar um movimento de resistência nas instituições de ensino que iniciou com estudantes secundaristas e se espalhou pelas universidades públicas do país, na tentativa de barrar os projetos do atual governo que colocam em curso o desmonte de políticas sociais. O Instituto de Psicologia da UFRGS foi ocupado entre os meses de novembro e dezembro de 2016.

¹⁰ Eldorado é nome fictício de um país na trama do filme “Terra em transe”.

¹¹ Conferir pesquisa CNI/IBOPE: avaliação do governo (setembro 2017), disponível em: https://static-cms-si.s3.amazonaws.com/media/filer_public/b2/97/b297c9fa-2efd-4ffc-8f9f-a23641b28aac/pesquisa_cni-ibope_set_2017_1.pdf

As pautas trazidas por estudantes, principalmente negros, futuros trabalhadores sociais, trouxeram para o debate além dos efeitos do racismo institucionalizado e a importância de políticas de reparação, a discussão sobre o então governo e o neoliberalismo. Uma conexão que atinge às políticas públicas, sobretudo as de reparação à questão racial, e os investimentos nesta área, especialmente na educação. Chamando atenção para a população negra que mais sofrerá com estes impactos.

As discussões nas Ocupações da UFRGS nos fizeram pensar também na precarização das condições de trabalho do trabalhador social impulsionadas por este momento do capitalismo, que se vê diante de um contexto em que o mercado exige profissionais altamente qualificados, impelindo-o a uma formação constante. Sua posição diante do empregador, que exige do trabalhador mais produção além de sua capacidade e condições oferecidas, é frágil. Deste modo, podemos pensar que o trabalhador social sofrendo estes impactos, também produz impactos nas populações que atende pelos efeitos que gera com o seu trabalho. E não obstante o trabalhador social se vê num dilema entre atender a exigência de produção de resultados quantitativos ou atender aos processos que não geram os resultados esperados, mas que buscam atender a demanda dos usuários de seus serviços.

Há uma percepção de que as mudanças propostas pelo governo Temer são programas de governo alinhados ou prescritos pelo sistema financeiro mundial. E um ponto que chama atenção é a formação do congresso nacional deste governo, composto majoritariamente por homens brancos, que parecem representar o poder econômico (com a bancada de empresários, lobistas, ruralistas do agronegócio, do setor da segurança privada, dos bancos, planos privados de saúde e evangélicos) mais do que representar os mais diversos segmentos da população, e os chamados de minorias.

Algo que é preciso destacar é que em poucos meses de governo Temer desmantelou-se o que se levou três décadas para se efetivar minimamente (desde a Assembléia Nacional Constituinte de 1986 até 2016). Qual seja, um sistema de garantia de direitos e bem-estar social. E a reforma trabalhista, já em vigor, prevê terceirizações, trabalho intermitente e *home office*, demissão em comum acordo sem direito ao seguro desemprego, fim da contribuição sindical obrigatória e acordos coletivos que prevalecem sobre o legislado.

Além disso, enfraquece a justiça do trabalho dificultando que trabalhadores ingressem com uma ação judicial para reclamar direitos. Em resumo, uma reforma que coloca trabalhadores em situação desvantajosa frente ao empregador, com argumentos de melhorar a competitividade das empresas brasileiras nos mercados interno e mundial.

Estes fatos não estão desconectados de outros acontecimentos no mundo, o que estamos vivendo se assemelha de algum modo ao que outros países da América Latina também sofreram e sofrem, desde o início dos anos 1990 quando passou-se a implantar na América Latina a agenda neoliberal. O desmonte das políticas públicas, o retorno ao passado de miserabilidade e crescente marginalização da população pobre, a venda de nossas riquezas, a máquina pública completamente tomada para atender aos interesses das elites do país bem articuladas com o sistema financeiro mundial, voltam a nos rondar como fantasmas que ganharam e ganharão corpos.

3.1 O TRABALHO SOCIAL ESTÁ ASSIM Ó...

Este cenário que descrevemos até aqui é bastante conhecido por trabalhadores sociais da psicologia. Esta pesquisa justifica-se pela relação direta que fizemos entre o projeto neoliberal, sobretudo do governo Temer, com o trabalho social. Isto fica evidente com o desmantelamento das políticas públicas a partir das formas de contratação de profissionais, da rotatividade de equipes nos territórios, das verbas e recursos destinados aos equipamentos que não chegam ou são poucos, e acabam impactando no trabalho social realizado com a população.

O contexto do trabalho social não é novidade, mas é necessário que se diga. E aqui ele é apreciado a partir do olhar de uma psicóloga social negra. Vale frisar que grande parte da nossa história foi escrita por mãos brancas, como bem diz a historiadora negra e sergipana Maria Beatriz do Nascimento. Tentamos reescrevê-la a partir de fragmentos e dos pouquíssimos registros encontrados. Por isto, consideramos necessária a perspectiva de outros olhares, sobretudo daqueles a quem foi negada a própria história.

Sendo assim, o trabalho social tem se configurado cada vez mais precário, ainda mais neste governo. Contratos de trabalho que duram pouco, pagam pouco, cobram muito e esperam que as/os trabalhadores sociais dêem provas, em relatórios se possível quantitativos e imagens

fotográficas, de que este trabalho foi realizado. O problema não está nestas formas de registro, mas para o quê elas têm servido. E sabemos, quase sempre servem para quantificar a produção do trabalho realizado apenas.

É rotineiro o salário ou pagamento pelo trabalho, mesmo depois de ter passado o mês e o período da realização do mesmo, estar atrelado à entrega do produto final: às provas. Salários que não condizem com o trabalho desenvolvido, carga horária que não condiz com o trabalho exigido e as jornadas de trabalho extrapolam o que foi contratado. Sendo muito comum profissionais trabalharem nos finais de semana. Em meio à burocracia há a resistência equilibrada que na linha fina do trabalho social cria as provas de que o trabalho foi realizado enquanto ensaia movimentos que produzam alguma diferença no cotidiano das pessoas.

O tempo parece derreter numa dinâmica tão efêmera de contrato de trabalho. A percepção é de não se ter tempo para permanecer com as pessoas com as quais se trabalha. Dessa forma, as/os trabalhadores sociais não têm tempo para ver os desdobramentos das intervenções que fazem, porque mudanças sempre acontecem quando se pisa em algum lugar. Mas nesse trabalho social não é dado o tempo para ver, acompanhar, estar presente, viver a experiência com tudo que ela pode suscitar, fazer durar a relação, o convívio. Índícios da aceleração que o capitalismo impõe às pessoas, agora potencializada em sua configuração neoliberal.

Parece mesmo que há um “achatamento de toda experiência temporal numa só temporalidade, respeitando-se um encadeamento entre antes e depois, produto final e a sua construção passada correspondente. Aí tudo deve caber no tempo cronológico” (Amarante, 2016, p.37). Que parece sobrepor-se ao tempo do vivido, da experiência dos encontros e do próprio trabalho.

No tempo cronológico não se tem tempo para os vínculos, a presença no território não dura mais do que um contrato. Parece até que as/os trabalhadores sociais são retirantes, migrando de trabalho em trabalho, de contrato em contrato. Com um tempo curto para desenvolver um trabalho que realmente atenda a população, as queixas recaem sobre os trabalhadores como se os mesmos fossem incompetentes, individualizando o problema e não responsabilizando a própria lógica neoliberal do trabalho.

As formas de contratação e remuneração, para a redução de custos dos contratantes com taxas e impostos que incidem sobre o serviço prestado pelos trabalhadores sociais, são as mais diversas. E não melhoram a remuneração nem as condições de trabalho, nem mesmo a economia. Porque gasta-se mais “tapando buracos com as chuvas” do que investindo na qualidade dos serviços, que inevitavelmente passa por uma contratação de profissionais que garantam a sua permanência nos territórios e melhores condições de trabalho. Dentre as formas indecentes de contratação estão: contratos não formalizados com confirmação de remuneração através de recibo de pagamento ao autônomo; ordem de pagamento por serviço prestado; contrato de trabalho via empresas terceirizadas; contratos de curta duração como consultoria; contratação de mão de obra via cadastro de MEI; dentre outros. Mas o tempo das memórias, das afetações que os encontros provocam, da experiência de fazer-se trabalhadora social acontece, mesmo nesse estreito tempo.

Empresas ligadas muitas vezes à máquina estatal agenciam trabalhadores sociais para operar no âmbito das políticas públicas, dos direitos humanos e não duram mais que uma gestão, gestão que não dura mais do que as mudanças no cenário político. Se trabalhadores sociais têm afinidade com aspectos deste âmbito - os das políticas públicas e da luta por direitos através da efetivação das políticas que consideram democráticas e necessárias-, seguem trabalhando dentro do possível e do impossível para prestar seus serviços no tempo que lhes resta. Seguem também preocupados em garantir seu sustento, autonomia e independência financeira. Aliás, garantir seu sustento se transformou em uma maratona.

O mercado exige trabalhadores cada vez mais performáticos, altamente produtivos, qualificados e com currículos robustos. A prova de títulos parece ter virado regra nos concursos públicos. Uma titulação pode fazer uma enorme diferença na corrida por trabalhos que no mínimo paguem razoavelmente bem, que lhes permitam ao menos pagar as contas e fazer projetos de vida. Muita gente se deparou com isso algumas vezes antes mesmo de concluir a graduação, pois como estudante do curso noturno, muitos trabalhavam e estudavam. Também já sentiram a ameaça de ficarem desempregados, de fazerem trabalhos temporários, bicos e passarem por outras contingências relativas ao mundo do trabalho.

Essa é uma característica muito marcante no processo de formação de pessoas vindas da classe trabalhadora, pobre e, não coincidentemente, de maioria negra. Contingente que compõe

a maioria de trabalhadores sociais em Salvador-BA. Parece mesmo que quando conseguimos derrubar as barreiras para acessar algo, novas barreiras, quer dizer... novos critérios são criados, novas exigências são criadas, diminui-se ainda mais a boca do funil e valoriza-se a meritocracia.

No fundo esperamos, “sem querer querendo”, que explorem nossa mão de obra, prontos para uma servidão-escravidão voluntária. Porque isto é melhor do que ficar sem remuneração. Além disso, experimentamos uma flutuação nos salários que “introduz uma rivalidade que gera uma acirrada competição entre os indivíduos, fazendo-os ‘esquecerem’ da condição de explorados em que todos inevitavelmente se encontram e, muitas vezes, esvaziando assim qualquer possibilidade de mobilização por parte dos mesmos” (Silva, 2005, p. 114).

Isto sempre aconteceu no capitalismo, mas agora na sua fase neoliberal foi radicalizado, atingindo outras categorias de trabalhadores como as/os trabalhadores sociais. Veremos esta análise mais adiante quando tratarmos do modo empresa de si em Dardot e Laval (2016) e Achille Mbembe (2017).

Um passado engendrado por um conjunto de forças que se atualiza e que esta atualização parece potencializar ainda mais um modo de vida capitalista. Onde poucos ganham muito em detrimento do trabalho altamente explorado de muitos. Uma produção de lucro a partir da exploração da precariedade de vida de tantos outros. No trabalho social, muitas vezes a sensação que se tem é que se paga para trabalhar, que estamos em dívida. Lourau (2004) diria que estamos sobreimplicados. Estimulam-se ainda mais a competitividade entre as pessoas e o “espírito empreendedor”. Este último é a atitude mais propagada, implícita ou explicitamente em recrutamento e seleção, em qualquer organização privada e pública.

4 TRABALHO SOCIAL NO TERRITÓRIO EMPRESA DE SI

No contexto neoliberal em que estamos vivendo, ou a terceira configuração do social, como diria Silva (2005) e em que se intensifica um movimento e uma modulação subjetiva de empresa de si, também percebemos as implicações dessa modulação no trabalho social e com isso a urgência de analisar esse modo de subjetivação.

Pensar o trabalho social hoje, de fato, tem nos colocado em campo problemático que não se encerra nas análises que fazemos em relação às suas capturas pelo capital. O que estamos

vivendo hoje são marcas de um processo de mercantilização que forjou a escravidão. O neoliberalismo tem atualizado essas marcas e, portanto acreditamos que estamos vivendo um outro momento da escravidão, uma neo-escravidão.

Pensávamos que com as políticas públicas estaríamos corrigindo um erro histórico: o de abolir a escravidão, em que mesmo ganhando a “liberdade”, pessoas negras não encontraram na sociedade espaço na comunidade moderna para serem outras pessoas, para serem partícipes de uma cidadania, que pudessem gozar dos mesmos direitos que a população branca tinha. Assistimos com um certo espanto e escárnio o desmantelamento dessas políticas no governo Temer.

Analisar esses processos de trabalho no qual estamos enredados sem distinção de cor, sendo a autora deste trabalho negra, talvez tenha sido o caminho que percorremos – sem nos darmos conta, seguindo os incômodos e as perguntas - para estabelecer zonas de diálogo sobre um fenômeno que já não atinge somente a população negra e indígena. De certo, as estruturas racistas de uma sociedade inventada pelos brancos-europeus-colonizadores, como veremos em Mbembe (2017), atinge agora seus descendentes fenotipicamente dominantes. Não com tanta intensidade e violência com que atinge os corpos negros e que numa organização biopolítica muito conhecida e restritamente discutida, produz restos sociais, corpos matáveis, descartáveis. Nos referimos aqui ao racismo, um assunto por demais espinhoso, delicado, escorregadio e ainda tabu. Um fenômeno que se atualiza e se fortalece nessa nova configuração do capital.

Em relação a esta nova organização do mundo que experimentamos, Achille Mbembe (2017) chama de “O devir-negro do mundo”, que se dá na ordem dos modos de subjetivação neoliberal, mas também traz consigo as forças em potencial para insurgências. Mbembe nos diz que a Europa deixou de ser o centro do mundo e este acontecimento é considerado uma reviravolta na nossa época. O fato de a mesma não ser mais uma potência econômica, a coloca na periferia dos acordos do mercado financeiro do mundo. As conseqüências disso, ainda sabemos pouco. Mas não é demais lembrar que “[...] o pensamento europeu sempre teve tendência para abordar a identidade não em termos de pertença mútua (co-pertença) a um mesmo mundo, mas antes na relação do mesmo ao mesmo, de surgimento do ser e da sua manifestação no seu ser primeiro ou, ainda, no seu próprio espelho” (Mbembe, 2017, p. 10).

Como consequência direta dessa lógica de autoficção e autocontemplação, o Negro e a raça também foram construídos em decorrência desta lógica. Contudo, com designações primárias, pesadas, perturbadoras, desequilibradas e símbolos de repulsa. O aparecimento do Negro e da raça nos discursos modernos sobre o homem se deu simultaneamente ou em paralelo e constituiu o núcleo complexo do projeto moderno de conhecimento e governação. “Um e outro representam duas figuras gêmeas do delírio que a modernidade produziu” (Mbembe, 2017, p. 10-11).

E este delírio se deve ao fato de o Negro ser considerado ainda como aquele que vemos quando nada se vê, nada se compreende e quando nada se quer compreender. Onde quer que apareça, o Negro liberta paixões e provoca estados de vigor irracionais que abala o próprio sistema racional. Além disso, nem mesmo aqueles que o inventaram e aqueles que o englobaram desejariam ser um negro, ou tratados como tal (Mbembe, 2017):

Ao reduzir o corpo e o ser vivo a uma questão de aparência, de pele ou de cor, outorgando à pele e à cor o estatuto de uma ficção de cariz biológico, os mundos euro-americanos em particular fizeram do Negro e da raça duas versões de uma única e mesma figura, a da loucura codificada. Funcionando simultaneamente como categoria originária, material e fantasmagórica, a raça tem estado, no decorrer dos séculos precedentes, na origem de inúmeras catástrofes, e terá sido a causa de devastações físicas inauditas e de incalculáveis crimes e carnificinas (Mbembe, 2017, p. 11).

Esta construção delirante é marcada por três momentos na história. O primeiro diz respeito à espoliação organizada do tráfico atlântico (séc. XV-XIX. Mulheres e homens africanos foram, a partir das aparências, tornados homens-objetos, homens-mercadoria e homens-moeda, impedidos de terem nome e língua própria, homogeneizados. Tornados propriedade de outros homens que faziam uso de seus corpos hostilmente. “Apesar de a sua vida e o seu trabalho serem a partir de então a vida e o trabalho dos outros, com quem estavam condenados a viver, mas com quem era interdito ter relações co-humanas, eles não deixariam de ser sujeitos activos” (Mbembe, 2017, p. 12).

No segundo momento (fim do séc. XVIII), os Negros acessam a escrita e conseguem articular uma linguagem para si, reclamando o estatuto de sujeitos do mundo vivo. Período marcado por revoltas e movimentos insurgentes que se seguiram até o fim do *apartheid* na África

do Sul no fim do século XX. E o terceiro momento (início do séc. XXI), corresponde à nossa época atual, marcada pela globalização dos mercados, privatização de bens e serviços em escala mundial, sob a batuta do neoliberalismo, do crescimento da economia financeira, do complexo militar pós-imperial e das tecnologias eletrônicas e digitais (Mbembe, 2017).

Uma época em que o capital parece ter atingido o seu ponto de fuga máximo, o tempo curto se converte em força reprodutiva da forma-dinheiro e todos os acontecimentos e situações do mundo vivo tem um valor no mercado. A produção da indiferença, a codificação paranóica da vida social em normas, categorias, números e operações de abstração que pretendem racionalizar o mundo a partir de lógicas empresariais, buscando multiplicar-se numa infinita série de dívidas estruturalmente insolúveis (Mbembe, 2017), são os modos de subjetivação de nosso tempo. A sensação não é de que falta algo, mas que estamos em dívida com nossa carreira, com o nosso currículo, com o trabalho que realizamos e faz com que paguemos com a quantidade de tempo que empregamos no trabalho e com formações.

Este sujeito empresário de si é diferente do sujeito trágico e alienado da primeira industrialização, pois é marcado pelo seu aprisionamento ao próprio desejo. A sua felicidade depende da capacidade de reconstruir sua vida íntima e ofertá-la ao mercado como um produto de troca. Implicado com a reprodução biológica da sua vida e com a sua coisificação, ou seja, preso ao uso dos bens deste mundo, este homem-coisa, homem-máquina, homem-código e homem-fluxo, regula sua vida em função de normas do mercado. Se auto-instrumentaliza e instrumentaliza os outros para obter felicidade. Condenado à flexibilidade, ao curto prazo e à eterna aprendizagem, segue respondendo à condição de sujeito solúvel e descartável e a consigna de tonar-se outro (Mbembe, 2017)

Pela primeira vez na história humana, o nome Negro deixa de remeter unicamente para a condição atribuída aos genes de origem africana durante o primeiro capitalismo (predações de toda espécie, desapossamento da autodeterminação e, sobretudo, das suas matrizes do possível, que são o futuro e o tempo). A este novo caráter descartável e solúvel, à sua institucionalização enquanto padrão de vida e à sua generalização ao mundo inteiro, chamamos o *devir-negro do mundo* (Mbembe, 2017, p. 18).

Este contexto Dardot e Laval (2016) vão chamar de a nova razão do mundo ou o modo empresa em todas as esferas e relações da vida que o neoliberalismo vem agenciando. Uma das

modulações do neoliberalismo é focar a relação entre instituições e a ação individual. Nesta relação se imprime a valorização da concorrência e da empresa como forma geral da sociedade. E faz isto criando situações de mercado e produção do sujeito empresarial, o empreendedor ou melhor, potencialmente qualquer sujeito econômico (Dardot, Laval, 2016) eu diria eu, você e todos nós.

A concorrência é vista como um processo de descoberta de informações pertinentes, como certo modo de conduta do sujeito que tenta superar os outros, achando novas oportunidades de lucro, privilegiando a competição e a rivalidade (Dardot, Laval, 2016). Nessa nova ordem econômica até mesmo o conceito de mercado mudou. Este é visto como um processo subjetivo de descoberta e aprendizado que transforma os sujeitos, ajustando-os uns aos outros numa coordenação dinâmica que produz uma realidade mutante, afetando os meios nos quais os sujeitos se desenvolvem e os transformam também. Uma vez este processo instaurado não necessita mais de intervenções, estas podem constituir fonte de destruição da economia (2016). Ainda sobre o mercado:

É um processo regulado que utiliza motivações psicológicas e competências específicas. É um processo menos autoregulador (isto é, que conduz ao equilíbrio perfeito) do que autocriador, capaz de se autogerar no tempo. E, se não necessita de poderes reguladores externos, é porque tem sua própria dinâmica. Uma vez instaurado poderia prosseguir em perfeito movimento perpétuo, autopropulsivo, se não fosse desacelerado ou pervertido por entraves éticos e estatais que constituem atritos nocivos (Dardot, Laval, 2016, p. 139).

O mercado é, portanto um processo autoformador do sujeito econômico, um processo subjetivo autoeducador e autodisciplinador em que o sujeito aprende a se conduzir, tornando-se autoconstrutivo. E o motor para isto é uma aspiração vaga a uma condição melhor, um impulso para agir e melhorar a própria situação, destinando recursos para atingir o objetivo. A escolha em situação de concorrência é o modo como o indivíduo é conduzido a governar a si mesmo no mercado. Eis a governamentalidade neoliberal (Dardot, Laval, 2016). E “a contribuição do subjetivismo é ter transformado a teoria dos preços de mercado em teoria geral da escolha humana” (Dardot, Laval, 2016, p. 141).

Essa modulação é constituída por diversas problemáticas, dentre elas as que temos percebido no trabalho social e que compõem as questões desta pesquisa são: empresarização, universitarização e evangelização.

4.1 PROBLEMÁTICAS DE UM TRABALHO SOCIAL

Aqui tomamos problemática enquanto uma multiplicidade de relações que determinam as condições do problema, sendo que o problema não desaparece com as soluções. Pelo contrário, o problema persiste e as múltiplas relações que constitui são inseparáveis. Ou seja, a realidade toda se comunica. A problemática é uma força que cruza a realidade, transversaliza a realidade colocando em questão sua forma dominante de organização, embaralhando os códigos, o sistema binário de definição/categorização do objeto de pesquisa, desnaturalizando o já dado (Fonseca, Nascimento, Maraschin, 2012). Dito isto, apresentamos algumas problemáticas que acreditamos fazer parte do trabalho social no contexto neoliberal.

4.1.1 EMPRESARIZAÇÃO DO TRABALHO SOCIAL

Por empresarização estamos entendendo o atravessamento entre as instituições empresa e trabalho social. Em que acontece uma modulação da subjetividade do trabalhador social e uma composição lógica do *modus operandi* empresarial com as práticas desenvolvidas nos projetos e organizações sociais, e até mesmo programas governamentais que compõem as políticas públicas na área social (CAPS, PSF, CRAS, CREAS, centros de referências, projetos de promoção e proteção aos direitos humanos etc.).

No que diz respeito às políticas públicas, um dos fenômenos que a área da administração produziu, e é interessante para pensarmos em como elaborar e efetivar políticas públicas, é o diagnóstico e a planificação. Duas ferramentas que auxiliam a lidar com o uso dos recursos públicos para atender às demandas da população. Contudo, pensamos que é preciso nos atentarmos para os modos de governo que vem junto com essas ferramentas da administração.

Pois, ao elaborar e implementar políticas públicas, sem levarmos em conta os seus efeitos nos territórios, na sua microdinâmica e na vida das pessoas, estaremos a lidar com sujeitos universais e não singulares. Quer dizer, sujeitos que não são reais, que não se encaixam nas definições universais das políticas. Presos a uma psicologia positivista que tende a universalizar

fenômenos por demais distintos. Como também trabalharemos mais preocupados com os resultados quantitativos (que também são importantes) do que com os resultados qualitativos dos serviços prestados por tais políticas.

Isto provoca amarras de todo tipo, uma delas é a justificação dos recursos com base no quantitativo de atendimentos e procedimentos, como se só quantitativamente pudéssemos dar conta das demandas. A demanda tem que estar sempre alta, não importa suas variações. Os números justificam os recursos. As pessoas só importam se fazem números, se reforçam a economia planeada, suas vidas e suas queixas pouco importam.

Esta dinâmica coloca o trabalhador social numa teia do sobretrabalho, da sobreimplantação e conseqüentemente do sofrimento psíquico por não ter atingido suficientemente os resultados esperados pelas políticas públicas implementadas. Os resultados qualitativos, os quais consideramos menores, não no sentido de reduzi-los, mas no sentido das práticas que se dão no nível micropolítico e fora das grandes narrativas, estes nem sempre são aproveitados, muitos foram produzidos por trabalhos que subverteram as prescrições de funcionamento e gerenciamento das políticas públicas. Isto mostra uma das estratégias de resistência no trabalho social.

Por perceber uma outra lógica operando, que é a do investimento de risco e retorno, a empresarização implica muitas vezes em um investimento de risco no profissional e espera-se dele que o mesmo dê o retorno desejado pela organização¹². O esperado pela organização é que ele seja um técnico qualificado, que trabalhe mais do que o contrato prescreve, que utilize seus conhecimentos técnicos para mitigar os erros de gestão que impactam na ponta do seu trabalho sem analisá-los criticamente, que não reclame, não questione, entre no jogo, obedeça e, principalmente, produza bastante de modo a agregar valor à marca, à política e abra novos campos de exploração. Há um descompasso entre as exigências de produtividade empresarial e a busca de qualidade no trabalho social com intenção crítica, e isto acaba consumindo uma parte das energias dos psicólogos sociais e de suas práticas.

Precisamos de profissionais qualificados sim, de quadros técnicos competentes no que fazem sim, de profissionais pensantes sim, criativos e propositivos para realizar vários trabalhos. Cada trabalho, cada serviço que faz funcionar a organização da sociedade é um universo

¹² A organização é entendida aqui como formas materiais em que as instituições se manifestam.

complexo. E precisa acompanhar as mudanças nos processos sociais para intervir. Precisa interferir com as mudanças, precisa perguntar quais mudanças precisamos fazer. Mas não é muito difícil nos depararmos com um clima competitivo entre profissionais, com a corrida por cargos públicos que auferem prestígio, bons salários, reconhecimento e notoriedade, além de agregar valor ao currículo.

Por incrível que pareça, é possível encontrar funcionamentos panópticos que podem se apresentar na relação com supervisores do nosso trabalho, assistentes ou até mesmo profissionais que exercem a mesma função que a nossa. São dinâmicas guardiãs das lógicas instituídas na organização do trabalho social. Aqueles funcionamentos que vão sempre ligar o sinal de alerta moralizante, que vão transmitir e zelar para que nada saia do lugar e se mantenha estruturalmente igual (mesmo que não esteja nada bem para ninguém), aqueles que vão dificultar o trabalho e desencorajar algumas iniciativas que podem ser interessantes, que farão questão de tornar o nosso trabalho insustentável.

Funcionamentos panópticos são aqueles ainda que resguardarão a imagem de suas lideranças como deuses e os doutrinamentos da instituição a ferro e fogo, aqueles que bloquearão o fluxo de ideias e discursos de mudança por medo, pelo não sei o quê mais. Afinal, os discursos de mudança podem se tornar uma ameaça, justamente por não afirmarem determinadas lógicas instituídas, por simplesmente se descolarem da organização e mudarem um pouco as ideias no ambiente de trabalho. Por se colocarem como corpos instituintes e não se submeterem à instituição. Por desacomodar a dinâmica institucional, pessoas que afirmam estes discursos acabam sendo convidadas a, ou, levadas a deixarem seu trabalho para o sossego das organizações. O Ângelo¹³ nos mostrou isto quando disse:

A empresa é terceirizada, mas tem uma sala com os funcionários dela lá. A [cita o nome do estabelecimento] ela opera da seguinte forma, tem empresa que terceiriza a gente que é a [cita o nome da empresa], que eu não tenho vergonha de falar. Então, [cita a empresa] tem uma salinha lá com profissionais de lá que operam tanto com RH como panóptico, né? Então, quem tem medo, quem tem mais a perder, eu acho, baixa a cabeça. Mas, eu acho que nem isso porque tem gente que ia conforme a lei da [empresa] e era demitido. Eu acho que perdia esse ideal de que empresa se importa com o funcionário. Ele fica lá. Todo mundo sabe. A função dele é essa. É claro que é vendido como se fosse uma facilidade, que se você tiver que resolver uma coisa, não vai resolver lá na central,

¹³ Ângelo é psicólogo e foi uma das pessoas entrevistadas nesta pesquisa.

que é aqui na [cita nome do local]. Você vai resolver lá mesmo na [cita nome do estabelecimento]. Mas, a gente sabe que opera tanto pra vigília quanto pra exercer o trabalho burocrático. Isso não é um segredo lá, não.

Por outro lado, a hierarquização, tão característica das empresas, é atualizada nas relações estabelecidas entre diretores de organizações, coordenadores de equipes e de projetos (os chamados quadros superiores e chefias) e equipes técnicas. Muitas vezes decisões são tomadas por quadros “superiores” sem o conhecimento da realidade dos territórios onde atuam as equipes técnicas. Estes quadros “superiores” decidem sobre problemas que não vivenciam, em territórios onde não estão presentes, em que os conflitos recairão para as equipes técnicas resolverem de acordo com o que foi estabelecido pelas chefias. E a equipe técnica ainda tem que inventar uma justificativa para os usuários de seus serviços quando os problemas não são resolvidos a contento, como o chamado “testa de ferro”.

Ao analisarmos a empresarização do trabalho social não queremos demonizar produções próprias do campo da administração. Reconhecemos que existem ferramentas de gestão que nos auxiliam a empregar os recursos que dispomos para atender às necessidades da nossa sociedade. Chamamos atenção para o uso destas ferramentas conectado à lógica empresarial que tende a transformar bens e serviços públicos em produtos privativos num mercado concorrencial. E cujas políticas públicas, enquanto um projeto de democratização da nossa sociedade e garantidoras de direitos, são tornadas em meio por onde o neoliberalismo também se faz.

4.1.2 EVANGELIZAÇÃO DO TRABALHO SOCIAL

Não negamos a importância das religiões na vida de muitas pessoas. Acreditamos que algumas crenças, guardadas algumas questões de suas doutrinas, desempenham um papel fundamental para a transformação de nossa cosmovisão. Sobretudo as religiões pagãs que tem uma extrema ligação e sentimento profundo de respeito à natureza, expressão mais telúrica de suas divindades, como por exemplo, o Candomblé. E no cristianismo mais radical nos termos do que foi Jesus Cristo para seu tempo, temos uma força política que é a Teologia da Libertação, mais voltada à libertação dos pobres.

Mas enquanto trabalhadores sociais interessa-nos saber o que contribui e o que não contribui para um trabalho social, já que estamos todos, de algum modo, implicados com a instituição religião. Inegavelmente o cristianismo, com maior intensidade e penetração nos processos sociais, fundamentou e continua fundamentando a nossa moral, as nossas instituições jurídicas, as de cuidado e a nossa organização social. E por sinal, Foucault (2007, 2002, 1996) analisa muito bem esse engendramento em suas obras.

Essas experiências religiosas nos permitem vê-las hoje a partir de um prisma diferente. Que nos questiona: como a instituição religiosa e a militância política se atravessam e agenciam modos de subjetivação e práticas no trabalho social? Esta problematização tem um sentido para nós. Curiosamente, ao longo dessa trajetória como trabalhadora social, fomos nos forjando, mas também observando e estranhando modos de trabalho, modos discursivos, modos de luta, modos de formação política e modos de relacionamento inscritos num *ethos* de militância, chamado de veio socialista e progressista.

Os problemas que acendem nossas memórias, nesse processo de análise de implicação, nos fizeram perceber o seguinte: a evangelização é um dos modos de operação no trabalho social e simultaneamente, uma das problemáticas deste trabalho. E o que é isso mesmo? Pois bem, nos demos conta que o modo de subjetivação capitalístico amalgamado aos modos de religião, sobretudo o cristianismo, produziu um tipo de subjetividade e de prática no trabalho social que carece de atenção e análise. Os elementos que conseguimos identificar nos parecem definir esta questão que o exercício da problematização nos coloca.

Por exemplo, percebemos que há um processo de doutrinação com base em fé e crença em discursos ideológicos e políticos, tomados como verdades únicas que nos levarão ao resultado, quem sabe mais próximo, de nossas utopias. A questão que decorre daí é o dogmatismo, ou seja, transformar essas crenças em algo inquestionável, impassível diante de mudanças. Há um fechamento em relação ao pensamento diferente, que diverge. Isto tem acontecido no momento atual e pode ser verificado, principalmente, nas disputas político-partidárias que atravessam as relações de trabalho. Quem se arvora em profanar essas verdades paga um preço, pois comete pecado, atenta contra os ensinamentos e corre o risco de ser excomungado, se quisermos utilizar as palavras originais do catolicismo, e que aparecem disfarçadas em outras palavras no discurso progressista do tipo evangelizador.

Um outro ponto que nos ocorre é o culto às grandes lideranças, inclusive do passado, como constituinte do trabalho social do tipo evangelizador. A personificação do líder salvador, do escolhido para revelar a verdade, do pastor que direciona suas ovelhas para um caminho. Pessoas comuns colocadas no altar pelas contribuições que dão e deram às nossas lutas e pelas suas histórias de vida são quase divinizadas, quase santificadas a quem devemos render graças pelos seus feitos. Posto que, sua história de luta é o sacrifício que nos permitiu sair da alienação, que nos deu a redenção dos períodos de inconsciência política e nos resgatou para o trabalho missionário das nossas lutas. Afinal, o que é a devoção cega e inquestionável de alguns setores da esquerda marxista às figuras de Marx e Lênin? E também às figuras atuais dos grandes mestres teóricos, iluminados e divinizados por estes setores?

Enquanto missionário, acredita-se estar ordenado para a catequização, à difusão das doutrinas. Esse líder salvador terá suas falhas e tentações justificadas quando não negadas e, dificilmente analisadas porque é grande a sua obra. Mas, se a falha é muito grave, não se tarda a busca por um novo messias. O cajado estará à disposição para quem está na corrida por assumir o comando e se tornar um novo profeta, um novo pai. Não se precisa refletir muito para perceber como esta prática de trabalho social dificulta a que os trabalhadores sociais sejam capazes de criar e analisar as problemáticas do seu trabalho num contexto neoliberal. Ficando sempre a reboque do que as lideranças apontam como caminho, sem que seja possível vislumbrar outros.

Nos ocorre também que na organização da luta orientada pelo modo evangelizador, impera a lógica, o discurso e ações ritualizados, às vezes muito ritualizados. Essa ritualística por vezes se mostra cansativa, monótona, pouco agregadora, principalmente para quem não participa do estricto núcleo central da religião, da organização, do movimento, do partido, das sociedades de não sei o quê. Além de pouco criativa e mecanicamente propositiva.

A identidade em torno das crenças, do doutrinamento e das lideranças que dirigem a luta dá a sustentação de uma existência militante pelo sentimento de pertencimento a uma comunidade onde todos são irmanados, onde todos parecem iguais e padecem dos mesmos males, onde todos congregam religiosamente os ensinamentos da salvação, onde todos parecem compartilhar um sentimento de segurança e estabilidade. Busca-se uma unidade em detrimento das singularidades. Entendemos que a identidade não é estática, fixa, se move, promove aberturas pelo seu caráter constante de transformação.

Os coletivos, suspeitamos, tem se tornado uma comunhão que se fecha ao contato com elementos estranhos a essa fratria. E não obstante, uma segregação por um modo de produzir práticas e discursos que direcionam a luta, as ações. As manifestações de indiferença e hostilidade marcam bem essa separação, esse apartamento da alteridade. Além de certos setores da esquerda, exemplo por excelência disto que está sendo aqui analisado é o trabalho de parte dos pastores evangélicos hoje no Brasil. Mário traz em sua fala o indício de como isto se expressa nas relações de trabalho social:

Então, eu tava em uma comunidade majoritariamente negra em que mais de 85%, seguramente, mais de 85% das pessoas que estavam naquela situação de vulnerabilidade de alguma forma tinha uma relação com o protestantismo, né? Então, quando eu trazia para o âmbito do CRAS a discussão sobre intolerância religiosa era uma tensão. Até porque o CRAS... como é que eu posso dizer? O CRAS que eu atuei, por exemplo, tinha uma pessoa... a pessoa que era coordenadora do CRAS era uma pastora evangélica. Então, quando eu trazia um projeto de discussão pra equipe era bastante tenso, até pela relação política que a pessoa tinha sido colocada lá. Então eu tinha um receio de como o que eu produzia, em termos de projeto, que tava dentro da proposta da política nacional de assistência social, poderia ganhar uma nova interpretação por interesse dessa pessoa, como algumas vezes já aconteceu, de dizer assim, “poxa, vocês estão discutindo muito questão racial”, “tão discutindo exageradamente a questão racial, por que a gente não discute aqui, por exemplo, não sei, fazer uma brincadeira com a comunidade.

Essas são, portanto, algumas problemáticas do trabalho social que tem modulado este trabalho e tem transformado a experiência neste em um desafio, o qual exige de nós um olhar mais apurado, mais crítico e clínico. Exige também que pensemos em modos de agir desestabilizadores desta máquina capital, uma vez que implicados com ela todos nós estamos.

Exige que aproveitemos do devir-negro a potência de insurgir, de rebelar-se, de estabelecer contenda, de inventar uma capoeira do trabalho social, assim como fizeram nossos antepassados no período da chamada primeira expoliação organizada (Mbembe, 2017). Ao analisar essas problemáticas do trabalho social não queremos dizer que estaremos finalmente livres de sermos enredados pelo modo de subjetivação engendrado pelo capital, que purgaremos para todo o sempre o mal produzido pelo capital, mas colocá-las em evidência possibilita perceber e inventar outros modos de trabalhar que provoquem defecção desta máquina, que provoque a invenção de outras máquinas resistentes às investidas do capital, pela análise do próprio trabalho. Que nos lancem a um trabalho social que inventa outros mundos.

4.1.3 UNIVERSITARIZAÇÃO DO TRABALHO SOCIAL

Entendemos que a universitarização é causada pela precarização do trabalho, com um número cada vez mais crescente de trabalhadores sociais, e entre eles, psicólogos sociais. Portanto um excedente de profissionais para uma baixa oferta de vagas no mercado de trabalho. Isto permite aos empregadores impor exigências cada vez maiores de qualificação aos profissionais e isso anuncia uma certa configuração do trabalho que nas palavras de Mbembe (2017):

Já não há trabalhadores propriamente ditos. Já só existem nômadas do trabalho. Se, ontem o drama do sujeito era ser explorado pelo capital, hoje, a tragédia da multidão é não poder já ser explorada de todo, é ser objecto de humilhação numa humanidade supérflua, entregue ao abandono, que já nem é útil ao funcionamento do capital (Mbembe, 2017, p. 14).

Tal contexto tem impelido muitos profissionais a buscarem alternativas nas universidades em seus processos formativos. Percebemos profissionais adentrarem os cursos de residência, mestrados e doutorados, tanto pela qualificação exigida, quanto pela possibilidade de remuneração. É importante destacar também que nem todos os psicólogos que buscam os cursos de pós-graduação, por exemplo, o fazem impelidos pela pressão de mercado ou tão somente pela sua pressão, mas também por pensar em problemáticas nascidas no seu campo de atuação.

Muitos desses profissionais acabam tendo como horizonte o trabalho docente. Campo que tem absorvido essa mão de obra devido ao número de cursos de graduação em Psicologia e áreas onde o saber da Psicologia é parte da grade curricular em instituições de ensino públicas e privadas. Percebemos que provavelmente faremos o mesmo, devido a redução de vagas no mercado de trabalho, o aumento de cursos de graduação em instituições de ensino particulares e, principalmente, ao desmonte acachapante das políticas públicas no governo Temer.

Os serviços efetivadores de tais políticas como os de saúde e assistência social, por exemplo, absorviam boa parte de profissionais da psicologia social em suas equipes multidisciplinares. Essa universitarização da profissão do psicólogo social também nos faz pensar

nas exigências explícitas e implícitas por currículos profissionais robustos para o mercado de trabalho. Isso leva a uma corrida por uma qualificação profissional cada vez mais impositiva, pelo reconhecimento profissional que vem da quantidade de cursos e experiências profissionais que se coloca no *lattes*. Tudo isso também leva ao cerco que se fecha a quem não tem titulação. Por outro lado, a inexistência de um espaço no trabalho social em que a análise das práticas e a produção de conhecimento se pudesse dar, leva a academia a ser o espaço em que recorreremos para isso.

A universitarização, como apresentada acima, é uma das problemáticas do trabalho social no atual contexto neoliberal, pois ela é resultado de alguns princípios básicos da economia capitalista. Ou seja, ela faz a formação funcionar dentro da lógica de mercado, com acentuado produtivismo. O *modus operandis* das empresas é imposto às organizações sociais e às instituições de ensino como se estas fossem empresas sociais. A qualificação do profissional é medida por sistemas de certificação de qualidade: títulos, premiações, *lattes*, publicações em revistas consideradas de alto nível (sistema *qualis*); empreendedorismo e meritocracia: agregar valor ao currículo (produto) e aumentar as chances de empregabilidade e renda.

Além desses ganhos materiais, ainda temos muitas vezes a busca por status, uma vez que quanto maior a titulação, maior o reconhecimento social. E nessa dinâmica universitarizada, “vai-se instalando a ficção de um novo ser humano, «empresário de si mesmo», plástico e convocado a reconfigurar-se permanentemente em função dos artefactos que a época oferece” (Mbembe, 2017, p. 14).

Num artigo sobre implicação, Gilles Monceau (2008) chama de profissionalização questões relativas à implicação profissional que tem conexão com o que chamamos aqui de universitarização. Ou seja, na visão do autor, esse fenômeno é puramente político. Trata-se de uma maneira nova de gerir as profissões. Isto é, gerir tanto as profissões quanto os profissionais, de tal forma que lhes pareça que eles são autônomos. Para Monceau universitarização se traduz principalmente como universitarização das profissões: a formação profissional se dá cada vez mais na universidade e de acordo com o modo de fazer da universidade. Monceau (2008) fala ainda que cada vez mais se produzem discursos e exigências sobre as profissões, de tal forma que uma profissão atinge seu reconhecimento quando encontra um lugar na universidade,

consegue financiamentos para pesquisas e produz revistas científicas. Logo, uma profissão deve explicitar sua prática e suas conseqüências no cotidiano.

O autor mostra ainda que o mal-estar aparece quando os profissionais não encontram mais na sua profissão os valores que o levaram a entrar nela. Isto porque o trabalho realizado pelos profissionais tem um sentido que se perde quando o valor da ação empreendida neste trabalho se perde também. Percebemos aqui uma evidência do mal estar que encontramos no trabalho social da psicologia social ao vermo-nos enredados por uma prática universitarizada e empresarizada, se distanciando de uma prática que se pretende transformadora da realidade e das relações entre sujeitos. Mas, ainda assim uma prática que se produz por entre resistências.

Concordamos com Monceau quando ele diz que a profissionalização vai permitir reconhecer a singularidade do indivíduo, mas também pode conduzir a uma forte normalização. Silva (2005) traz as contribuições de Deleuze ao mostrar que a educação e o meio profissional desaparecerão em proveito de uma formação permanente, que exerce um controle contínuo sobre o operário-aluno ou o executivo-universitário. E relacionamos isto com a entrada cada vez maior de profissionais recém-formados nos programas de pós-graduação.

Ainda em relação a isto, no próprio processo do pesquisar nos vimos maravilhados, consumindo ideias, leituras que tem a ver com nossas pesquisas, nossas lutas, nossos campos de coerência. Esquecemos que são muitas as possibilidades de relação daquilo que lemos com nossas pesquisas. E no consumo das leituras preenchemos os espaços necessários para o encontro com os conceitos, com os autores, os espaços das afetações necessárias para a criação numa pesquisa.

A impressão que temos é que produzimos muito e nos apropriamos pouco em relação às leituras que fazemos. Não obstante, a tristeza, o sentimento de cansaço, a angústia, a vontade de parar tudo e recorrermos ao isolamento vem acompanhados da sensação de que algo está errado conosco, algo não está normal. E com isso, o pensamento de que estamos em dívida com a pesquisa por não termos produzido o tanto que gostaríamos e no tempo que nos é prescrito; em dívida com os espaços de discussão política e ação direta por não estarmos presentes e por não desenvolvermos um trabalho junto às pessoas que conhecemos. Como se parar de escrever e ler por um momento fosse o mesmo que negligenciar, postergar o trabalho, não ter comprometimento com a pesquisa.

Atravessados pelo tempo cronológico e pela vontade de finalizar o processo da pesquisa para tão logo dedicarmos nosso tempo à ação direta, aos enfrentamentos que o contexto atual exige, vimo-nos como operários-alunos sobreimplicados, divididos entre o trabalho da pesquisa e o trabalho em ações mais diretas junto às comunidades. Mais uma dicotomização do processo pesquisar-trabalhar ou trabalhar-pesquisar sem nos darmos conta de que é por entre a ação da pesquisa e a ação direta com os outros é que faremos o nosso trabalho e criaremos outros mundos.

Talvez seja este um modo de lidar com as problemáticas do capital, num contexto que nos empurra para um contínuo formar-se empresa de si. Teremos que aprender a viver no limiar de algo, no entre mundos provocando vazios diante da montanha de coisas e estímulos que parecem nos engolir, produzindo espaços para respirar.

Reconhecemos e achamos fundamental qualquer processo de ampliação e de mudança nos modos de ver a vida, o trabalho, as relações, o mundo. Mas temos que ficar atentos aos hipnotismos de um sistema que nos suga, que nos forma, que nos transforma em suas engrenagens. E um modo de fazermos resistência a isso é problematizando o que estamos vivendo em comum com os outros. E a universidade cumpre um papel fundamental de problematizar essas formas de configuração do trabalho social, sobretudo quando tais problematizações envolvem grupos historicamente estigmatizados e marginalizados como a população negra e pobre.

Assim, a universidade se constitui em um espaço de resistência política e formativa. Além disso, questionar o seu papel na manutenção desse novo arranjo e como tem lidado com a variação de profissionais que adentram seus cursos também é algo que consideramos necessário. Vale lembrar que não tínhamos uma grande oferta de cursos de nível superior, sobretudo programas de pós-graduação. Em relação a este último vimos profissionais com certa expertise e tempo considerável de experiência profissional predominarem nos programas de pós-graduação.

Recentemente com a expansão de tais programas, vimos com certa naturalidade, profissionais recém-graduados e com poucos anos de experiência adentrarem os PPG's. Assim como, trabalhadores estudantes ou operários-alunos, trabalhadores militantes que arriscam seus trabalhos já instáveis para fazer-lhes questões. Analisando junto com pesquisadores dos

PPG's como lidar com as problemáticas de seus trabalhos e criar saídas possíveis aos arranjos neoliberais que os configuram. Esta percepção não tira a importância da qualificação de profissionais sejam eles recém-formados ou não. Esta é uma realidade que compõe o campo da academia hoje, o território dos PPG's. E com a ameaça constante de privatização das universidades públicas, consideramos extremamente necessária a entrada de trabalhadores sociais nos cursos de graduação e pós-graduação, sobretudo negros, pobres, indígenas e LGBTQ.

Mas, chamamos atenção aqui para este movimento de entrada nos PPG's que pode potencializar ainda mais a máquina empresa de si. Cabendo à universidade, enquanto centro formador, problematizar esta questão, repensar a sua dinâmica formativa e sob quais ideias assenta suas produções acadêmicas. O que para nós tem forte relação com o movimento de implicação-transdução analisado por Lourau (2004).

Dentro dos padrões esperados de uma escrita acadêmica conseguimos aprender e a escrever sobre o nosso trabalho, sobre questões que nos eram e são muito caras. Apesar de desfrutar de leituras e tê-las como ferramentas de trabalho, um episódio nos levou a questionar o que fazemos na academia e com isso a bloquear qualquer possibilidade que estivesse ligada a escrita. Num tcc sobre políticas públicas para jovens negros vítimas de violência, fomos colocadas contra a parede por defender a existência de um serviço que atendia a esta população e poderia desempenhar um papel fundamental no atendimento a estes jovens, alvos de homicídios e outras barbaridades. O genocídio de jovens negros é real e assombra! Encontramos também pessoas que sustentaram conosco esta defesa, mas lembramos de termos sido desmotivadas a publicar o que a pesquisa denunciava.

Ouvimos conselhos para que não publicizássemos, porque mexeria com gente grande e poderíamos chafurdar nossa carreira profissional já de partida. Isto nos assustou, não entendíamos direito que relações eram estas e havia uma outra preocupação naquele momento: começar a trabalhar como psicóloga. Como mulher negra, sabemos bem da dificuldade que temos em garantir nosso sustento e encontrar espaço para nos realizarmos profissionalmente fora dos papéis subalternos reservados a nós. "Negro sem emprego fica sem sossego". Não somos filhas de pais ricos ou de classe média abastada, não tivemos a vantagem de, antes mesmo de concluir a graduação, já ter um espaço para atender ou uma vaga de trabalho remunerado garantida. Nós precisávamos criar as condições para trabalhar como psicóloga e sabíamos que

de nada adiantaria o que aprendemos se não fosse para servir a quem mais precisava, a quem estava em desvantagem social.

Havíamos quebrado um ciclo na nossa família e não queríamos retroceder. Porque sabíamos que gente como a gente só mudava de condição através dos estudos e de uma profissão que nos desse reconhecimento. Mas, esse episódio que nos referimos, nos carcomeu por dentro por muito tempo. Quando reunimos forças para fazer o que achava certo, já não dava mais. O processo jurídico sobre tal serviço em que o estudo poderia interferir, mesmo que não garantisse a mudança no curso do processo, já havia sido julgado e arquivado. O máximo que conseguimos fazer foi produzir um artigo a respeito e que pouquíssimas pessoas lerão. Desse dia em diante nos colocamos uma condição, haja o que houver seguiremos adiante. Ainda mais quando tiver que fazer algo justo e necessário. E essa ideia continua a nos acompanhar.

Nos deparamos mais uma vez com o dilema de escrever um trabalho acadêmico. Desta vez porque as angústias em relação a esse episódio somaram-se às outras que nos inundavam. Angustias que vieram acompanhadas de preocupação com o contexto das comunidades em que trabalhamos, com espaços de trabalho cada vez mais hipnotizados por titulação e um mercado cada vez mais exigente. Isto nos levou à especialização e ao mestrado.

Faz total sentido para mim minha resistência ao ato de escrever, ao compromisso da escrita. Escrever é confrontar nossos próprios demônios, olhá-los de frente e viver para falar sobre eles. O medo age como um ímã, ele atrai os demônios para fora dos armários e para dentro da tinta de nossas canetas. (Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo, Gloria Anzaldúa)

Encontramos pessoas que reconheciam o nosso trabalho, nossas críticas e ideias. Mas, para algumas pessoas o que dizíamos, as análises que fazíamos e as experiências de trabalho que tínhamos como psicóloga perdiam o valor quando dizíamos que não tínhamos mestrado. Simplesmente éramos subjugadas e deixávamos de existir na discussão. Nos sentimos desvalorizadas em muitos momentos por brancos e negros titulados. Era como se este título fosse um passaporte para obter garantias como respeitabilidade profissional, maiores possibilidades de trabalho e chances de contratação para trabalhos que não exigiriam tanta qualificação assim. Entendendo que as relações de trabalho entraram nesta lógica perversa, ao

mesmo tempo em que fazemos críticas à universidade, de um modo geral, e seus PPG's, estimulamos colegas a fazerem um curso de pós-graduação, pelo menos o mestrado.

Portanto, quando a gente fala que é preciso profissionais negros nas universidades e em muitos espaços de poder tem a ver com as proscricções que recaem sobre nós, mas também sobre a formação colonizadora que ainda configura a nossa educação e formação profissional.

5. TRABALHO SOCIAL COMO TERRITÓRIO EXISTENCIAL

Uma questão fundamental da análise institucional é: “Como compreender a ‘reprodução’ e a ‘sobrevivência do sistema’ se, ao mesmo tempo, esquecemos de analisar o papel decisivo que os intelectuais desempenham na institucionalização de uma ordem social infame, porém tolerada?” (Hess, 2004, p. 25). Nesse sentido, a análise de implicação proposta por Lourau é um processo de análise das condições que possibilitam a produção e a emergência de determinadas práticas e discursos.

Lourau (2004) considera que esta ordem social e infame, esta nova ordem arquiteta a exploração máxima da subjetividade. Segundo o autor, todos nós estamos implicados com as instituições que nos constituem e constituem a sociedade, queiramos ou não. Isto não quer dizer necessariamente que trabalhamos no sentido da reprodução. Podemos também operar pela dimensão instituinte das instituições. A implicação por vezes é tida como engajamento, compromisso, boa vontade que remete a juízos de valor sobre nós mesmos e sobre os outros, além de medir o grau de ativismo, de identificação com um trabalho ou uma instituição, quantidade de tempo e dinheiro empreendidos numa ação e carga afetiva na cooperação (Lourau, 2004).

Ou seja, o que se faz investido nessa lógica implicacionista que remete a juízos de valor ou voluntarismo, responde à insígnia do produtivismo e do utilitarismo, mascarados de um suposto pragmatismo. Deixando à margem as análises das relações que se dão na ação, no trabalho empreendido e é neste ponto, que a análise institucional inflexiona o conceito de implicação ao dizer que implicados todos nós estamos. Nesse sentido, a implicação se refere às relações institucionais nas quais estamos enredados, mas também ao sobretrabalho, determinado por uma produção de mais-valia, de uma rentabilidade suplementar, um modo de

exploração da subjetividade que incide na exploração da objetividade do homem no trabalho alienado (Lourau, 2004).

A sobreimplicação é uma derivação do conceito de implicação relacionada ao que Lourau vai chamar de subjetividade-mercadoria. Ou seja, a normativa do sobretrabalho, gestora da necessidade do implicar-se, é a “submissão a ordens explícitas ou a consignas implícitas da nova ordem econômica social, ávida por preencher as grandes brechas produzidas tanto pela desafetação quanto pela institucionalização, maior ou menor, do desemprego” (Lourau, 2004, p. 191). E pode constituir-se também em ferramenta de sobrepolitização, ou seja, quando a psicologia e a política devém ideologia (Lourau, 2004). Consideramos então, que o modo empresa de si é uma sobreimplicação que mascara a perda do sentido do trabalho porque opera juntamente com o desejo e a potência de criação.

Por outro lado, a implicação que temos com os objetos que criamos, os campos que constituímos e a nossa vida é, como diz Lourau, em tempo integral. Numa pesquisa, portanto, a vida cotidiana não está separada do trabalho de campo e nem da elaboração teórica. E isto fica bem evidente quando apresentamos os movimentos que fizemos nesta pesquisa e como fomos afetadas pelos acontecimentos que vivenciamos ao nosso redor e com as pessoas nesse trajeto-escrito.

E a análise de implicação envolve um trabalho intenso de transformação que é a passagem de um registro a outro, de uma cultura a outra. Neste estudo diríamos: a passagem da visão naturalizada do trabalho social do psicólogo para uma análise desnaturalizada. Em relação a este processo, Lourau denomina de implicação-transdução. Algo que nos auxilia a ver o pensamento em movimento e a esperar qualquer encontro e informação nova que nos ajude a rever nosso ponto de vista em relação ao objeto (Hess, 2004). Como uma dissolução, um desfazimento de algo, ao mesmo tempo em que algo também está se fazendo.

Esta noção de referência instável e nada óbvia nos fez pensar também em representatividade e em identidade. Sobretudo por uma questão que nos marca: raça. Reconhecemos que representatividade e identidade importam para trabalhadores sociais negras e negros, é como se funcionassem tal qual uma chave para mudar a ordem das coisas. São estes elementos também que estão tão presentes e que consideramos fundamentais para as lutas que

travamos no campo do trabalho social da psicologia em defesa de grupos subalternizados, sobretudo de pessoas negras.

Por estarmos implicadas com a questão racial e o racismo, por entendermos que há uma produção intensa de pesquisadores negros e negras em relação a este tema e pela necessidade de compreendermos este campo do trabalho social, buscamos analisá-lo de uma outra perspectiva. Não procurávamos estabelecer uma relação direta com a questão racial, mas nos deparamos com a perspectiva decolonial e vimos que descolonizar o pensamento e as nossas práticas, como propõe tal perspectiva, está intimamente ligado ao exercício de análise de implicação.

E ao mesmo tempo em que afirmamos estes elementos (representatividade e identidade), também levantamos questões em relação à aplicação destes, uma vez que existe ainda a necessidade de afirmá-los a todo o momento e isto pode levá-los à banalização de seus usos, se transformando em “senso comum acadêmico”, expressões usuais do cotidiano apartadas da sua dimensão dinâmico-política. E mais ainda, podem também aprisionar as singularidades que nunca cabem em enquadramentos, formas rígidas. Compreendemos, então, que esses elementos, assim como trabalho social não são fixos, se movem.

Mas, notamos mais uma vez uma dificuldade em lidar com esta questão da representação sem cair na cristalização, fixidez. Isto nos fez pensar, também, que poderíamos incorrer num movimento reiterativo daquilo que já se produziu sobre trabalho social enquanto representação. E que poderíamos deixar de acompanhar aquilo do trabalho que escapa, as potencialidades, os modos de resistir e de como analisar as problemáticas do trabalho social em meio aos arranjos neoliberais que estão se forjando.

E isto se percebe na dinâmica do dia a dia dos trabalhadores sociais ao inventarem sempre um modo de resistir às normas engessantes que compõem o seu trabalho. As entrevistas com colegas de profissão mostraram como cada um produziu um movimento de resistência ao questionar normas que engessam o seu fazer. Um exemplo disso é quando a Mara diz:

Mas está caminhando, eu to começando a descobrir assim, o não ter ideia do que que eu estou começando, eu tenho uma vaga ideia do que está acontecendo... experimentar uma outra lógica e poder dizer que outra lógica dá certo, porque não adianta a gente contestar uma lógica e continuar reproduzindo, eu preciso ter algo factual que prove... viver uma lógica não pronta não é ruim. Se a gente fica se apegando ao que a gente tem como se tivesse dando certo, não está dando certo... hoje eu sinto que me realizo dessa forma, de conseguir

concretizar que outra lógica é possível. Mesmo dentro de todas as adversidades e muitas vezes da necessidade de recorrer a coisas já postas. Porque é isso também, não é zerar e começar de novo, não. Aquilo que dá pra aproveitar a gente aproveita, aquilo que é inadmissível a gente joga pra fora e no meio disso, coragem e criatividade, só.

Se incorreremos na reiteração do conceito já conhecido, do trabalho já conhecido, da lógica já conhecida, deixamos de acompanhar aquilo do trabalho social que sempre escapa, que vem entre a prescrição do trabalho e o trabalho real e que diz muito dos processos de criação, de resistência. Deixamos escapar as potencialidades as quais queremos dar relevo, aquelas que nos darão pistas de como fazer nossas lutas, nosso trabalho nestes tempos. Aquelas em que tomaremos os meios de produção pelo meio do trabalho em meio ao trabalho.

Fazendo referência à Simondon, Lourau afirma que a relação representacional do mundo, dos objetos, da realidade substituindo uma relação real e, portanto, dinâmica com as coisas é uma relação escravagista e fáustica. Pois nos prendemos a uma visão fixa, determinada da realidade como se isso trouxesse algum benefício nesta relação. Mas, nos encontramos presos, hipnotizados e fechando as possibilidades de movimento e criação presentes na realidade (Lourau, 2004).

Esta ideia que Lourau analisa nos indica como a sobreimplicação é produzida, como o modo empresa de si se produz. Tão presos estamos ao trabalho que realizamos, no caso do trabalho social enquanto efetivador de direitos e operador de políticas públicas, que nem percebemos o quanto podemos nos consumir como nos prendemos à ideia de sermos empreendedores de nós mesmos, assumindo uma atividade concorrencial não só no trabalho mas em outros aspectos da nossa vida. O que de um certo modo, nos faz perder a noção de alteridade e coletividade. E aqui fazemos uma relação com o trabalho do psicólogo social que ao assumir muitos trabalhos, responder a tantas demandas, sem analisar suas implicações pode achar que faz um trabalho necessário. E que a demanda por ele atendida é vista como reconhecimento deste trabalho. E assim vai produzindo mais espaços a serem explorados, resultantes de um estado de coisas produzidas pelo capitalismo sem questionar tais produções que sedimentam este estado. E isto, de um certo modo, tem sido umas das maneiras de como temos operado com o trabalho social, ora produzindo críticas, ora reproduzindo a lógica do capital.

Inicialmente muitas representações e expectativas do pesquisador em relação ao campo são rótulos, estereótipos, modelos gerais. Depois de habitar o campo, repetindo hábitos no processo sem sermos passivos, os modelos gerais vão ficando opacos e dando lugar às experiências concretas encarnadas de ideias e conceitos corporificados (Alvarez e Passos, 2015).

Como nos aconteceu ao analisar a configuração do trabalho social hoje e percebemos que a nossa percepção em relação a este trabalho foi mudando, o projeto inicial da pesquisa foi ficando opaco e nos vimos afetados pelas discussões e interlocuções com colegas e professores, como também afetados pelas manifestações contra o atual governo que aconteceram no país, sobretudo as Ocupações na UFRGS.

Habitando um território, discutindo as experiências no trabalho social, nos deparamos com processos que não havíamos pensado antes e que consideramos fazer parte deste trabalho hoje, as problemáticas que chamamos de evangelização, universitarização e empresarização do trabalho social analisadas anteriormente. Portanto, podemos dizer que aconteceu uma diferenciação por ampliação, como as variações no espectro de cores heterogêneas, singulares, como diria Lourau (2004).

Habitar um território existencial pressupõe trilhar um caminho encarnado nas situações. Um território que vai se tornando comum, e não privado. Em que o pesquisador se implica e experimenta o pertencimento ao que não lhe é privado. E vai compreendendo que aquilo que investiga é um mundo amplo e diversificado (Alvarez e Passos, 2015).

Percebemos também que sair de um registro em direção a outro no que diz respeito a um processo de pesquisa, a um modo de perceber a realidade, não é fácil. Requer esforço e tempo. Por vezes, nos vimos repetindo coisas, hábitos, palavras que criticamos. Recorremos a leituras conhecidas e que pareciam não sintonizar com as leituras que buscamos e talvez isto apareça nesta dissertação. Pensamos que isto faz parte de um processo que é lento e em descompasso com as exigências institucionais para a realização de uma pesquisa que tendem a ser lineares.

Tentar traçar uma linha de pensamento descontínua, a partir de uma proposição; reiniciar passos de um estudo a partir de uma questão é exercitar o pensamento, é fazê-lo trabalhar lubrificado por perguntas e por caminhos errantes também. Como diz Mbembe em referência à Fanon: "(...) pensar é antes de mais arrancar-se a si. É pôr a sua vida na balança" (Mbembe, 2017, p. 285).

Inspirando-nos na análise de implicação e percebendo as tensões que experimentamos para escrever de outro jeito, em um dado momento desta pesquisa nos percebemos dicotomizando a análise sobre o trabalho social ao pensar no par indivíduo-sociedade. Nos momentos em que a análise tendia para um olhar particularizado sobre a pesquisadora caindo no que poderia ser chamado de afetivismo e algumas vezes sobre a sociedade através de definições sacramentadas sobre o trabalho social em textos marxistas, cristalizando a ideia de trabalho social e não problematizando-o. O que chamamos atenção aqui não é, talvez, o afetivismo, mas a operação binarizante: experiência pessoal - definições sacramentadas de trabalho social. Ou seja, definições que reiteram e cristalizam a noção de trabalho social abstraíndo o seu caráter processual e mutante.

Num exercício de análise de implicação poderíamos ainda ser questionadas assim: o que é mais importante no âmbito desse texto, as experiências pessoais ou a pesquisadora se fazendo (formando-se) por dentro das experiências/narrativas? Concordamos com Gloria Anzaldúa quando diz:

O perigo ao escrever é não fundir nossa experiência pessoal e visão do mundo com a realidade, com nossa vida interior, nossa história, nossa economia e nossa visão. O que nos valida como seres humanos, nos valida como escritoras. O que importa são as relações significativas, seja com nós mesmas ou com os outros. Devemos usar o que achamos importante para chegarmos à escrita. Nenhum assunto é muito trivial. O perigo é ser muito universal e humanitária e invocar o eterno ao custo de sacrificar o particular, o feminino e o momento histórico específico (Anzaldúa, 2000, p. 233).

Essa operação do pensamento na pesquisa mostrou-nos quão nosso modo de pensar, mesmo buscando transformar-se, ainda guarda herança de uma visão binária, dicotômica. O que dificulta analisarmos as implicações que temos com as instituições e com os diversos dispositivos que sustentam o modo de produção capitalista. Ainda mais, mostra como nosso pensamento foi colonizado pela racionalidade moderna ocidental. Algo que Mbembe (2017) chama atenção ao discorrer sobre o processo de colonização de povos não brancos. Sendo a modernidade marcada por um modo de pensar racional, por um modo de poder marcado pela colonização de territórios, pelo capitalismo originário e pelo racismo moderno.

Revisitar como a psicologia social se constituiu, como se configurou o seu trabalho na realidade brasileira foi como encontrar com as multiplicidades de elementos e momentos que a

configuraram. Acessar livros, textos, autores, vídeos, falas de colegas sobre suas experiências com o trabalho entre outros materiais, fez com que percebêssemos a visão linear e naturalizada que por vezes temos da história daquilo que pesquisamos. É como se tomássemos trabalho social como algo que por si só se explica sem variação e que sua definição aplica-se a qualquer contexto e momento histórico. Em relação a isto, Sueli Rolnik (1993) diz que:

Quando é assim, escrevemos textos sem o brilho de uma vitalidade, na medida em que são textos que não encarnam marca alguma, e que na melhor das hipóteses têm um brilho puramente intelectual, de inteligência e/ou erudição. Em geral isto acontece quando não estamos suportando o estranhamento provocado pelas marcas, quando sua trepidação tornou-se infernal, e então para nos proteger, nos aboletamos no oco de um conceito neutro e gratuito na medida em que não nasceu de uma violência, ou ficamos como zumbis zanzando no exercício *clean* de um quebra-cabeça de charadas lógicas. O rigor nessas ocasiões parece estar a serviço de uma permanência no campo da representação como defesa fóbica contra o desassossego trazido por alguma marca, pela solidão de sua singularidade e pelo medo de nos apresentarmos como encarnação desta singularidade solitária (Rolnik, 1993, p. 245).

Por outro lado, percebemos a necessidade de uma interlocução com outros psicólogos sociais, por meio de entrevistas, uma de nossas estratégias metodológicas que discorreremos mais adiante. Pensamos que esta interlocução permite produzir uma análise rigorosa das experiências sensíveis, inclusive como pesquisadora, sem cair nas aplicações/explicações que enrijecem ou detém a singularidade das experiências. Colocando o que estamos entendendo em relação a este campo, trabalho social, sem aprisioná-lo em ideias já formuladas, inclusive as da autora desta dissertação. Em relação ao rigor numa produção científica, Rolnik argumenta que:

(...) é mais da ordem de uma posição ontológica do que metodológica, intelectual ou erudita: é um rigor ético/estético/político. *Ético* porque não se trata do rigor de um conjunto de regras tomadas como um valor em si (um método), nem de um sistema de verdades tomadas como um valor em si (um campo de saber): ambos são de ordem moral. O que estou definindo como ético é o rigor com que escutamos as diferenças que se fazem em nós e afirmamos o devir a partir dessas diferenças. As verdades que se criam com este tipo de rigor assim como as regras que se adotou para criá-las, só tem valor enquanto conduzidas e exigidas pelas marcas. *Estético* porque este não é o rigor do domínio de um campo já dado (campo de saber), mas sim o da criação de um campo, criação que encarna as marcas do corpo do pensamento, como numa obra de arte. *Político* porque este rigor é o de uma luta contra as forças em nós que obstruem as nascentes do devir (Rolnik, 1993, p. 245).

Certamente a desestabilização que sentimos neste trajeto-escrito é algo parecido como uma dissolução de si, de algum modo. É preciso alguns rasgos, alguns deslocamentos, algum tipo de trânsito nas experiências que a vida nos coloca para sermos outro, é preciso disponibilidade subjetiva para viver isto sem muitas amarras.

E Lourau (2004) nos auxilia a entender esta desestabilização, estes deslocamentos, esta passagem de um registro a outro, quando fala de transdução. Trata-se de um movimento resultante de potencializações e atualizações. É como no espectro de cores, já mencionado, com seus dois pólos extremos, periféricos. É a partir do centro deste espectro que tem-se as gradações de cores e suas variações, umas fundindo-se nas outras. Potencializando a existência de cores atuais e atualizando a existência de cores potenciais.

Este espectro de cores nos remete à crise da representação pela perda de referências, que não se trata de um conjunto de referências estáveis e óbvio (Lourau, 2004). O pesquisador lança um campo de coerência com suas referências nada estáveis e se coloca no interior deste campo. O que, conforme Lourau (2004), no ato de conhecer coloca a problemática da implicação do pesquisador, ou seja, a existência do pesquisador e da instituição científica enquanto realidade social.

Consideramos que o trabalho social é como se fosse o centro deste espectro de cores e mostramos aqui algumas gradações-variações deste trabalho na tentativa de fundir nossas experiências com as de nossos colegas de profissão e co-participantes desta pesquisa.

5.1 A PRODUÇÃO DA PESQUISA NUM TERRITÓRIO COMPARTILHADO

A coordenação da Comissão de Direitos Humanos (CDH) do Conselho Regional de Psicologia-03 (CRP-03) nos convidou a compor um grupo de profissionais para contribuir com os trabalhos da comissão. Daí, apresentamos uma proposta: a de participar como pesquisadora. Proposta aceita.

Numa conversa inicial com o então coordenador percebemos que havia uma ligação entre a pesquisa e as discussões no conselho sobre o momento atual: a disputa entre forças que lutam pela manutenção de políticas públicas e direitos sociais e forças conservadoras, inclusive no

âmbito do sistema conselhos de Psicologia. Uma tensão presente no trabalho social realizado pelos psicólogos que colocam diante de si problemáticas complexas. E nesse sentido, vimos que a pesquisa poderia contribuir com as discussões e trabalhos da comissão.

A CDH, na estrutura da gestão do CRP-03, é uma comissão permanente cujos objetivos são: convocar e mobilizar a categoria no que tange aos Direitos Humanos; promover articulações com os movimentos sociais locais de diferentes segmentos historicamente excluídos como população negra e indígena, mulheres, crianças e adolescentes, LGBTTQ e pessoas com deficiência, por exemplo; incentivar a inclusão da discussão sobre os direitos humanos na prática de profissionais da psicologia no ensino e na pesquisa (Conselho Regional de Psicologia da Bahia, 2016).

Compõem atualmente a CDH os seguintes Grupos de Trabalho (GT's): Relações de Gênero e Psicologia (GTRGP); Psicologia e Relações Raciais (GTPRR); Psicologia e Educação (GTPE); Psicologia e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (GTDDCA); Psicologia, Sexualidades e Identidades de Gênero (GTPSIG); Psicologia e Mídia (GTPM); Psicologia e defesa dos direitos da Pessoa com Deficiência; Psicologia das Organizações e do Trabalho (Conselho Regional de Psicologia da Bahia, 2016).

No que tange aos procedimentos metodológicos da pesquisa, realizamos contatos iniciais com a CDH, a fim de apresentar o projeto de pesquisa e propor acordos para o processo de trabalho. O então coordenador da comissão propôs que acompanhássemos alguns trabalhos da mesma e aqueles que estavam em fase de desenvolvimento, bem como as discussões dos grupos de trabalho. Acompanhamos as reuniões desta comissão, denominadas InterGT's, às quintas-feiras, quinzenalmente, das 18h às 20h na sede do CRP, de agosto de 2017 a maio de 2018. Nestas reuniões participaram coordenadores dos GT's ou representantes, conselheiros que compõem a CDH e profissionais da psicologia convidados pela comissão para contribuírem com a realização de seus trabalhos.

Dessas reuniões iniciais, definimos os procedimentos metodológicos para a produção dos dados: leitura de materiais relacionados à história da psicologia social, participar das reuniões da CDH, participar do Grupo de Trabalho Psicologia e Relações Raciais (GTPRR), acompanhar os eventos do CRP, realizar 4 entrevistas com psicólogas/os sociais da CDH e restituição do processo da pesquisa.

Ainda com relação à CDH a intenção metodológica foi participar das reuniões quinzenais durante todo o semestre 2018.1 e do evento “A Psicologia e o Compromisso com a Laicidade e o Combate ao Racismo, Sexismo e LGBTfobia na América Latina” proposto pelo CRP-03 no Fórum Social Mundial em Salvador-BA. O objetivo deste evento foi de convocar profissionais da Psicologia e de outras áreas para discutir o avanço de movimentos conservadores na Psicologia, que impacta nos direitos, modos de existir e na liberdade religiosa e de crença de populações não-brancas, não-cisgeneros e não-heterossexuais, com repercussões na saúde mental e qualidade de vida destas pessoas. Neste evento houve uma discussão intensa em relação à laicidade do Estado, perspectivas interseccional e decolonial. Discussão considerada necessária que deveria permear os mais diversos campos das lutas sociais e da Psicologia. Estiveram presentes profissionais da Psicologia, de outras áreas e de movimentos sociais, sobretudo mulheres negras.

No semestre 2017.2 participamos como ouvinte dos eventos em comemoração ao dia do psicólogo e algumas atividades do novembro negro organizadas pelo GTPRR em articulação com outros GT's da CDH. Em algumas reuniões do CDH foi possível perceber alguns elementos relacionados ao trabalho social realizado por psicólogas e psicólogos nas falas, discussões e dinâmicas de trabalho de membros desta comissão.

Participamos de tais ações com a noção de que acompanhar processos é acessar aquilo que não está na esfera do já sabido, é acessar a experiência de cada um, é fazer conexões, descobrir leituras, tudo que se encontra nos seus territórios existenciais e as intensidades em busca de expressão. Nesse sentido, entender não tem nada a ver com explicar, revelar (Barros e Kastrup, 2015).

Outra tarefa desta pesquisa foi a participação nos eventos do GTPRR e em suas reuniões quinzenais. Já havíamos participado deste GT entre julho de 2012 e agosto de 2014, antes de realizar o curso de mestrado. Participamos do GTPRR numa outra condição, a de pesquisadora, e retornar nos trouxe lembranças, afetos e um dar-se conta de algumas dinâmicas se fazendo neste grupo. A intenção foi de participar das reuniões ao longo do semestre de 2018.1. Nas reuniões do GTPRR ocorrem informes sobre eventos internos e externos ao Conselho; apresentação da pauta do dia; convites feitos ao GT; socialização e encaminhamentos de

demandas das ações planejadas; discussão sobre casos de racismo; participação do GT em instituições públicas, organizações sociais e movimentos sociais.

Aqui também se vê elementos que compõem o trabalho social hoje como a discussão sobre a fragilização recorrente da rede de serviços que atendem à população negra e a importância das políticas públicas para esta população.

O terceiro procedimento desta metodologia de pesquisa foi a realização de 4 entrevistas com psicólogas/os sociais da CDH com duração aproximada de 1 a 3 horas e gravadas. Alguns profissionais se colocaram prontamente à disposição para as entrevistas, outros pediram para participar pois gostariam de ser escutados. São profissionais que trabalham na psicologia social já há alguns anos, militando nas seguintes áreas: educação, relações raciais, questões de gênero, saúde e saúde mental, assistência social, LGTBQ, direitos da criança e do adolescente.

Os relatos nas entrevistas e registros dos processos portam impressões e informações pouco nítidas que se tornam mais precisas e explícitas posteriormente. Possibilitando também um retorno à experiência do campo e suas intensidades. São nestes registros, aparentemente individuais, que aparece a dimensão coletiva da experiência nas falas e cenas, a alteridade nos próprios registros, na escrita (Barros e Kastrup, 2015).

Ainda em relação à entrevista, seu manejo se deu como um diálogo, uma conversa que não objetiva acessar exclusivamente a representação que os entrevistados fazem de objetos ou estados de coisas, mas acompanhar processos, ou melhor dizendo, os movimentos de ruptura e de mudanças nas falas. Porque sintonizamos com a ideia de entrevista que interfere nos processos, provoca ruptura e produz acesso ao plano compartilhado da experiência, que faz variar a experiência (Tedesco, Sade e Caliman, 2016) como na implicação-transdução.

Quer dizer, acessar a experiência vivida, ampliando o olhar e a escuta para além do conteúdo da experiência relatada na entrevista, incluindo aí seu aspecto genético e a dimensão processual da experiência em suas variações. “A entrevista intervém na experiência do dizer. São os efeitos dessa experiência compartilhada, produzida e ostentada na prática linguageira da conversa em curso na entrevista, que a cartografia elege como seu objeto” (Tedesco, Sade e Caliman, 2016, p. 99).

A entrevista não busca coletar informações relativas a mundos preexistentes, objetos fixos, conteúdo da experiência como um conjunto de dados que a palavra traduz na organização transparente do relato. Nem se guia exclusivamente à representação de estados de coisas que os entrevistados fazem dos conteúdos das experiências. A entrevista colhe relatos que cultiva e este manejo deve ser feito atentamente. Pois toda entrevista produz realidades, experiências e deve promover aberturas às variações e não o fechamento em perspectivas totalizantes. O entrevistador habita o território da entrevista traçando-o junto com o entrevistado e rever suas expectativas e questões através desse compartilhamento. (Tedesco, Sade e Caliman, 2016).

Outro procedimento metodológico da investigação é a restituição, desenvolvida no âmbito da Análise Institucional, que não se reduz a uma apresentação dos resultados da pesquisa. A ideia de restituir às pessoas com quem produzimos uma análise *com* é relativamente nova e por muito tempo não era uma preocupação de pesquisadores ou não era percebida como uma questão para os mesmos. A noção de restituição se ampliou na medida em que apareceu como problema para a etnologia de campo, com origem no colonialismo, que não percebe que só poderia ser produzida numa situação colonialista. O saber político que atravessa o saber científico não era percebido por pesquisadores (Lourau, 1993).

Com o processo de descolonização que ocorreu no mundo, houve também uma mudança nas relações de poder nos processos de produção do saber. Antropólogos que estudavam populações consideradas “primitivas”, “selvagens” como povos indígenas e negros em países colonizados, por exemplo, hoje precisam da permissão de autoridades dos países para realizar suas pesquisas. Podendo sofrer intervenções e serem exigidos que os resultados sejam comunicados antes de auferir qualquer benefício decorrente disto. (Lourau, 1993).

Segundo Lourau, restituição supõe que possamos falar de coisas que geralmente não são ditas no processo de pesquisa. E que ditas sem cuidado podem cair em denúncia recriminatória, acusação revanchista e denúncias despotencializadoras. Não se trata de simples informações. A restituição é a enunciação de coisas e não denúncia de alguém. Supõe um manejo que leva em conta a discrição e o momento apropriado para se restituir (Lourau, 1993).

A restituição deve ser encarada como procedimento real e necessário da pesquisa em que envolve um processo de co-gestão e co-participação dos sujeitos da pesquisa e não como algo que é feito unilateralmente pelo pesquisador. O pesquisador também pode receber

contribuições da restituição dos sujeitos em questão. E nesse sentido, comunicamos procedimentos realizados no processo da pesquisa, apresentamos a mesma à CDH e ao GTPRR.

Nos colocamos como partícipes das ações realizadas tais como alguns eventos organizados e as reuniões periódicas, apresentamos proposições de ações decorrentes da participação nos trabalhos da CDH e do GTPRR. Além disso, propusemos aos entrevistados o compartilhamento da análise dos dados, sobretudo com suas falas, de modo que pudessem analisar o que foi escrito e pudessem interferir no processo. Além, disso acordamos uma data para apresentação final da pesquisa.

Ainda conforme Lourau (1993), a restituição extrapola os limites da redação final da pesquisa, vai além do processo da pesquisa, pode ser infindável. Os psicólogos sociais participantes deste estudo podem produzir novas restituições tanto ao pesquisador quanto ao contexto social que compartilham, o que efetivamente seria a socialização da pesquisa (Lourau, 1993).

A restituição tem uma implicação política e consiste em irmos passo a passo construindo novas relações sociais. O foco está na análise coletiva da situação presente, no presente, tendo em vista as implicações de cada um com e na situação. O que restituir e quando dependerá do quanto interiorizadas e ativamente irrefletidas estão as normas sócio-econômico-culturais nos pesquisadores. Estes por sua vez implicados com sua cultura, podem desconhecer ativamente sua implicação. Regras e conceitos são a projeção de uma determinada ordem social, uma racionalização (Lourau, 1993).

Por fim, o último procedimento metodológico desta investigação foi o levantamento de materiais e leituras em relação ao trabalho social da psicologia e que se deu durante todo o processo da pesquisa, acompanhado seus movimentos e mudanças. Por vezes, nos vimos diante de uma pilha volumosa de textos e livros, perdidos entre os conceitos estudados, retomando leituras que havíamos deixado para trás, acessando outras que faziam sentido no início e que nos vemos reconectados de novo, nos afetamos pelas sugestões de amigos e colegas. Acordamos no meio da noite para ler a passagem de um texto como se aquele parágrafo nos desse uma pista. Seleccionamos aqueles materiais que parecem gritar para nós, que parecem dizer “é aqui que eu quero ficar no texto”, que se mostram contundentes diante das experiências com o campo.

6. TRABALHO SOCIAL: um território de compartilhamentos

Assim foi a nossa entrada no território conselho...

Reunião com o Coordenador da Comissão de Direitos Humanos do CRP-03.

Cheguei ao CRP para a reunião marcada às 14h com o coordenador da CDH. Houve desencontro. No momento em que cheguei o coordenador tinha acabado de sair para almoçar. Aproveitei para falar com as pessoas que já conhecia, funcionários e colegas que trabalham ali. Fui bem recebida pelas pessoas que demonstraram alegria pelo encontro. Senti também que a alegria vinha acompanhada pela expressão de cansaço de algumas pessoas. Dirigi-me à biblioteca que fica em um dos andares no subsolo da casa onde funciona o conselho, acessei livros que poderia precisar e fui prontamente atendida pela bibliotecária, que me mostrou diversos livros e as últimas aquisições, inclusive algumas que eu havia solicitado e sobre relações raciais. Aquisições quentinhas recém chegadas. Pareceu-me que a bibliotecária gostava do que fazia. Ela também é uma mulher negra. Subi para a recepção e lá aguardei o coordenador chegar, não demorou muito. Ele me recebeu com sorrisos e também pareceu contente com a minha presença. Fomos a uma sala de reunião e ele disse que tinha muita coisa para me contar. Íamos falando pelo corredor, querendo saber como estávamos, notícias um do outro. Percebi que mancava. Apresentou-me a uma funcionária nova. Depois de sentar em uma cadeira, perguntou: “Você quer que eu comece falando das coisas ruins, das ‘porradas’ e depois das boas?”. Sorri sem saber o que responder, mas contente também pelo encontro. Ele decidiu começar contando o que julgava ser ruim para terminarmos a conversa com coisas boas. Ele falou que o conselho tem tido muitas demandas, principalmente com as “porradas” em todas as áreas das políticas de assistência social, saúde mental, redução de danos, relações raciais, direito das mulheres e o conselho é convocado a participar de algumas discussões em diversos espaços e também participa de outros considerados necessários que envolve políticas públicas e atuação profissional. Mencionou o trabalho exaustivo que é um processo ético e o quanto esta experiência tem lhe feito pensar na formação em Psicologia. Considera que a formação em Psicologia é uma questão que precisa ser discutida, que apesar de muitas mudanças na área isto não se verifica na atualização das grades curriculares de determinadas instituições e que o trabalho da comissão de ética tem sido muito de orientação e a gestão tem colocado como pauta a promoção de espaços formativos no próprio conselho com os eventos que realiza. Falou da dificuldade de acompanhar estes processos com tantas coisas para dar conta e que isto tem provocado cansaço. Falou também de casos de adoecimento de alguns trabalhadores do conselho e do seu também. Acabou desenvolvendo uma alergia muito forte que o impedia de trabalhar, quebrou o pé ao descer as escadas num lugar onde almoçava perto do trabalho e teve que fazer cirurgia. Colocou pinos e andou em cadeira de rodas por um tempo. Chegou a falar rindo de si mesmo que quebrar o pé foi um sintoma para fazê-lo parar. Seu pé estava inchado e vi que tinha cuidado para não machucá-lo.

Ele está como conselheiro, coordena a CDH, está fazendo mestrado, finalizando uma formação clínica em Psicologia, trabalha em um serviço de saúde e é tutor em uma formação na área de saúde coletiva. Tem feito viagens às cidades do interior pois o processo de interiorização do conselho foi um dos compromissos de campanha assumidos pela gestão atual que tem estreitado as relações entre o conselho e os profissionais no Estado e tem possibilitado um diálogo sobre as realidades nas diferentes regiões da Bahia. Além disso, tem se lançado em concursos. Ele disse que teve que deixar um trabalho que lhe pagava bem, mas não lhe fazia bem. Falou dos enfrentamentos que o sistema conselhos tem tido com a atuação de grupos de psicólogos evangélicos, das articulações políticas destes grupos em relação à “cura gay”, pautas consideradas misóginas e racistas que estes têm defendido e do

crescimento que esses grupos tem tido a cada eleição nos conselhos. Achei preocupante e senti uma sensação de sufocamento, a capilarização evangélica é algo que temos que lidar hoje em qualquer lugar, em qualquer instituição.

O coordenador falou de como a CDH está funcionando, seus GT's e os projetos elaborados como publicações de alguns GT's, a mostra de Psicologia e políticas públicas, seminário de Psicologia e direitos humanos e eventos sobre relações raciais em novembro e outros planejados pela comissão junto com outras comissões. Mencionou os psicólogos convidados pela comissão a contribuir com seus trabalhos, lembrou que eu fui chamada a compor este grupo também. Falou que seria interessante participar das reuniões da CDH e do GTPRR e que iria me inserir no grupo da comissão e do GT. Disse que o GT deu uma parada por vários motivos: seu processo de adoecimento, os muitos trabalhos do conselho e o nascimento da filha do atual coordenador do grupo. Falou que minha vinda daria uma animada no grupo. Falou também que precisará discutir a formalização da minha participação na CDH. Aproveitei o momento para propor a minha participação como pesquisadora que contribuiria com os processos de trabalho. Apresentei resumidamente o tema da pesquisa e o que poderia realizar pela comissão, como participação nas discussões, propondo rodas de conversa, algumas tarefas da comissão e desde já acompanhar os eventos em comemoração ao dia do psicólogo e da psicóloga durante todo o mês de agosto. Daí propus que o trabalho de campo fosse no conselho. Ele aceitou a proposta e disse que a pesquisa tem tudo a ver com os trabalhos da CDH, com a gestão atual do conselho e do coletivo que também ajudei a formar e que apóia a atual gestão. Falou que a pesquisa será bem recebida. Por fim, me solicitou que enviasse um resumo do projeto para que fosse apresentado na reunião plenária e seguir com os tramites próprios para pesquisas no conselho. Nos despedimos e fui embora. (Diário de campo, 15 de agosto de 2017).

Tivemos mais uns encontros com este coordenador nas reuniões da CDH e do GTPRR. Ele precisou sair da coordenação porque precisava trabalhar em sua dissertação para a defesa e também porque a alternância de conselheiros nos cargos tem sido um modo de trabalho adotado pela gestão atual do conselho. Um outro conselheiro, psicólogo negro e integrante também do GTPRR, assumiu a coordenação. Em reunião de transição ele falou da necessidade de modificações nos projetos da comissão dada a própria dinâmica do conselho, do tempo exíguo que as pessoas tem para dedicar ao conselho e contava com a participação de todos para fazer as modificações necessárias. Ouviu os integrantes dos GT's e abriu um espaço para que pudéssemos falar da pesquisa e seu andamento (Diário de campo, 13 de setembro de 2017).

Numa outra reunião da comissão estavam presentes 9 profissionais. Neste momento foram apresentadas as novas coordenadoras do GTPRR e do GT de Gênero. Discutimos a organização e tarefas da programação do novembro negro. Lembramos que em reuniões anteriores do GTPRR falávamos de como transversalizar os temas discutidos pelos GT's da CDH. E conseguimos pensar no Seminário Políticas de Encarceramento e Racismo de Estado abordando raça e gênero. Voltando para a reunião da CDH, a questão da interseccionalidade entre raça,

classe e gênero foi colocada como importante para pensarmos também o Seminário Psicologia e Direitos Humanos e a Mostra em Psicologia e Políticas Públicas previstas para 2018. Alguns coordenadores de outros GT's informaram suas saídas e prováveis colegas que os assumiriam (Diário de campo, 8 de novembro de 2017).

Nesta oportunidade foram colocados alguns pontos que poderiam comprometer o processo de trabalho dos GT's: a comunicação interna e externa, a questão da representatividade em relação a alguns temas como gênero e raça e o lugar de fala, por exemplo. Discussão bastante calorosa e tensa. Sugerimos à CDH e à gestão como um todo que pudesse discutir e criar alternativas sobre o processo de transição e escolha de coordenadores nos GT's. Como também pudessem fazer uma discussão ampliada entre comissões e GT's em relação à representatividade e lugar de fala de modo que encontrássemos possibilidades de tratar o assunto especificamente e nos colocamos para contribuir com o processo. Nesta mesma oportunidade apresentamos o andamento da pesquisa e a necessidade de realizar entrevistas com profissionais da CDH e a relação que tem com seus trabalhos. Houve um acolhimento e disponibilidade por grande parte do grupo. Sugeriram também que entrássemos em contato com a Comissão de Políticas Públicas e o CREPOP (Diário de campo, 8 de novembro de 2017).

Neste percurso fizemos análises de alguns movimentos que empreendemos na pesquisa tentando não escapar do exercício de pensar nossas implicações com o trabalho social e com esta pesquisa. As pessoas que compõem este campo de coerência em que estamos, contribuíram muito com a feitura desse trajeto. Aqui destacamos as falas de três psicólogos e uma psicóloga atuantes no CRP-03 e que toparam conversar conosco nas entrevistas que realizamos. Sendo que um deles é psicólogo técnico do CREPOP; outro é conselheiro, coordenador da Comissão de Direitos Humanos e membro do Grupo de Trabalho Psicologia e Relações Raciais (GTPRR); outro também é membro do GTPRR e a psicóloga já integrou o GTPRR e coordenou o Grupo de Trabalho Direitos da Criança e do Adolescente (GTDDCA/CRP-03). Estas entrevistas foram realizadas entre os meses de dezembro de 2017 e março de 2018, em meio à dinâmica de trabalho no final de ano, às suas festas e aos festejos populares da cidade de Salvador entre os meses de janeiro e março. Como também das demandas particulares dos entrevistados com os trabalhos em que estão e estavam envolvidos.

Os 3 psicólogos estão fazendo mestrado e a psicóloga pretende também ingressar num programa de pós-graduação. Já nos conhecíamos antes dessa pesquisa. E o CRP foi o espaço desse encontro com estes e com outros colegas. Tínhamos em comum as preocupações com o trabalho que realizávamos nos serviços onde estávamos e para quem realizávamos. São colegas atuantes em abrigos para adolescentes, CRAS, CAPS, com adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, população de rua e sistema prisional, por exemplo. E que militam também em coletivos como feministas, negros e LGBTTTQ. Não era difícil concluir quem eram os usuários destes serviços, onde moravam, condição financeira, situação de trabalho, cor e outros marcadores sociais. Estes psicólogos também se viam nesta gente.

Dito isto, buscamos com as entrevistas propiciar um espaço dialógico em que o profissional tivesse contato com a própria experiência do trabalho pela sua narrativa, fazendo falar o trabalho social e não a fala sobre a experiência do trabalho social. Na realização das entrevistas nos demos conta da possibilidade de interferência destes profissionais na escrita do texto da pesquisa e até mesmo ampliar essa interferência nas reuniões da CDH e do GTPRR. Mas dada a dinâmica dos próprios grupos diante das demandas do CRP a serem atendidas, consideramos mais viável fazer isto com os entrevistados.

Isto porque consideramos que pensar na análise de implicação não só questionando este lugar naturalizado de especialistas é ampliar, extrapolar a análise das posições quando criamos o campo de coerência e vemos que outros elementos estão compondo este campo além das questões que fazemos a nós.

Estes outros elementos que nossos interlocutores trouxeram compõem este campo de coerência, estão nos convidando a passar de um registro a outro em termos de trabalho social. Não é apenas ter a noção do trabalho social no âmbito das políticas públicas como um campo de práticas do psicólogo social hoje, em que nos guiamos por documentos que orientam uma prática em determinado serviço. Mas, também pensar como esses interlocutores lidam com os desafios colocados pelo trabalho que realizam e que escapam ao plano de normas sociais em seu trabalho. E ao pensar com eles tentar visualizar que outros movimentos nos dizem das possibilidades de resistência nesse trabalho.

6.1 CONVERSANDO COM MÁRIO

Depois de marcações e desmarcações, conseguimos definir um horário para realizar a entrevista com Mário no conselho pela tarde. Quando chegamos ao CRP, encontramos Mário na sala da comunicação e do CREPOP conversando com uma funcionária do conselho, Angelo e Roberto, atual coordenador da CDH. Este remexia em pastas do GTPRR procurando por documentos. Todos na sala, exceto a funcionária, estão fazendo mestrado. Relembramos dos trabalhos do GTPRR na medida em que Roberto encontrava documentos que chamavam a sua atenção. Falamos da intervenção militar no Rio de Janeiro. Um outro assunto que apareceu na conversa depois de Angelo perguntar a Roberto se ele participaria da seleção do doutorado foi o pouco tempo que dispunham para dar conta de trabalho, militância e mestrado. Roberto respondeu a Angelo que não participaria e disse que o prazo para a seleção do doutorado teria que ser revisto porque o programa (se referia ao que estava ligado, mas acabamos pensando que todos operam assim de um modo geral) acabava forçando o mestrando a terminar antes do prazo para submeter o projeto à seleção e relacionou isto com o produtivismo (Diário de campo, 5 de março de 2018).

Começamos a falar das produções de pesquisa e de referências teóricas que ainda não são utilizadas nos programas de pós-graduação como a perspectiva decolonial e interseccionalidade. Fomos parar discutindo metodologias de pesquisa. Aproveitamos o momento e perguntamos para Mário se poderíamos começar nossa conversa. Ele sorrindo se despediu dos demais dizendo “agora sou objeto de estudo”. Sorrimos e lhe dissemos “você é um dos participantes da pesquisa como eu e um dos interlocutores que contribuirá com a produção deste estudo”. Ele comentou: “Olha, depois dessa já pode defender”. Rimos todos juntos. Mário e Roberto lembraram de um seminário em que uma pesquisadora da população indígena apresentou o cacique como seu objeto de estudo. O cacique que estava presente se levantou e disse um monte de coisas para a pesquisadora e que os índios não precisavam de ninguém para falar de si mesmos, que falavam por si e sabiam de si. Uma liderança do movimento negro que estava presente também se levantou e endossou o que o cacique tinha falado. Lembraram que esta situação causou uma tensão e também um constrangimento à pesquisadora (Diário de campo, 5 de março de 2018).

Este momento nos chamou atenção pelo menos por dois motivos. Primeiro porque o comentário “Olha, depois dessa já pode defender” nos pareceu o reconhecimento do trabalho nesta pesquisa em instituir uma relação horizontal, dialógica e de compartilhamento de um

processo de análise de implicação. Para nós é uma expressão do processo de restituição na pesquisa.

Segundo, a lembrança da pesquisadora e do caíque num seminário, em que este foi citado como objeto de estudo nos remeteu às discussões no CRP e em outros espaços em relação ao lugar de fala. A crítica que girou em torno deste fato é que a pesquisadora objetificou a liderança indígena participante de seu estudo. E isto é o mesmo que desvalorizar a sua subjetividade, a sua cultura, seu lugar de pertencimento. É o mesmo que desumanizá-lo. Um processo que o Mbembe analisa muito bem ao falar da objetificação do negro pelo branco colonizador, numa relação ficcional que não tem base na realidade (Mbembe, 2017).

Nesse caso, a pesquisadora se colocou no lugar de autoridade para falar de povos indígenas sem ser indígena, dicotomizando a relação com estes povos e verticalizando-a, uma vez que assume o protagonismo de falar de uma experiência que não vivêcia. A questão do lugar de fala é uma provocação do campo que coloca a necessidade de trazer para as discussões no trabalho social da psicologia, outras perspectivas que rompam com a história única. História esta que tem por base a universalidade do ponto de vista eurocêntrico, machista e classista. O que nos faz pensar com o trabalho social a necessidade de descolonizarmos o pensamento e que para nós passa por um exercício de análise de implicação.

Depois de falarmos dessa lembrança, fomos ao auditório ainda conversando sobre pesquisa, mas antes mesmo de começarmos a entrevista fomos interrompidos. No auditório aconteceria a formação de funcionários do conselho. Continuamos conversando em direção à biblioteca que parecia o lugar ideal para a nossa conversa. Lá fomos alertados pela bibliotecária que os estagiários estavam realizando um trabalho e poderiam nos atrapalhar. Fomos então para uma área externa, no fundo da casa. Nos sentamos, apresentei o termo de consentimento livre e esclarecido. Ele perguntou sobre a pesquisa, falamos do que se tratava e que aquele momento seria mais uma conversa do que uma entrevista e que daríamos continuidade ao que já vínhamos conversando desde a sala da comunicação e do CREPOP. Ele falou que a metodologia da conversa era muito parecida com o que está trabalhando em sua pesquisa, uma metodologia chamada dinâmicas conversacionais proposta por Gonzalez Rey. Depois disso começamos a gravação (Diário de campo, 5 de março de 2018). Abaixo segue trechos da nossa conversa.

Mário – Como eu estava falando né? Pegar no meio assim... quando liga o gravador muda tudo.

- Muda tudo. Mas, assim.

Mário – Mas, eu acho que a importância de você focar nos psicólogos é justamente porque é uma área que sempre foi vista como um campo elitista. Aí a gente começa a partir pra esses espaços, mas, ao mesmo tempo adentrar esses espaços e se manter enquanto profissional é um grande desafio né? Como é que você vai desenvolver um trabalho que, ao mesmo tempo, você próprio está em condições de vulnerabilidade social e você vê todo um cenário que não corrobora pra te dar segurança pra atuar? E aí já cria um temor pessoal, de você ficar na dúvida entre fazer algo que você goste e acredita e você vislumbra uma mudança social e, ao mesmo tempo, sua própria necessidade pessoal de se sustentar enquanto sujeito. Até pra que você faça seu trabalho com mais tranquilidade, né? ... Eu acho que o que ajuda, o que serve como mola propulsora que você continue, mesmo sem uma remuneração adequada, ou algo que te dê uma segurança maior é a sua formação política em torno disso. E que muitas vezes é precária no âmbito de sua formação inicial na academia, né? Meu caso, por exemplo, a minha formação política, eu falo com segurança que começou participando do Grupo de Trabalho de Psicologia e Relações Raciais.

Essa fala de Mário mostra uma questão que muitos trabalhadores e trabalhadoras sociais negros se deparam. Estes muitas vezes já se encontram em situação de desvantagem social no mercado de trabalho e tem que lidar, em meio ao trabalho precarizado, com suas “vulnerabilidades” e às do outro. Esta fala nos remete mais uma vez a uma discussão sobre o lugar de fala. O modo como trabalhadores sociais negros lidam com o seu trabalho é diferente do modo como não negros lidam. porque nos deparamos com um sistema interligado de opressões como apontam a discussão do lugar de fala e a perspectiva interseccional. Um sistema que em sua trama coloca a questão racial no centro de nossas experiências como trabalhadores sociais, da nossa subjetividade.

Além da desvantagem social que acomete grande parcela da população negra, há também o racismo institucionalizado que dificulta a inserção de trabalhadores sociais negros a determinados espaços de trabalho e a uma remuneração digna, portanto em espaços de poder. Contudo, percebemos um enfrentamento cada vez mais crescente do movimento negro em relação às questões raciais e trabalho, e o sistema de cotas é um exemplo deste enfrentamento. O sistema de cotas, sendo uma política pública, mesmo que entendamos a política pública como um modo de governo das populações, pode também fazer rachaduras em modos de governo cristalizados e excludentes como é o racismo institucionalizado.

Na fala de Mário fica explícito que para um trabalhador social negro, em desvantagem social, num trabalho cada vez mais precarizado e cuja formação profissional na academia é atravessada pelo que chamamos de empresarização, o suporte para continuar enfrentando este contexto de precarização é a formação política:

... Eu acho que o que ajuda, o que serve como mola propulsora que você continue, mesmo sem uma remuneração adequada, ou algo que te dê uma segurança maior é a sua formação política em torno disso. E que muitas vezes é precária no âmbito de sua formação inicial na academia, né? Meu caso, por exemplo, a minha formação política, eu falo com segurança que começou participando do Grupo de Trabalho de Psicologia e Relações Raciais.

A formação política dos profissionais é algo que reconhecemos que também pode se dar no espaço acadêmico, mas também em espaços que regulam a atividade profissional como o conselho de psicologia, por exemplo, e suas comissões e grupos de trabalho.

Ao perguntarmos ao Mário como ele começou a atuar como psicólogo social ele lembrou de seu processo de formação, das escolhas dos estágios sempre voltados para a psicologia social e nos respondeu:

M - Particpei de uma seleção pra trabalhar num Centro de Referência da Assistência Social, num CRAS, que eu acho que foi meu primeiro grande desafio como profissional...Eu entrei num equipamento que era altamente precarizado, né? Desde minhas condições de trabalho. Porque, a gente, pelo menos pra realidade aqui de Salvador, eh... Eu fui contratado, entre aspas, porque era um tipo de vínculo sem vínculo (rimos). Isso é uma coisa que é estranha pra mim até hoje.

– Como é que é isso?

M - Porque eu não tinha um vínculo, eu não tinha um contrato direto, não tinha um estabelecimento direto de como seria minha remuneração. A gente ganhava mil e seiscentos reais mais transporte. Não tive assinatura na carteira de trabalho, não assinei nenhum contrato diretamente. Eu ficava até inseguro de receber esse dinheiro, mas conseguia receber. Mas, não é só isso, né? Tudo mais que era previsto pra o funcionamento do serviço estava em falta. Os benefícios sociais, a organização das atividades que a gente tinha pra desempenhar, as condições do próprio equipamento, no sentido de faltar água, de não ter energia em alguns momentos, de faltar outros equipamentos de trabalhos como computador, o carro pra visita das famílias, né? Fora as relações políticas. Muitas vezes as pessoas adentram o espaço do CRAS por indicação política. Então, às vezes, as pessoas não conhecem, não têm interesse em conhecer o serviço, mas tá ali por conta de uma indicação política e se torna mais difícil você construir um trabalho que vislumbre a transformação

daquela comunidade ou de fortalecimento mesmo daquele vínculo. O que eu percebi foi muito mais um processo de reprodução de violência, por parte do equipamento, do que propriamente conseguir pautar o que é visto normativamente.

– E como é que você lidava com essas questões todas no seu cotidiano? Porque não tinha energia, não tinha água, não tinha o carro que vocês precisavam pra fazer as visitas. Como é que vocês se viravam nessa hora?

M - Por eu ter uma outra atividade, por vezes eu pensei em sair. Só que ao mesmo tempo eu comecei a perceber que a minha saída do equipamento seria um problema, não só. Não se resumia, por exemplo, a um problema meu de não passar mais tempo me formando enquanto um psicólogo na prática, como não receber uma remuneração... Era muito mais do que isso, era mais uma vez tirar da comunidade a possibilidade de um profissional que começava a estar atento a esses processos de violência. Então, eu me via no dilema de, porra, se eu saio daqui e vem um outro profissional que ele não consiga perceber ou que ele não esteja interessado em pautar essas discussões e construir um trabalho pra emancipação, pra real emancipação dessa comunidade, isso pode acabar sendo mais danoso ainda.

Aqui Mário nos diz de um certo modo que ocupar este espaço como psicólogo do CRAS é um ato político. No sentido de não abrir um vácuo para a possibilidade de um psicólogo alheio e/ou com ideias conservadoras, por exemplo, ocupar este lugar junto à população. E com isso poderia ir na contramão de uma atuação crítica, promotora de direitos e participativa. Algo que mostra também a preocupação enquanto psicólogo social negro que tem um olhar mais sensibilizado para os usuários do CRAS em relação às violências advindas do racismo institucionalizado. Percebemos isto na seguinte fala também:

M - Então, era difícil eu convidar uma família pro CRAS pra discutir relações raciais quando na verdade aquela família não tem nem o que comer, quando na verdade aquela família não sabe nem se vai permanecer naquela casa amanhã. E ao mesmo tempo, eu estou falando de um lugar de serviço público que deveria, além do profissional Mário estar sensível aquela situação, de a gente ter alternativas dentro do próprio poder público pra poder resolver as questões. E estas questões nunca eram resolvidas.

Aqui Mário analisa como a dinâmica do estado e o racismo institucionalizado operam dificultando uma melhoria de condições mínimas dos usuários do CRAS, como alimentação e moradia. Questiona como as famílias terão condições de discutir algo que as atravessa e violenta se as preocupações estão voltadas para a sobrevivência. Este modo do estado gerir a vulnerabilidade social dessas pessoas acaba potencializando e reforçando processos de exclusão como o racismo, na medida em que ficam secundarizados diante da demanda de sobrevivência, sobretudo a física, que não foram atendidas.

Por outro lado, parece que Mário em sua fala vê apenas no estado o poder de transformar a realidade enquanto instância promotora e garantidora de direitos, não vendo a comunidade como também agente da transformação. Ou ainda, a possibilidade de atuação dele, enquanto agente do estado, junto com a comunidade agir nesse sentido da transformação. Ao falar de situações complexas envolvendo os usuários do CRAS, Mário apresenta os paradoxos dentro da política de assistência social:

M- Então, chegar numa casa, ver quatro pessoas dormindo numa cama, uma casa a ponto de cair e a prefeitura, o órgão responsável, não poder agir sobre aquele espaço porque era um invasão, então eles não tinham como garantir uma reforma, porque era um espaço que foi invadido. E aí você se vê amarrado num processo, mas emocionalmente destruído por você ver crianças numa situação e a alternativa mais fácil era, por exemplo, colocar aquelas crianças numa casa de acolhimento, mas a mãe da criança não queria que os filhos tivessem numa casa de acolhimento e ela ir pra uma outra casa de acolhimento. Então você vai... ao mesmo tempo que a gente tá falando de fortalecimento do vínculo familiar, você tá ali promovendo a destituição da família e você saber que as relações eram muito mais tensas e complexas pra poder resolver.

Vemos a partir de Mário que há na política de assistência social tanto a possibilidade de beneficiar o público atendido quanto a possibilidade de promover mais violência. Mas também, a possibilidade de questionamento dentro da própria instituição assistência social:

- Então, como é que você acabou lidando com esse contexto desfavorável pra realizar o seu trabalho? que estratégias você utilizou? Como você conseguiu criar os caminhos pra poder realizar?

M- Então, no que é que eu trabalhava, por exemplo, nos grupos e PAIF? Eu discutia essas questões que envolvem as relações de poder na sociedade, fazia muitas vezes uma autocrítica ao próprio serviço do CRAS. O meu processo de apresentar o serviço do CRAS era fazer com que essa comunidade percebesse também o quanto ela tava sendo violentada pelo próprio serviço e era interessante essa posição, né?... Então, nesse processo a gente vai identificando uma série de outras demandas como questões raciais, como as questões de gênero e eu fui trazendo essas discussões com o trabalho do PAIF, né?

Ao apresentar o CRAS enquanto equipamento público, mas questionando o seu funcionamento, as relações de poder em sua dinâmica e coletivizando essa discussão, consideramos que há aqui um trabalho de análise de implicação por parte de Mário. Segundo Lourau (2004), um dos processos ativados na análise de implicação é quando o profissional

questiona o funcionamento da própria instituição em que está implicado, sua posição nas relações de poder e o exercício da problematização compartilhado com os outros.

Ainda dando continuidade à fala de Mário em resposta à nossa pergunta, Mário também mencionou os tensionamentos na realização do seu trabalho:

M - Então, eu tava em uma comunidade majoritariamente negra em que mais de 85%, seguramente, mais de 85% das pessoas que estavam naquela situação de vulnerabilidade de alguma forma tinha uma relação com o protestantismo, né? Então, quando eu trazia para o âmbito do CRAS a discussão sobre intolerância religiosa era uma tensão. Até porque o CRAS... como é que eu posso dizer? O CRAS que eu atuei, por exemplo, tinha uma pessoa... a pessoa que era coordenadora do CRAS era uma pastora evangélica. Então, quando eu trazia um projeto de discussão pra equipe era bastante tenso, até pela relação política que a pessoa tinha sido colocada lá. Então eu tinha um receio de como o que eu produzia, em termos de projeto, que tava dentro da proposta da política nacional de assistência social, poderia ganhar uma nova interpretação por interesse dessa pessoa, como algumas vezes já aconteceu, de dizer assim, “poxa, vocês estão discutindo muito questão racial”, “tão discutindo exageradamente a questão racial, por que a gente não discute aqui, por exemplo, não sei, fazer uma brincadeira com a comunidade. Fazer uma fala também, de trazer um representante de outra religião?”. Que não são processos que precisariam ser excluídos desse projeto, mas, por exemplo, eu acho que essas dimensões ganhavam muito mais ênfase e aceitação do que propostas que vislumbravam emancipação política. Então, toda vez que a gente tentava bancar um projeto que fazia com que a população, a comunidade local tomasse consciência daquelas violências, existia um tensionamento de alguém que dentro dessa estrutura era hierarquicamente superior a mim e ao mesmo tempo barrava. ... era uma situação desgastante. O tempo todo dentro de um serviço que comporta, tem previsão legal de fazer o que a gente fazia, você tá o tempo todo tensionando e tendo que provar que aquilo que você tá fazendo é legítimo.

Algo que aparece nesta fala é o que temos chamado nesta dissertação de evangelização do trabalho social. Isto fica evidente como uma força que se materializa na figura da coordenadora do CRAS que é uma pastora evangélica. Colocada numa posição de chefia por articulações político-partidárias. Cabe mencionar que em Salvador os coordenadores de CRAS geralmente são escolhidos por indicação política, e o atual grupo político que ocupa a prefeitura tem como vice-prefeito um político evangélico. Além disso, num território em que a população é majoritariamente negra e que se tem notícias de casos de intolerância religiosa, percebemos uma transversalidade da questão racial com a capilarização das igrejas evangélicas no trabalho social em um CRAS, equipamento público precarizado pelo modo de gestão neoliberal.

Mesmo numa condição de trabalho precarizada e sob a coordenação evangelizadora do CRAS que colocava impeditivos para a realização do trabalho social, Mário conseguia realizá-lo. Diante dos tensionamentos produzia enfrentamentos ao trazer argumentos no âmbito da política de assistência social como prova que legitima a sua ação. Ou seja, há aí uma produção de resistência por parte do psicólogo, mesmo em uma situação tão precarizada.

Temos colocado em questão nessa dissertação a universitarização do trabalho social, mas sem deixar de reconhecer no espaço acadêmico um espaço de formação profissional e política. Um espaço que pode potencializar a criação de modos de resistência ao modo empresa de si. Nesta fala de Mário percebemos que a qualificação técnico-científica se sobrepôs a opressão política:

M - Mas, depois de algum tempo, quando eu fui ganhando mais legitimidade frente à gestão, também eles foram conhecendo algumas coisa que eu fui fazendo, e eu me senti mais seguro, eu comecei um processo de enfrentamento mesmo, né? De questionar se aquilo que ela tava falando, questionando, se ela tava falando no âmbito do material, dos documentos sobre o que é o serviço dos CRAS. Por vezes eu perguntava a ela se ela tinha segurança em falar do CRAS, se ela sabia do que de fato era o equipamento. Então, eu acho que isso começou a causar também um desconforto nela de algumas coisas ela preferir não intervir porque não conhecia e eu acho que foi nesse processo aí que a gente foi conseguindo avançar.

Quando perguntamos para Mário o que achou da conversa que tivemos, ele se percebe num momento análise:

Ah, eu acho que ter a possibilidade de falar sobre essas questões é bacana porque a gente vai... eu estou falando aqui, mas eu estou fazendo todo um processo de auto-reflexão, né? O tempo todo. É bacana quando a gente consegue fazer reflexão sobre as nossas atuações. O que é que a gente poderia ter feito, o que é que a gente fez e o que é que a gente pode fazer né? Em relação a questões futuras. E... eu acho que o que eu gostaria de dizer é o seguinte: A experiência prática do que eu vivi, eu acho que fez com que eu comesse a enxergar o meu discurso com mais praticidade, exigindo um certo pragmatismo, no meu discurso. Porque, às vezes a gente fala, a gente consegue reconhecer todo esse processo de vulnerabilidade, do que seria necessário pra mudança, mas o que é que a gente verdadeiramente faz?

Ele continua sua análise:

Então eu prefiro acreditar que é... prefiro investir... não vou nem dizer que é acreditar, prefiro investir em tentar fazer micro mudanças e relacionar com esse processo mais amplo do que perceber o quanto esse sistema é muito mais complexo e difícil de mudar. Porque isso também me obriga, agora fazendo uma relação muito sincera comigo mesmo, isso me obriga a pensar nos meus próprios processos pessoais. Eu tenho uma vida pela frente, sabe velho? Tenho família, filho pra cuidar, quero dar risada, quero ser feliz, quero aproveitar essa vida. Acho que estou falando de uma dimensão muito existencial, né? E quando você se engaja numa luta como essa, porra! Você vai adoecendo, não tem jeito. Então, quando você entra, eu acho que não dá mais pra sair. Por outro lado, se você não tomar cuidado, você adocece. Você adocece quem está ao seu redor, entendeu? Você vai tornando todo mundo um tanto infeliz. Então, tem que ter uma medida aí, que eu acho que é muito particular de cada pessoa que assume viver isso, que é de reconhecer “Até onde eu posso fazer”, “O que é efetivo”. De reconhecer o quanto isso é complexo, mas não desistir, porque eu acho que se a gente olhar pra essa complexidade toda não vai, entendeu? Não vai.

Algo que chama atenção na fala de Mário, três palavras: acreditar, investir e micromudança. Ele diz que prefere investir em micromudança do que acreditar. Pensamos que investir é um termo muito próprio do campo empresarial, o que nos dá notícias de como o modo empresa vai se instituindo nos processos de subjetivação por meio da linguagem, da comunicação e nós nos colocamos como também afetados por isto, não estamos imunes. Outra coisa que chama atenção é o “não acreditar” em micromudanças mas investir nelas. O que de um lado nos remete a uma noção do acreditar ligada a uma moral religiosa cristã que tem no acreditar uma esperança que não age. Por outro lado, percebemos também que o sentido de investir em micromudança aponta para uma crítica do trabalho social, no sentido de que muitas vezes tem-se um discurso muito mais teórico que pragmático, sem que haja uma transversalidade destes dois aspectos na prática com o trabalho social. Embora pensemos que há sempre uma transversalidade, parece-nos que algum aspecto será mais potencializado que outros.

Nessa mesma fala que analisamos, percebemos que Mário ao analisar estas questões se coloca em questão também. Ou seja, ele lança questões para seu campo de coerência e se coloca nele. Um outro ponto que chama atenção é o termo micromudança que parece estar dissociado de um processo macropolítico. Mas entendemos que Mário ao fazer esta reflexão e apostar na micromudança se referia a uma noção de mudança ligada à ideia de revolução marxista que fundamentou e fundamenta o trabalho social da psicologia numa perspectiva histórico-social. Não queremos com isso dizer que seja boa ou ruim esta abordagem, mas pontuar que tanto esta

perspectiva como outras ligadas às abordagens da complexidade estão configurando também os discursos e práticas dos psicólogos sociais na lida com o trabalho social no atual contexto.

Um outro ponto que percebemos em sua fala é a questão da saúde deste trabalhador quando Mário fala da possibilidade de adoecer:

E quando você se engaja numa luta como essa... Porra! Você vai adoecendo, não tem jeito. Então, quando você entra, eu acho que não dá mais pra sair. Por outro lado, se você não tomar cuidado, você adocece. Você adocece quem está ao seu redor, entendeu? Você vai tornando todo mundo um tanto infeliz.

A possibilidade de adoecer com este trabalho parece mais evidente quando este assume um caráter missionário. Percebemos isto na seguinte fala:

Por exemplo, eu tava trabalhando em Alagoinhas, o trabalho estava muito bacana, mas eu tinha minha família cá me cobrando porque eu passei a dormir lá. Passei a passar muito mais tempo lá e eu viajava de carro, já dormi na estrada viajando e aí eu era questionado em relação a isso, né? Tipo assim... eu ia abrir mão do cuidado com a minha filha, com a minha companheira pra estar investindo. São escolhas muito fortes, né? Porque eu acho que abrir mão disso, pra mim, me adoeceria. Então, isso é uma dimensão que a gente precisa discutir, né? De como é que você cuida de si e você cuida do coletivo também, entendeu? Como é que... Porque é um processo que é real, né? A gente precisa reconhecer isso, senão fica um profissional...Ou ele adocece, ou ele adocece pelo processo que ele vivencia, adocece dessa relação com o que ele precisa fazer e não acontece, ou ele adocece também pelas escolhas que ele faz, né? abrir mão, abrir mão, né?

O que lança uma questão no sentido de pensarmos nos impactos deste trabalho na vida de cada trabalhador, de como ele lida com as possibilidades e impossibilidades do seu fazer, dos seus limites e excessos. O que aponta para um pensar em relação ao cuidado de si e do outro. Ao falar “na medida de cada um” para não adoecer nos diz também do processo de criação e recriação das condições deste trabalhador para continuar fazendo o seu trabalho.

Ao falar: *porque eu acho que se a gente olhar pra essa complexidade toda não vai, entendeu? Não vai*, Mário ao mesmo tempo que reconhece a complexidade do seu trabalho, argumenta que se olhar para ela não consegue realizá-lo. Essa fala nos permite pensar que não olhar a complexidade deste trabalho pode ser um modo de continuar realizando-o tendo em vista que através dele é possível uma mudança acontecer. Pode ser um modo de se proteger dos

sofrimentos provocados por este trabalho, mas também permite pensar que o não olhar a complexidade é também mergulhar no aspecto meramente prático deste trabalho. O que também afeta as análises que poderiam advir com a própria dinâmica do trabalho que nos colocam questões e conseqüentemente afetaria o próprio processo de fruição e criação de condições de realizar o trabalho e transformá-lo. Lourau nos auxilia a compreender este processo a partir do conceito de sobreimplicação quando afirma que numa dinâmica produtivista do trabalho, por vezes deixamos de fazer questão ao próprio trabalho e à naturalização de suas práticas. Bem, pensamos que todos estes processos podem acontecer e fazem parte do espectro de vivências que se tem com o trabalho social.

Por outro lado, percebemos que a tentativa entre o cuidado de si e cuidado do outro foi um modo encontrado por Mário para lidar com as questões do próprio trabalho. Assim ele se expressa:

O que é que você está disposto a abrir mão? Então, eu acho que não é uma questão de não abrir ou abrir mão, mas saber até onde você pode abrir, é dosar, né? eu acho que tudo é uma questão de fazer o possível e acho que se esforçar também pra fazer esse possível, né? Não é só de fazer um possível pra ficar com a consciência leve, eu acho que é de esticar até onde dá, mas saber até onde você não se perde nisso. Você pode cuidar e ao mesmo tempo se manter cuidando de si.

O que nos chamou atenção aqui é que partimos de uma perspectiva em que experimentamos uma certa desestabilização no processo de criação, no deslocamento de um registro a outro que consideramos necessário para transformar a realidade. Mário ao falar em *medida de cada um* que nos remete à busca por um equilíbrio, nos fez pensar na noção de estabilidade como algo fixo e imutável que às vezes operamos. Na fala de Mário percebemos que ele vivenciou essa desestabilização com o trabalho social e a busca por um certo equilíbrio parece resultar disso. Ou seja, estes dois processos acontecendo ao mesmo tempo nos diz da metaestabilidade que experimentamos numa análise de implicação.

6.2 CONVERSANDO COM ANGELO

A entrevista estava marcada para acontecer no conselho à tarde. Chegamos antes de Angelo e enviamos uma mensagem para dizer que já estávamos lá. Duas funcionárias estavam

na recepção substituindo colegas que foram almoçar. Sentamos em uma das poltronas para esperar. Uma senhora que parecia aguardar alguém também, perguntou se éramos estagiária. Se apresentou como uma das conselheiras que representava um dos polos do CRP no interior. Uma das funcionárias fez um comentário sobre o nosso cabelo, percebendo a diferença de quando está recém lavado e de quando está seco formando um *black* (Diário de campo, 8 de março de 2018).

A senhora entrou na conversa elogiando nosso cabelo também. Dizia o quanto era importante mantê-lo natural por uma questão política e de representatividade. Comentou ainda que tinha ido a um evento numa faculdade e viu todas as mulheres de cabelo alisado e ela com seus cabelos crespos. Disse: “Acho tão ruim. É importante que a gente veja gente como a gente nos lugares. Representatividade importa”. Toda pessoa que aparentava ser mais nova ela perguntava se era estagiária. Uma das funcionárias sai da recepção (Diário de campo, 8 de março de 2018).

A senhora faz um comentário sobre a formação de profissionais. Acabamos falando das mensalidades caras das faculdades, do fato de a educação ter sido transformada em mercadoria e do quanto os empresários da educação tem lucrado com os programas FIES e PROUNI. Ela disse também que na cidade onde mora tem muitos cursos de Psicologia e que: “tem um monte de colega procurando trabalho, qualquer coisa”. A funcionária comentou que com frequência tem aparecido recém- formados para fazer a inscrição no CRP porque alguns processos seletivos exigem que o candidato apresente o CRP. E as pessoas sem dinheiro arriscam no processo. Mas acabam retornando ao conselho desesperadas porque não tem como pagar a anuidade (Diário de campo, 8 de março de 2018). Isto nos fez lembrar das exigências por candidatos com mestrado em alguns processos seletivos que passamos. Uma das coisas que nos motivou a fazer o mestrado.

A senhora, mudando o rumo da conversa, falou que recebeu uma mensagem de uma colega também psicóloga e pastora dizendo que Bolsonaro era a salvação. E ela respondeu à colega perguntado por que havia enviado aquela mensagem e daí acabou fazendo uma série de questionamentos à colega que não respondeu mais. Comentou que psicólogos evangélicos são chamados a participar de debates com outros profissionais que não são evangélicos, mas não comparecem. Ela supôs que estes ficam com medo dos outros convidados e da plateia. Dissemos

que eles continuam falando essas coisas não só por mensagens de telefone mas para uma platéia bem maior que está nas igrejas (Diário de campo, 8 de março de 2018).

Na conversa da recepção também falamos da intervenção militar no Rio de Janeiro e a discussão pareceu ficar tensa quando lembramos dos acontecimentos do golpe civil-militar em 1964. Nesta hora Angelo chegou e o acompanhamos até sua sala. Decidimos ir para o auditório que estava vazio e era mais silencioso. Daí começamos a conversar. Ele queria que falássemos um pouco da pesquisa. Assim o fizemos e apresentamos o termo de consentimento também. Explicamos que se tratava de uma conversa e que não tínhamos um roteiro pré-definido e que ele poderia interferir no trabalho também. Para começar fizemos uma pergunta. Segue trechos dessa conversa:

- Então, você pode me contar quais são suas impressões sobre o seu trabalho, os problemas que você encontra na sua prática como psicólogo social?

Angelo - A gente acaba caindo em instituições que de certa forma refletem uma realidade, um modo de fazer, que, curiosamente, ainda é alheio à realidade das pessoas. Por exemplo, eu trabalhei com medida socioeducativa. O público da medida socioeducativa é muito particular, muito particular mesmo. São pessoas na maioria pobre, maioria negra, a maioria que tem problemas familiares muito graves. Mas, a gente percebe que apesar disso a instituição não vê. Ela meio que homogeneiza as atuações, como se pra todo mundo que tá ali, apesar de ser muito particular são realidades totalmente distintas, ainda mais porque o estado da Bahia é muito grande, a gente recebia gente do estado da Bahia todo, mas eu acho que a instituição ela meio que homogeneizava o molde de fazer. Então, o sistema da justiça fazia muitas cobranças que às vezes eram impossíveis. Por exemplo, chegava um menino lá que ele não tinha concluído o ensino médio, que é a maioria, que não tinha o ensino fundamental I, não tinha chegado no quinto ano ainda. Só que o juiz cobrava que a gente “devolvesse”, entre aspas, o adolescente. Reapresentasse o adolescente a sociedade externa. Alguém com carteira de trabalho, com curso de formação profissionalizante, algumas coisas que nem o MEC assume. Porque você tem que ter até nível, ensino e tal pra poder acessar a tais cursos profissionalizantes ou técnicos, tem que ter mais de 18 anos. Então, são algumas categorias que acabam não abrangendo o público que tá lá dentro. Então, a gente ficava lá dentro meio perdido. Eu digo a gente porque a gente trabalhava em equipe lá e ficava meio perdido, porque quando a gente tentava alinhar nossa prática à realidade pra tentar a partir da realidade criar alguma mudança, alguma alteração, a gente via que a própria instituição, muitas vezes, ela não se colocava desse modo.

Na fala do Angelo percebemos uma crítica em relação aos estabelecimentos que atendem aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa e que entendemos ser muito comum no trabalho social, sobretudo no âmbito das políticas públicas. Esta crítica coloca as organizações

como produtoras de uma realidade e alheias à realidade das pessoas que atendem. Nos perguntamos, será que estas organizações são mesmo alheias ou funcionam exatamente para produzir ou até mesmo reforçar determinadas realidades? Consideramos que as organizações materializam os arranjos sociais que vão se configurando para dar conta também de processos de exclusão.

Vimos esta análise no texto de Reis et al (2014) quando discute os conceitos de vulnerabilidade social e risco como enunciados que compõem a produção de práticas e discursos no campo da psicologia social e sua interface com as políticas públicas. Um outro aspecto que percebemos na fala de Angelo diz respeito aos marcadores sociais que caracterizam o público atendido pela política de socioeducação. Mas uma vez destacamos aqui a questão raça/cor que atravessa o trabalho social e que percebemos uma conexão com as análises de Silva (2005) e Mbembe (2017). A primeira quando analisa a formação da sociedade moderna e o dilema entre democracia e livre mercado e o segundo quando também analisa a modernidade numa perspectiva racializada, enfatizando a invenção do negro e da raça como produção psico-onírica do branco na configuração política e econômica moderna. E esta produção acaba potencializando violentamente a exploração do homem pelo homem, numa relação predatória com o continente africano.

A fala de Angelo:

Ela meio que homogeneiza as atuações, como se pra todo mundo que tá ali, apesar de ser muito particular são realidades totalmente distintas, ainda mais porque o estado da Bahia é muito grande, a gente recebia gente do estado da Bahia todo, mas eu acho que a instituição ela meio que homogeneizava o molde de fazer.

Nos chama atenção para a questão da homogeneização das organizações. Entendemos aqui que a organização não é algo bom ou ruim, progressista, revolucionária ou conservadora. A homogeneização que se materializa é um dos modos de seu funcionamento, assim como tantos outros. Mas, o que percebemos nessa crítica que Angelo faz é a serialização de um modo de fazer que reforça a noção individualizante de uma realidade construída socialmente. Isso fica ainda mais evidente na seguinte fala:

Então, o sistema da justiça fazia muitas cobranças muito, que as vezes eram impossíveis. Por exemplo, chegava um menino lá que ele não tinha concluído o ensino médio, que é a maioria, que não tinha o ensino fundamental I, não tinha chegado no quinto ano ainda. Só que o juiz

cobrava que a gente “devolvesse”, entre aspas, o adolescente, rerepresentasse o adolescente a sociedade externa, alguém com carteira de trabalho, com curso de formação profissionalizante, algumas coisas que nem o MEC assume. Porque você tem que ter até nível, ensino e tal pra poder acessar a tais cursos profissionalizantes ou técnicos, tem que ter mais de 18 anos. Então, são algumas categorias que acabam não abrangendo o público que tá lá dentro.

Ainda em relação a esta fala que destacamos é possível perceber o modo empresa atuando em instâncias como a justiça, definidoras de processos que incidem na vida dos sujeitos atendidos e dos próprios trabalhadores sociais, quando, por exemplo, faz muitas cobranças para que estes profissionais “devolvam” os adolescentes para a sociedade. Como uma espécie de prova do trabalho realizado e uma certa “eficácia” da política socioeducativa e da justiça. Um outro ponto que vale ressaltar é a exigência de uma escolarização dos adolescentes. Estes que em sua maioria, como destaca Angelo, não conseguiram concluir o ensino fundamental, se vêem diante de um processo de “ressocialização” exigente de um currículo escolar que o colocará à margem mais uma vez do acesso a bens e serviços que lhes são necessários. Seria isto também um processo de universitarização da política de atendimento socioeducativo? Ou seja, mais uma vez percebemos como a universitarização, enquanto uma formação compulsória do sujeito, atravessa o trabalho social enquanto uma força que configura um certo modo de produzir e realizar o trabalho, reforçando o modo empresa de si.

Dando continuidade ao diálogo perguntamos: Você falou do juiz que tinha uma outra visão em relação ao trabalho que vocês desenvolviam lá e que você sentiu dificuldade em lidar com essa situação. Como você conseguiu sair dessa? Quando Angelo diz:

A - A gente não saia dessa, né? A gente não saia dessa, a gente tinha que tentar convencer o juiz que ele tava querendo algo que não existia. Que um adolescente que cumpria medida socioeducativa por dois anos, que tá afastado da escola até chegar à unidade, tá afastado da escola durante a metade da vida, não sai de lá totalmente profissionalizado. A gente tentava convencer, só que é um processo que é bem... é um diálogo que a gente não tá preparado na graduação pra fazer. A gente com outros profissionais que não psicólogos ou psicólogas. Então, ou a gente convencia o judiciário naquela hora ou então... Porque, assim, nosso trabalho lá na [no estabelecimento] era emissão... acompanhar o adolescente, fazer o relatório e o juiz apreciava, então dava uma decisão a partir do relatório. Se o juiz olhasse e visse que o menino tava trabalhando, ele podia simplesmente dizer que o menino vai ficar lá mais seis meses. Então, era nossa derrota, digamos assim, né? Esse processo... mais seis meses. Muitas vezes era o que acontecia, né? Na maioria das vezes era o que acontecia.

Percebemos o dilema vivenciado por ele neste trabalho. Uma crise provocada por uma exigência impossível de atender ou ao menos de difícil resolução. Como Angelo se vê diante da impossibilidade de ação? A tentativa de convencer o juiz parece uma alternativa a se arriscar de modo que se crie possibilidades de diminuição do tempo de internamento do adolescente. E nessa criação percebemos um certo paradoxo, ao mesmo tempo em que se opera para a desinstitucionalização do adolescente, “devolver o adolescente para a sociedade”, também se opera a produção de resultados ou prova do trabalho realizado por esta política e que terá efeitos diversos os quais não se tem controle. O que nos faz pensar em um trabalho que acompanha processos e interfere em meio aos acontecimentos.

Destacamos também uma outra crítica que Angelo faz na seguinte fala: *A gente tentava convencer, só que é um processo que é bem... é um diálogo que a gente não tá preparado na graduação pra fazer. A gente com outros profissionais que não psicólogos ou psicólogas. Apesar de toda uma produção de práticas e teorizações da Psicologia social no campo das políticas públicas, sobretudo quando se refere à interdisciplinaridade e transversalidade de saberes e fazeres entre diferentes profissionais operadores das políticas e uma atuação em rede, percebemos as dificuldades encontradas por estes trabalhadores sociais em estabelecer diálogo com outros profissionais. Entendemos que isto não é algo exclusivo da Psicologia no trabalho social e que faz parte também da política de produção de conhecimento em cada área profissional. Mas também resulta do próprio processo de atender às demandas sociais cada vez mais diversas, oriundas também de processos de singularização e que vão inaugurando campos específicos de atuação. Campos que podem reforçar a noção de profissional especializado, instituindo e cristalizando um campo de atuação e conhecimento. A questão que se coloca é quando este processo leva a uma visão dogmatizante do que se produz e impede a fruição do diálogo e, portanto, do trabalho compartilhado e coletivizado.*

Pedimos para o Angelo falar um pouco da sua vivência em relação a um trabalho, a uma ação que tenha feito ou realizado recentemente. Que pudesse falar de algo que tenha lhe arrebatado, lhe feito pensar e trazer questões para si. Ele nos responde:

O que mais me marcou na minha atuação profissional até então foi o embate que eu tive que ter, porque eu vivi uma relação de trabalho antes daqui que era terceirizada. Então, eu e todos os técnicos de lá éramos terceirizados. E trabalhador terceirizado não é um trabalhador

respeitado da mesma forma que um trabalhador efetivo. A gente é um cargo, então se quiser tirar, tira. Enfim, é muito complicado ser terceirizado no Brasil. Então, a gente chegou a ficar dez meses recebendo com 20 dias de atraso, meio que férias não acontecia, enfim. Então, a gente, no cotidiano, no contexto de trabalho, a gente conseguiu organizar... foi na época da [cita o nome do estabelecimento], que é um espaço que não para, o pessoal está preso lá. A gente conseguiu organizar dois processos de greve nesse período. E eu acho que isso pra mim foi crucial. Em primeiro, mostrar pra mim mesmo que eu não tinha medo de lutar pelo direito que eu sei que é meu. E segundo, fazer isso, de certa forma, tinha impacto direto no meu fazer, já que eu tava lá trabalhando em prol do direito de adolescentes que estavam privados da liberdade. Que exemplo eu estaria dando enquanto profissional, enquanto pessoa de referência pra esses adolescentes, né? Se eu baixasse a cabeça pra violação dos meus próprios direitos, sabe? Eu acho que ter participado desse processo ainda que recém-chegado... se for contar, porque eu tinha um ano de trabalho, pouca coisa, né? Pode ser mandado embora a qualquer hora, inclusive, se quisesse.

Vimos que Angelo institui junto com os colegas um processo de organização coletiva que culmina em 2 greves. Ou seja, conforme vimos em Dardot e Laval (2017) e Mbembe (2017) e nos próprios fatos da realidade brasileira nestes últimos anos, mesmo em um contexto político tão áspero os trabalhadores sociais ainda conseguem se organizar e também instituir um processo auto-gestionário de luta coletiva que difere de um certo modo da ação instituída pelos sindicatos. Um processo que se dá em meio ao trabalho, no próprio estabelecimento em que ele ocorre e não numa sede com delegações representando setores diversos do trabalho.

Uma experiência interessante que nos mostra isto foram os movimentos de ocupação, iniciados em escolas públicas estaduais impulsionando as ocupações nas universidades públicas e algumas particulares, a UFRGS estava entre elas. As ocupações nos mostraram que ocupar um prédio era muito mais do que estar lá e controlar o fluxo de entradas e saídas de pessoas. Havia uma convivência diária entre as pessoas que colocavam em evidência as tensões, as diferenças entre grupos que se formavam, as decisões pela manutenção do espaço coletivizadas, a descoberta do que havia no prédio ocupado e a função de algumas áreas e salas que nunca se teve acesso e o quanto isto era uma questão a tratar, a questão da segurança do patrimônio público vulnerável a grupos conservadores da própria universidade, a tentativa de grupos político-partidários se apropriarem do movimento, organização de ações a partir de proposições dos ocupantes e colaboradores externos, a comunicação entre as ocupações e manifestos organizados conjuntamente.

Não podemos esquecer que lá nas ocupações também apareciam os tensionamentos em relação à questão de gênero e raça, sobretudo nas tarefas de limpeza, condição econômica,

relações hierárquicas e excludentes. Contudo, muitas conquistas vieram daí: parar a universidade e fazê-la pensar no contexto considerado catastrófico do país naquele momento e gerar mobilização de outros movimentos como a paralização de servidores, promover uma reunião ampliada entre os professores da universidade, colocar em pauta o racismo institucionalizado na universidade e nas suas relações e isto reverbera até hoje na dinâmica da universidade, demandas de mudanças na grade de disciplinas dos cursos incluindo a discussão mais ampliada e transversalizada de gênero e raça, a instituição de cotas nos cursos de pós-graduação, e a necessidade de manutenção do sistema de cotas e instâncias que garantam o direito de estudantes negros entrarem e permanecerem na universidade, por exemplo.

Mas, voltando à nossa conversa com Angelo, ele mostra como é possível um processo de organização do trabalhador social sem a tutela de sindicatos que em sua maioria operam de modo verticalizado na relação com os trabalhadores. Isso fica evidente na seguinte passagem da nossa conversa:

- Mas, sim, aconteceu alguma coisa no processo para vocês terem conseguido?

A - Boa pergunta, sabia? Porque, assim, não teve um bum. Não. Foi um acúmulo. Não foi algo agudo, sabe? Foi uma coisa crônica que do nada a gente se incomodou... porque é comum atrasar salário vinte dias. Mas, chegou um momento que o pessoal não... sempre reclama, mas chegou um momento que o pessoal além de reclamar resolve pensar junto, né? Não foi exatamente algo... Não foi um sindicato que chegou lá, “bora parar!” Foi algo que, nas duas vezes, nasceu do contexto. Não do nada, mas sem razão explícita. Estava todo mundo reunido na mesma sala, todo mundo decidiu parar. É isso, deu certo, mas é isso aí. A gente tinha um espaço de convivência, né? ... Uma sala de técnicos. “E aí, gente, vai continuar assim?”, “amanhã a gente vê.” Aí, amanhã... não entrou. “Amanhã a gente vê.” Amanhã... não entrou. “Então, a gente também não vai fazer nada. E aí, todo mundo concorda?”, “concordo.” Teve gente que não concordou, trabalhou, mas é a vida que segue né? Mas, assim, foi um processo... que é... (risos)

Com esta fala de Angelo pensamos também que há uma relação entre o modo de funcionamento da maioria dos sindicatos, que potencializa relações mais hierarquizadas, verticalizadas e autoritárias, com o processo de evangelização do trabalho social. Em que muitas vezes lideranças são instituídas para gestar a organização e conduzir os trabalhadores, numa espécie de trabalho missionário que se encerra em bandeiras de lutas quase inquestionáveis, quase dogmas.

Contudo, essa crítica não diminui a importância da existência dos sindicatos, sobretudo num momento em que a precarização do trabalho e das leis trabalhistas tem avançado cada vez

mais e fragilizado os espaços de discussão e formação política dos trabalhadores. Aqui chamamos atenção para o fato de que é necessário colocar em análise a instituição sindicato e recriar modos de organização política dos trabalhadores. Reconhecemos, porém, que este processo analítico existe, por vezes, no interior mesmo dos sindicatos, mas precisam ganhar força para que um outro modo de organização dos trabalhadores seja possível.

Ângelo mostra nas passagens a seguir a aguda empresarização que o trabalho social está sofrendo nas instituições para adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. Além da imposição da lógica empresarial, percebemos também em sua fala como se dá o processo de universitarização do psicólogo social, atuando como forma de escape ao ambiente de trabalho moldado pela empresarização:

A empresa é terceirizada, mas tem uma sala com os funcionários dela lá. A [cita o nome do estabelecimento] ela opera da seguinte forma, tem empresa que terceiriza a gente que é a [cita o nome da empresa], que eu não tenho vergonha de falar. Então, [cita a empresa] tem uma salinha lá com profissionais de lá que operam tanto com RH como panóptico, né? Então, quem tem medo, quem tem mais a perder, eu acho, baixa a cabeça. Mas, eu acho que nem isso porque tem gente que ia conforme a lei da [empresa] e era demitido. Eu acho que perdia esse ideal de que empresa se importa com o funcionário. Ele fica lá. Todo mundo sabe. A função dele é essa. É claro que é vendido como se fosse uma facilidade, que se você tiver que resolver uma coisa, não vai resolver lá na central, que é aqui na [cita nome do local]. Você vai resolver lá mesmo na [cita nome do estabelecimento]. Mas, a gente sabe que opera tanto pra vigília quanto pra exercer o trabalho burocrático. Isso não é um segredo lá, não. Eu acho que até... se a gente for pensar no âmbito de consciência de classe é até mais evidente, mostra que a gente está lá numa função de empregado, na função de empregado terceirizado. Acho que a pessoa tem que ter a noção disso. Você é um empregado terceirizado, você não é patrão de ninguém, você não é chefe de ninguém, você não é um funcionário estatutário que seria o ideal, principalmente nesse contexto. Acho que por esse lado... tem um lado de que é uma empresa, é empresa. Que funciona no modo capitalista de gerir empresa. Num modo que, além de capitalista, é anacrônico de gestão e é isso. Inclusive foi uma das questões que me motivaram a sair. Não foi nem pelo trabalho em socioeducação, que era algo que eu adorava fazer. Foi horrível sair, no sentido de... os vínculos que eu tinha feito com os adolescentes, famílias, os profissionais, ter que interromper. Só que fui fazer o mestrado e acabei tendo essa desculpa e pedi pra sair mesmo. Mas, tendo convicção de que eu não queria estar contratado sobe uma lógica escrota de trabalho. Nem ali, nem nunca mais na minha vida.

Uma passagem de sua fala nos chamou bastante atenção quando perguntamos:

– Mas, você acha que vai ficar livre disso?

A – Não.

– Mas, e aí, como é que você vai fazer com essa lógica de trabalho?

A – Eu tenho tentado... A gente tem algumas opções, né? Nós somos psicólogas, psicólogos. A gente pode pensar um trabalho autônomo, tanto de clínica, quanto de consultoria, que é algo que eu tenho pensado caso nada que eu queira dê certo. Eu quero a docência. É o que eu quero, é o que eu busco. Então, eu tenho estudado pra um dia ser um trabalhador estatutário numa universidade pública. Que é o meu ideal, assim.

Contudo, depois de ter escutado que a sua saída do trabalho foi horrível e o mestrado foi uma desculpa para sair dele, me causou estranhamento sua afirmação de que sempre quis ensinar:

– Mas, isso sempre fez parte, assim, de suas escolhas?

A – Sempre fez parte de minhas escolhas, sim. Eu sempre quis a docência. Sempre. Mas, eu não vejo a docência sem cara com a realidade, né? Sem a atuação junto com a realidade. Eu não vejo. Algumas pessoas fazem, mas eu não vejo verdade no que essas pessoas estão dizendo, quem é docente só. Eu falo só, parece que está reduzindo algo que é gigantesco, mas assim, a gente não tem como ensinar algo pra uma pessoa se a gente não vivenciou aqui, ali, no sentido de... não digo nem vivenciar, de estar fazendo aquilo, mas assim... a gente não tem a menor possibilidade prática com aquilo que a gente está ensinando. Então, acho que não fica mesmo a verdade, não fica. Não falaria de socioeducação como eu falo hoje se eu não tivesse passado pelas experiências que eu passei. Não falaria do CREPOP se não tivesse passado pela experiência que eu estou passando.

Porém, se Ângelo está tão convicto de que sua opção pelo ensino “sempre fez parte de minhas [suas] escolhas (...)” então porque um pouco antes afirmara que a sua saída do trabalho social com os adolescentes tinha sido tão dolorosa? Do jeito que ele relatou, a empresarização do trabalho social do psicólogo foi expulsiva, afastando-o compulsivamente de um trabalho que o realizava. Recuperemos sua fala:

Inclusive foi uma das questões que me motivaram a sair. Não foi nem pelo trabalho em socioeducação, que era algo que eu adorava fazer. Foi horrível sair, no sentido de... os vínculos que eu tinha feito com os adolescentes, famílias, os profissionais, ter que interromper. Só que fui fazer o mestrado e acabei tendo essa desculpa e pedi pra sair mesmo. Mas, tendo convicção de que eu não queria estar contratado sobe uma lógica escrota de trabalho. Nem ali, nem nunca mais na minha vida.

Queremos ressaltar aqui que não é impossível que Angelo realmente desejasse a docência. Contudo, não podemos desprezar que as condições de trabalho são uma das causas da empresarização do trabalho social e conseqüentemente da sua universitarização. De fato, os

cursos de mestrado e doutorado e a prática docente acaba possibilitando ao psicólogo social ter condições de analisar as suas práticas, já que na ponta do serviço não tem este tempo pela sobrecarga de trabalho prático.

Porém, o ensino superior como saída desse dilema pode ser uma armadilha, pois as faculdades particulares estão fortemente empresarizadas e as universidades públicas já estão sofrendo os efeitos da empresarização. Por exemplo: cobranças de resultados e prazos exíguos no mestrado e doutorado. Além da exigência por um nível de excelência que institui o produtivismo acadêmico, no sentido de manter a nota dos programas sempre altas para justificar os recursos financeiros destinados aos mesmos.

Enquanto a conversa com Ângelo transcorria e o escutávamos, a imagem do panóptico que ele havia mencionado anteriormente vinha com uma certa freqüência na nossa cabeça. Para que esta imagem não interrompesse o fluxo do que queríamos acompanhar em sua fala, decidimos compartilhar essa situação com Ângelo e com isso perceber de que modo ele entende o que seja um panóptico operando em seu trabalho:

– É, você falou disso, mas eu fiquei com o panóptico na cabeça. (risos)

A – É, menina, eu imagino que seja assim pra quem está de fora. Mas, assim, numa empresa comum, não tem o chefe que fica o tempo inteiro sabendo o que você está fazendo, o que você não está fazendo? A mesma coisa. A diferença é que não está tão explícito na maioria dos casos.

– Mas, como é que vocês lidavam com a existência, então, do “panóptico” ali?

A – Eu, particularmente, pra mim ter ou não ter ali, ainda trabalho sem nenhum medo. Porque meu foco de trabalho não era a empresa me querer, me achar bonzinho. Era cumprir os objetivos perante aquela população com a qual eu estava trabalhando: o adolescente e, por extensão, a sua família. Meu objetivo era esse. Claro que a gente buscava, sei lá, alinhamento com outros profissionais, ter uma boa relação, até pra poder fazer o trabalho dar certo. Mas, assim, em relação a empresa que está ali eu não tinha... isso não me limitava. Eu não guiava meu trabalho nessa linha.

Nesse momento lembramos de situações nos trabalhos que realizamos e gostaríamos de compartilhar, mas priorizando a sua fala para entender de que modo Ângelo lidou com a situação. Assim, fizemos a seguinte pergunta:

– Então, você já fez coisas, assim, que, por exemplo, não tava determinado, mas você fez mesmo assim?

A – E vice-versa. Por exemplo, tava determinado que todo mundo tinha que preencher os formulários de evolução depois de todo atendimento. Só que os formulários de evolução ficavam nos prontuários. Quem tinha acesso? Nós, os assistentes sociais, a advogada, coordenação, todo mundo que quisesse. Todo mundo, a depender do nível hierárquico, tinha acesso. Pensando no meu dever ético, eu não ia preencher um formulário de evolução colocando a vida do adolescente, a pessoa que acabou de compartilhar algo comigo ali, que eu sei que foi só comigo, ou às vezes comigo e a assistente social que a gente teve um diálogo nós dois, num documento que todo mundo ia ler. Então, eu fazia minhas evoluções de maneira mais parca possível. Às vezes, atendimento com o adolescente e tal. Porque eu sabia que aquilo ali ia chegar adiante. Então, por mais que a empresa... Porque as pessoas têm acesso. Porque no mesmo prontuário tem documento do juiz, tem várias coisas. Então, muita gente tem acesso...Então, sabendo que se eu colocasse aquilo no prontuário iria... Advogada ia ler, a pessoa da saúde ia ler. Sabendo disso e não concordando com isso, eu preferia fazer a evolução de maneira, propositalmente, ruim. No sentido de que não dizia muita coisa pra quem quisesse ler, entendeu? Eu tinha minhas anotações à parte, obviamente, mas, embora a instituição nos solicitasse que fizesse uma evolução completa, eu preferia não fazer. E eu tinha esse argumento, “eu não vou fazer porque meu código de ética” ... A gente fala “no código de ética” como se o respeito tivesse vindo só depois de determinação legal, não. Porque é respeitoso, independe de ter o código de ética ou não. Mas, a gente usa o código de ética pra reforçar isso. Meu código de ética não permite que eu compartilhe algumas questões, então eu não vou compartilhar. Então, eu batia de frente em relação a isso. Isso e muitas coisas.

Justamente por não ter um roteiro pré-definido, nos preocupamos em criar um espaço em que nossos interlocutores ficassem à vontade para falar, interferir, fazer perguntas, propor o que quisessem. E queríamos saber como este momento afetou o Ângelo. Então, finalizamos com a sua fala:

Eu gostei. Eu achei que fosse ser mais difícil pelo fato de não ter roteiro, mas eu acho que pelo contrário foi interessante. Porque em uns momentos eu fiquei sem saber se eu tava respondendo a coisa certa. Agora, não existe resposta certa, mas também eu não sabia se tinha entendido de fato a pergunta. Mas, eu acho que isso pouco importa. Eu acho que é isso, você me estimulou a falar de uma maneira que eu acho que foi, é, crucial pro processo e me deu vontade de ver o produto final. De verdade.

6.3 CONVERSANDO COM ROBERTO

Roberto é conselheiro e o atual coordenador da CDH. Nos encontramos no conselho para a nossa conversa, era fim de tarde ou quase isso. Roberto estava na sala da Comunicação/CREPOP. Parecia bastante ocupado e precisava dar conta de algumas tarefas administrativas. Acolhedor e receptivo, sorriu e pediu-nos um tempinho. Enquanto

aguardávamos nos lembramos de como encontramos Roberto em um outro dia no CRP (Diário de campo, 12 de março de 2018):

Reunião da CDH. Pouco antes de começar a reunião encontro Roberto na sala de reuniões. Estava sentado na cabeceira e na sua frente o *notebook*. Ele parece estar sempre agitado. Fazia várias coisas ao mesmo tempo. Com fone de ouvido e de olho na tela do computador, assistia um vídeo sobre comunidades indígenas, lia um texto e escrevia ao mesmo tempo. Interrompi aparecendo e acenando. Ele pediu que eu entrasse. Perguntei o que estava fazendo. Respondeu que se tratava de um trabalho para uma disciplina de um curso de especialização em EAD que está fazendo, além do mestrado. Disse que era loucura fazer 3 coisas ao mesmo tempo e perguntei como ele conseguia. Respondeu que não teve tempo de entrar na plataforma do curso. Só se deu conta que poderia não concluir a disciplina quando recebeu um e-mail da tutora comunicando que aquele dia era o prazo final. Falei que aguardaria em outra sala ou na recepção a reunião começar e o deixaria à vontade para que pudesse continuar com o seu trabalho (Diário de campo, 8 de novembro de 2017).

Esta lembrança foi interrompida com um “Vamos?”. Sugeri que fossemos para o auditório, pois estava liberado e lá seria mais tranquilo. Fomos interrompidos algumas vezes porque Roberto precisava assinar alguns documentos, ler outros rapidamente e dar respostas a algumas ligações e e-mails. Isso mostra o ritmo de trabalho que alguns trabalhadores sociais tem vivenciado: excesso de trabalho, militância e em meio ao trabalho dar conta das exigências de processos formativos.

Roberto queria que falássemos um pouco da pesquisa, daí engatamos uma discussão sobre pesquisa, concepção de intervenção e seus instrumentos e epistemologias. Percebi que este assunto lhe interessava e fazia relações com suas experiências de estágio, trabalho e a pesquisa que está desenvolvendo no mestrado sobre a relação entre práticas religiosas no sistema prisional. Diferentemente de outras conversas que tivemos, a conversa com Roberto fluiu para uma relação de quem contava sua história de um lado e do outro alguém que a escutava sem fazer muitas interrupções quando começamos a gravar.

Imaginávamos que haveria uma outra dinamicidade neste encontro muito próxima da experimentada com outros interlocutores. Algo que não prevemos e que constitui a imprevisibilidade do processo. Isto não quer dizer que o caráter dialógico não aconteceu. Assim, segue alguns momentos de nossa conversa que consideramos importantes neste estudo:

Não consigo enxergar uma abordagem, um conhecimento teórico que seja capaz de ser eficiente na sua proporção inteira da realidade social brasileira, por conta da diversidade enorme que é a nossa realidade. Seja em termos de desigualdade, em termos de privilégios, em termos de diferença entre um espaço urbano e não urbano.... e aí entra também o cenário político, quais são os conhecimentos autorizados para serem utilizados como instrumentos de intervenção dentro de determinadas políticas públicas, dentro de determinado cenário que lida com a realidade social?

Na conversa com Roberto fomos percebendo que a questão epistemológica atravessa o trabalho social em pelo menos 2 momentos: a crítica a uma concepção de ciência que exclui outras matrizes de conhecimento que não aquela eurocêntrica. Assim como exclui a complexidade presente na diversidade social brasileira. Realidade esta composta por diferentes matrizes culturais e étnicas.

Em relação a esta questão algumas produções teóricas trazem importante contribuição colocando em evidência as análises do que se considera um epistemicídio. Ou seja, a conversão forçada a uma compreensão de mundo ocidental e a supressão dos conhecimentos não ocidentais de correntes de um processo de colonização (Alves, Jesus e Scholz, 2015). Como pudemos observar nas análises de Mbembe (2017).

Em contraposição a esta violência epistemológica sistemática, a perspectiva afrocentrada compreende o sujeito negro a partir de sua referência territorial africana e diaspórica. Ou seja, um sujeito que foi deslocado em termos culturais, psicológicos, econômicos e históricos mas que trazem consigo as matrizes do lugar que forjou a sua existência. Portanto, esta perspectiva assenta suas bases em uma epistemologia do complexo cultural africano, cujo sistema de valores, crenças e ideias constituem um modo singular de observar, agir e compreender o cosmos em suas dimensões visível e invisível, e institui uma ética e uma estética para o viver coletivo. Um modo de afirmação do negro mesmo diante de uma dinâmica civilizatória hegemônica (Alves, Jesus e Scholz, 2015).

Lançamos a seguinte pergunta para Roberto:

- Você é militante do movimento negro, está fazendo mestrado, tem uma inserção política dentro de alguns espaços, como você enxerga esse jogo de forças quando se trata de efetivação de políticas?

R – É desolador por que quando se fala de organizações políticas, partidárias, ideológicas você tem grupos que são limitados. Uns vão até aqui na defesa de algumas bandeiras, outros vão até lá, outros ultrapassam, mas cada um dentro da sua caixinha. Quando eu olho pra minha trajetória, enquanto militante do movimento... não estou atrelado a nenhuma organização específica. Mas a partir do momento que eu despertei a minha consciência política e da minha identidade racial, inclusive antes de entrar na academia, eu entendi que eu tinha uma responsabilidade que não era minha, mas que eu era produto das diversas intenções e responsabilidades que vieram antes de mim. E aí quando você vem de um contexto social de muita vulnerabilidade econômica, racial, territorial e você adentra o universo da academia em que se produz conhecimentos e tecnicamente esses conhecimentos são instrumentos, você pensa em utilizar esses instrumentos de acordo com a responsabilidade que você descobriu. Ninguém pegou e botou na minha mão não, eu me vi nisso daí e aí produzir conhecimentos e instrumentos de intervenção dentro dessa realidade é entrar num campo de disputa dessas organizações que querendo ou não levantam algumas bandeiras e abaixam outras. E quando falo abaixam outras é no sentido não pejorativo do termo, mas que há uma disputa das organizações de uma falar mais que a outra e de provocar invisibilizações.

Vimos que ele analisa, de um modo geral, alguns funcionamentos presentes nos movimentos sociais que tendem a reduzir o alcance de suas lutas se fechando, como ele diz, em “caixinhas”. Sabemos que os diversos movimentos sociais e suas pautas se constituem também em campos de tensão e estão em tensão com forças hegemônicas que produzem as desigualdades pelas quais lutamos para acabar. Mas também, de um certo, modo conectam-se a uma racionalidade moderna ao conceber os processos de luta de modo a produzir exclusões e não zonas de coexistência e compartilhamento. Uma problemática que nos convoca a pensar e repensar nossas lutas e o próprio trabalho social que realizamos, no sentido de produzirmos outros movimentos que se diferenciem desta racionalidade.

Esta análise não desmerece a importância destes movimentos, mas aponta para uma questão que compõe o trabalho social e nesse sentido trata-se de uma análise necessária devido a intensidade com que o modo indivíduo, operado pelo modo empresa de si tem se instituído nas relações sociais. Essas análises que Roberto realiza nascem da análise de implicação, a partir do momento em que se reconhece como negro e como co-responsável ou agente de transformação da realidade que nasceu antes dele. E que coloca o negro numa condição de inferioridade. Condição essa analisada por Mbembe ao falar de processos que instituíram a escravidão em países colonizados pela Europa. Vejamos, na continuidade de sua fala, como Roberto desenvolve isto:

Então, eu começo a minha trajetória dentro da academia muito individualmente. Vou procurando, me inserindo nos espaços, nos debates, fazendo minhas interpretações dentro da minha visão micro de mundo. E quando começo a me aproximar de organizações, no sentido de intervenções pontuais eu vou vendo as limitações dessas organizações e vou vendo que falta. E que... um sentimento que eu sempre tive ou pelo menos que eu tive ao longo da minha vida ao fazer uma escolha por uma organização você abre mão de dar as mãos para as outras. Isso que eu acabei de dizer é muito perigoso porque nem todas as organizações assumem isso, mas é que na prática é isso que ocorre. Então, minha dificuldade de me vincular a um grupo político é isso. Então, eu prefiro muito mais me vincular a uma ideia do que a um grupo.

Num outro momento de sua fala, este psicólogo chama atenção para uma questão gravíssima que é o não reconhecimento do racismo como racismo e sua descaracterização como assédio moral. Fruto de um serviço público que não está preparado para lidar com o racismo. Algo que remete às epistemologias que formam trabalhadores sociais para atender às demandas sociais, mas que não contemplam a discussão das diferentes matrizes étnicas que configuram a sociedade brasileira. A invisibilidade de outras matrizes não européias, de um certo modo reforça a suposta universalidade do sujeito europeu moderno e o modo indivíduo produzido pela racionalidade moderna que corresponde à dinâmica do capital, sobretudo em sua fase neoliberal:

Inicialmente eu ficava angustiada porque eu não entendia. Eu ia para as reuniões, eu ia para o centro de referência quando chegavam os casos de racismo e que eu tinha a convicção que o objetivo principal não era atendimento individual, mas de fortalecer uma rede de cuidado e atendimento em que as pessoas pudessem ser atendidas, acolhidas e o meu papel era estimular essa rede. Obviamente, dada a realidade, a gente acabava fazendo alguns atendimentos, nem que para fazer uma triagem, um acolhimento mais sistematizado. E aí quando a gente encaminhava pra rede do SUS e da assistência, a gente começou a perceber que as pessoas voltavam e diziam que a psicóloga que atendeu lá, disse que não era racismo, era assédio moral. A gente começou a perceber que não existia uma rede de atendimento ao racismo na psicologia em Salvador, dentro do serviço público... Construímos um projeto de formação dos profissionais da rede, mas esse projeto geraria custo e a instituição não queria bancar.

Um outro ponto que aparece em sua fala foi o modo criado para problematizar a invisibilidade dos casos de racismo na rede de atenção às pessoas afetadas explicitamente por este tipo de violência institucionalizada nos discursos e práticas sociais. Isso fica mais evidente na seguinte fala:

A gente desenvolveu um instrumento de intervenção que foi o grupo, porque a gente não poderia fazer atendimento individual. Seja porque a instrução normativa que rege o centro não cabia e também porque não era a finalidade do centro. Então, entendendo a realidade que a gente não conseguia fazer os atendimentos pela inexistência da rede, a gente criou um grupo chamado linguagens e memórias que era para trabalhar com as vítimas que passavam pelos serviços de psicologia e que os discursos dessas pessoas não eram discursos direcionados a uma lógica de ter a justiça, mas de estarem ali com sua vida e seu psicológico abalados e precisando de uma intervenção neste nível.... Então, já que estamos aqui vamos tentar dar uma resposta as pessoas que chegam e dizem eu só quero retratação, eu não quero indenização, eu só quero retratação. Ou das vítimas de racismo que passavam pela situação de discriminação e depois disso tinham dificuldade de sair de casa. Então, a gente tinha elaborado coisas muito pontuais: identificar uma demanda a partir dos casos e trabalhar com uma temática que tivesse efeito dominó nos demais, do ponto de vista da elaboração e do processo de adoecimento.

Num outro trecho de sua fala, Roberto coloca que apesar de a universidade ser um espaço diverso e que se proponha à inclusão, vale lembrar que muito propulsionado pelas políticas de reparação e inclusão social, encontrou dificuldades no seu processo formativo. Porém, encontrou no CRP-03 uma entidade de fiscalização da conduta ética profissional, sustentação nesse processo, como Mário também havia mencionado. Ele mais uma vez enfatiza os efeitos de uma certa concepção de ciência e ensaia uma relação entre ciência e intervenção social:

Eu iniciei a graduação em agosto de 2010 e em setembro de 2010 eu vim pra cá pro conselho, pra o gtprr. E foi um espaço pra mim de sustentação enorme, porque o espaço de ensino é um espaço de discriminação que brota do vento. É incrível que é um espaço diverso e é ao mesmo tempo um espaço que te inclui e que está te cuspidando e isso é muito doloroso. Eu tive uma trajetória de graduação bastante agitada porque eu acabava fazendo duas formações. A formação que me era obrigado, no sentido do currículo, das atividades e a formação que eu entendia que era necessária e que eu acabava fazendo de forma tangencial, de forma paralela e o gtprr foi um sustentáculo pra me dizer que é possível. Mesmo esse currículo não brasileiro, porque a gente fica estudando teóricos europeus, estadunidenses, com uma lógica que não tem coerência com a nossa realidade social. Por isso que o conhecimento que a gente produz tem que ser adaptado e readaptado, tem que ser juntado com outros instrumentos para a gente fazer uma intervenção minimamente bacana, porque senão a gente vai achar que está intervindo, mas está produzindo sofrimento... Falar de algo que não tem um lugar é preciso desbravar esse lugar e cansa demais...

Roberto nos diz que esse marco científico eurocêntrico produz um epistemicídio, uma relação de cuidado inadequada para as populações que atende e desconhece o valor, mesmo que parcial, de atividades terapêuticas a que essas populações lançam mão com frequência: a festa e as religiões mediúnicas. Vejamos isso:

Há um epistemicídio pesado nas academias. Você tem as grandes epistemologias que tem seu nascedouro na Europa... a maioria dos conhecimentos que a gente encontra na academia tem seu grande marco na Europa. Essa Europa que nos saqueou, nos escravizou e que ainda continua a nos escravizar e saquear com mecanismos mais atualizados. Então, quando a gente vai pensar modelo de pessoa, a gente tem o modelo do homem europeu. Então, você tem uma epistemologia que ela é grega, que forja o homem estadunidense, o homem romano, a própria ideia de cosmovisão que configura a hegemonia cristã que nós temos no Brasil e que vem assaltando a ideia de laicidade. E você tem outras epistemologias que não tem a visibilidade ou um lugarzinho na academia, que são as epistemologias de cunho africano, até orientais que produzem psicologia a partir desses lugares, que vão conceber a ideia de humano dentro de um outra lógica diferente de uma lógica empirista racional, cartesiana. Esse povo brasileiro que vive na margem todos os dias que sai 5h da manhã e volta 10h da noite, esse povo que vai pra festa de noite e acorda de manhã cedo porque precisa ir pra festa pra dar uma anestesiada no corpo, porque não tem um outro mecanismo de cuidado, esse é um mecanismo de cuidado. Que encontra nas religiões mediúnicas esse espaço de cuidado porque esse lado espiritual não é levado em consideração na hora das ditas intervenções técnico-científicas. Então você cuida das pessoas, através dessas epistemologias hegemônicas, pela metade quando chega na metade. A outra metade não serve, não faz parte dessa complexidade que é o humano brasileiro. Isso tudo tem muito a ver com os processos de formação da nossa sociedade brasileira, os processos de colonização e escravidão, de genocídio das populações negras e indígenas brasileiras. Tem a ver com esses paradigmas que vão sendo transmitidos por diferentes mecanismos e vão se propagando até que a gente vai deixando nossos corpos amortecidos por esta lógica.

Na conversa com Roberto percebemos que em quase todas as suas falas há uma preocupação com a questão epistemológica, enquanto algo que sustenta discursos e práticas na Psicologia Social. Em relação ao cuidado que se encontra nas religiões mediúnicas, sobretudo nos terreiros de candomblé, Alves, Seminotti e Jesus (2017) consideram que este não pode ser compreendido por categorias de análise ocidentais que se orientam pela objetividade, previsibilidade, neutralidade, regularidade, universalidade e veracidade (Alves, Seminotti e Jesus, 2017).

O cuidado em saúde no campo das religiões de matriz africana tem como organizadores de suas práticas a tradição oral, o sistema oracular divinatório, culto e manifestação de divindades, ritos de iniciação e de passagem em que a concepção de mundo e de existência é da relação entre o humano, o cosmos, o natural, o espiritual e o visível e invisível. A vida está em tudo e em todos, nos vivos, nos mortos e nas divindades e a força vital que há em cada coisa conectando tudo e todos é o que mantém a existência dinâmica do cosmos, tecendo o acontecer e o devir de cada ser. Essa força vital é chamada de *àse*. A concepção de saúde está na preservação e restabelecimento do equilíbrio da força vital que conecta tudo e todos, "(...) ligada às relações entre ser humano, animal, vegetal, mineral, antepassados, ancestrais e divindades. Portanto, no terreiro a concepção de saúde e a concepção de cosmos são interdependentes. A

saúde é a força vital, é o poder de realização é a própria existência” (Alves, Seminotti e Jesus, 2017, p. 203).

Esta concepção de saúde, pelo caráter complexo que liga tudo e todos, encarna o que a saúde configurada num paradigma ocidental tenta dar conta a partir da noção de saúde ampliada. A instituição das práticas integrativas e complementares no sistema único de saúde parece ser uma tentativa de transversalizar a concepção de saúde convencional com a de povos tradicionais como as comunidades de terreiro.

A questão epistemológica colocada por Roberto fica evidente também quando discutimos a questão do lugar de fala. Uma discussão que tem problematizado também a racionalidade moderna a partir de uma política de enunciação. Essa discussão compõe ainda a produção de conhecimento e práticas numa perspectiva decolonial. Vejamos o que Roberto traz como questão:

A problematização que se faz do lugar de fala é mais que emergente, passou-se do tempo de grupos falarem de outros grupos. O debate sobre lugar de fala é sobre representatividade. O gtprr tem 10 anos, pelo que conheço do seu histórico ele teve dois eventos sobre relações indígenas ao longo desses 10 anos. Mas hoje em dia a partir da configuração de pertencimento identitário dos componentes dos gt's, o gt pode promover um debate sobre a identidade indígena, a questão indígena? Acredito que sim, desde quando estejam presentes pessoas para falar desse lugar. Porque uma coisa é: eu quero problematizar a minha prática profissional enquanto não indígena para com os indígenas. Eu vou chamar uma pessoa para que ela me provoque ou que a provocação seja mútua. Porque a ideia do lugar de fala é “Não é bem assim como você está falando. Eu me sinto assim, eu sou assim”... a ideia do lugar de fala presume um outro debate que tem um efeito racista muito por trás que é a população branca nessa comparação entre brancos e negros, ela sabe como a população negra vive, ela sabe como é viver essas mazelas e quando na verdade não é. Nós criamos estratégias de resistência que talvez um antropólogo tenha dificuldade de perceber em seus trabalhos etnográficos... Inclusive as problematizações de Djamila Ribeiro, faz uma ancoragem na interseccionalidade. Não é pelo fato de eu ser negro e ter meu cabelo dreadlock que o meu sofrimento é maior que o sofrimento de um homem gay negro ou que não tenha os marcadores raciais como eu tenho, em termos de ser retinto... Esse lugar de fala é atravessado pela interseccionalidade, é como se o lugar de identidade, seja de qualquer campo, ficasse estático. Você não está estático, eu enquanto homem e o racismo e você enquanto mulher e o racismo, vivemos situações diferentes. Tem uma parada no lugar de fala que é a disputa pra ver quem está mais fudido, quem está mais vulnerável. Poxa! (balança a cabeça em desacordo)

Consideramos essa provocação e análise de Roberto e de leituras decoloniais como algo que também configura o trabalho social hoje, enquanto uma força que produz resistência no atual contexto, tendo em vista que o modo empresa de si também configura o trabalho social e

também é uma força em tensão com outros modos de subjetivação. Consideramos necessário destacar ainda a importância de produções decoloniais, já que percebemos um outro processo de colonização do capitalismo em sua fase neoliberal, em que somos capturados pelo desejo, sobretudo pelo desejo de uma qualidade de vida supostamente garantida por um processo permanente de qualificação profissional e formação pessoal. Além de operar individualmente como empresa, correndo riscos em busca de “inovações” em uma sociedade cada vez mais competitiva, como vimos em Dardot e Laval (2017) e Mbembe (2017).

A conversa com Roberto foi se encaminhando para uma questão epistemológica que tece a formação do trabalhador social. Percebemos que essa discussão assumiu uma centralidade na sua fala e buscamos acompanhar esse movimento do nosso interlocutor. Contudo, houve um momento em que intencionamos articular a sua fala com o problema de pesquisa:

- Como você está lidando com as questões do seu trabalho neste contexto neoliberal e em que estas discussões que você trouxe estão acontecendo?

R - Inicialmente, do ponto de vista pessoal, é adoecedor, muito adoecedor. Tenho visto o quanto as pessoas estão adoecendo e além do adoecimento elas estão se tornando mais bélicas e aí eu também estou me colocando neste lugar de estar sempre ali pronto pra guerra. Porque as coisas estão acontecendo numa velocidade e num nível de desgaste muito grande, a minha sensação é de que eu fui afetado por isso, a ponto de eu precisar parar e me afastar de alguns lugares... a gente acaba se bicando, um atacando o outro... está muito adoecedor, frustrante. No final das contas a gente quer afetar as pessoas, quer sair afetando as pessoas, a coisa vai se multiplicando... Quer ser afetado no sentido de “Poxa! Eu sempre pensei isso, vamos dar as mãos, unir as forças”. Eu tenho a sensação de estar numa tempestade de areia no meio do deserto, que você sabe que tem pessoas próximas, não estão conseguindo se comunicar e dar as mãos e que às vezes é preciso dar mais um passo pra ver se sai da tempestade de areia pra ver se consegue olhar quem está do lado, mas está difícil. Eu estou rindo, mas é de nervoso.

Depois de escutar Roberto responder à questão que fizemos, compreendemos porque a discussão epistemológica assumiu uma centralidade na sua fala. Podemos dizer que são vários os aspectos em torno disso, mas o que percebemos é que a colonização do pensamento por um modo de subjetivação que produz exclusão, abismos, desigualdades tem produzido processos de adoecimento já apontados por Franz Fanon e Achille Mbembe (2017) que também menciona as análises deste último como contribuições para uma compreensão do racismo, da colonização e escravidão do negro.

6.4 CONVERSANDO COM MARA

Encontramos Mara na recepção do conselho em uma dessas idas às reuniões da CDH. Nos abraçamos carinhosamente e percebemos que uma fez falta para a outra. Ela perguntou se já tínhamos voltado à Bahia e o que fazíamos no conselho. Falamos que ali faríamos parte do trabalho de campo da pesquisa. Ela prontamente queria saber do que tratava a pesquisa que em poucos minutos apresentamos. Perguntou se iríamos fazer entrevistas, respondemos afirmativamente. Ela então nos disse “Ah! Me entrevista eu estou louca pra falar, tem acontecido tanta coisa no meu trabalho”. Sentimos que o próprio campo vai se abrindo para nós na medida em que falamos do que trata a pesquisa e todos parecem se identificar com o tema. Respondemos que sim e combinamos de marcar a entrevista depois da reunião da CDH num dia, hora e local que fossem melhor para Mara (Diário de campo, 13 de setembro de 2017).

Depois de alguns meses marcamos uma entrevista. Combinamos um dia em que fosse melhor para Mara. Ela não se sentia pronta para participar, na mesma semana marcou outro dia e preferiu vir até nossa casa. Antes de começarmos falamos de outros assuntos, demos risada e quando começamos a falar de trabalho percebemos que já tínhamos começado e demos risada. Ela quis saber mais sobre a pesquisa e o que tínhamos pensado para a entrevista. Disse: “*A minha crise com o trabalho é pública, a minha crise trabalhista é conhecida dos ventos. Ah! fala aí o que você pensou porque senão vou ficar divagando aqui e isso vai virar terapia, vou divagar meus problemas trabalhistas*”. Apresentamos algumas perguntas que tínhamos escrito num bloco de anotações poucos minutos antes de ela chegar. Falamos que eram perguntas iniciais só para começar mas aquele momento se tratava mesmo de uma conversa e não uma entrevista com roteiro definido previamente. Apresentamos o termo de consentimento livre e esclarecido e colocamos que compartilharíamos as análises de suas falas e ela poderia interferir no texto da dissertação. Abaixo selecionamos alguns trechos desta conversa:

- O que você pensa em relação ao trabalho social da psicologia e como você se vê no seu trabalho?

Mara – Então, eu acho um pouco contraditório que a psicologia não tenha se constituído enquanto algo social, entende? Acho que esse caminho individualista que se tomou, pra mim não faz muito sentido. Então pra mim o que a gente está fazendo agora é retomar um caminho que é o que de fato nos constrói. Não adianta você ir por uma linha muito do indivíduo de pensar a clínica e a pessoa, isso pra mim não tem o menor sentido. Esse movimento que a gente faz de encontrar esse lugar da psicologia, pra mim isso não faz sentido fora desse lugar. Eu não consigo pensar que a psicologia não seja social. Que coisa louca, acho que nunca tinha externado isso, acho que nunca tinha falado isso.

- Que a psicologia é social, não é social...

Mara - A ideia de você empreender uma análise do indivíduo é você cortar esse indivíduo, é como se ele tivesse solto no mundo e ele não está. Quando você centraliza os problemas e as soluções no indivíduo pra mim é um contra-senso. Porque é como se a pessoa brotasse do nada do jeito que ela é. E não é bem por aí. A gente não brota grande, a gente tem todo um processo de construção com o outro, num contexto e com outras pessoas. Essa abertura que a gente tem na inserção no trabalho social, eu vejo que a gente ainda tem muita coisa pra fazer porque parece que foi algo que se abriu por um nicho de mercado. Não por uma compreensão que seja um fazer e um fazer que faça sentido, a gente vê muita gente indo pro campo social apenas reproduzir as mesmas práticas sem fazer reflexão, sem fazer uma mudança de postura mesmo, acho que abandonar o lugar de suposto saber é um coisa que é muito difícil. Você vai lá no trabalho social que você vai ensinar... A psicologia se abriu pro trabalho social muito mais numa perspectiva de mercado do que numa proposta de fazer uma reflexão como essa que eu tô fazendo agora. Até pelo lugar que é cobrado. Pra mim o maior incomodo de começar a trabalhar foi a cobrança dele lugar a ser ocupado.

- como foi isso?

M – A parte mais densa assim foi quando eu fui pra uma unidade de acolhimento e as pessoas queriam que eu tivesse uma sala pra fazer atendimento individual e a unidade já estava a um tempão sem psicólogo e quando eu cheguei, as pessoas falaram “graças a deus a psicóloga já chegou, você vai consertar a cabeça desses meninos não vai?” e eu já arregalei o olho e falei ai meu Deus. “porque esses meninos não batem bem não, não tem a cabeça certa não, você vai concertar a cabeça desses menino”. “Olha a psicóloga chegou vai conversar com a psicóloga”, o menino tava com dor de dente vai conversar com a psicóloga. Um jovem de 17 anos com todo um histórico de violência e absurdidades na vida, afastado da família, ameaçado de morte. O menino dava um grito “vai conversar com a psicóloga”. Aí eu comecei a me colocar no lugar deles pros profissionais pra começar a desconstruir essa visão. Eu falei eu faria muito pior, eu se tivesse passado a metade do que ele passou eu com certeza não estaria nem aqui porque faria coisas muito piores, eu ainda admiro que ele tenha condições de permanecer aqui. E aí as pessoas começaram a ter essa outra noção de humanização tanto do jovem quanto da minha pessoa né? Não tem ninguém quebrado aqui, não vim consertar ninguém.

A ideia muito forte de que o trabalho era fazer o trabalho clínico, que tinha que ter uma sala isolada pra fazer atendimento. Quando vai pra pedagoga, ah! Faz a sua lista de material. E falei eu também quero material vou fazer a minha lista de material. Aí quando eu peço tinta, papel... Ah! Você vai produzir o quê? Nada eu quero esse material... E aí começar a quebrar esses lugares assim foi a coisa mais difícil porque foi o meu primeiro trabalho, eu estava chegando. Não sei se dei sorte ou azar mas trabalhei no campo social desde o meu primeiro emprego. Nunca trabalhei em empresa, escritório, nada assim mais elitizado mais formal. Eu sempre trabalhei em ONG, comunidades, escolas. Eu não sei se isso é bom ou ruim.

- qual é questão que está aí?

M – Ah! Porque é mais angustiante né? Porque talvez fosse mais confortável estar dentro de um RH fazendo coisas mais formais e não lidando com contextos tão amplos de raio de alcance. Porque quando você vai pro trabalho social o sujeito pode estar ali só o sujeito, mas você nunca pode perder de vista todo o raio de coisas de onde ele vem, do contexto, do que aconteceu nessa trajetória. A gente nunca ta em um contexto aqui, o contexto está aqui e acolá e acolá e acolá. O contexto ele vai se ampliando e eu acho isso muito angustiante, principalmente dentro das políticas públicas porque a gente se vê com coisas muito amplas

para alcançar mas numa estrutura toda fragmentada. Você tá com a pessoa aqui, a pessoa está sendo atendida por mais 3, 4 serviços, mas é como se um não tivesse nada a ver com o outro. Como se um não interferisse no outro.... e aí, às vezes eu penso, talvez você estar em contextos que lhe dão uma delimitação, tipo a empresa, você se preocupa com a pessoa ali. Se a pessoa vai ser admitida ou não vai ser. Enfim, é um contexto mais delimitado, não que não deva haver angústia, mas pelo menos tem alguns limites. Você não vai se preocupar se o cara está brigando em casa ou não, o que é que está acontecendo. Além dali, você tem um limite dentro do seu raio de preocupação, de angústia. Não sei, acho que isso é muito difícil de delimitar. E também sempre trabalhei em contextos de média complexidade, de violação de direitos. Essa ideia de ser ruim assim é o nível de angústia, mas prefiro lidar com isso.

- Como você se depara com essa angústia no seu trabalho?

M - é difícil essa pergunta, porque não sei se me deparo com ela ou se é um contínuo. Acho que é um contínuo porque vai indo para todos os lados, porque você tem a questão em relação ao lugar onde você trabalha, você tem que ter atenção ao que te é solicitado e ao que você vai aceitar ou não fazer e como você faz este enfrentamento. E dizer não eu não vou fazer atendimento clínico. E as pessoas olharem pra você e dizer: "Então, você vai fazer o quê?" Como se não houvesse outra possibilidade de ação fora esta.

Aparece aqui na fala de Mara uma crítica a uma certa Psicologia que influenciou e influencia diferentes práticas na educação e assistência social. Aquela que tende a reforçar uma visão individualizante de questões sociais, sustentação inclusive do modo empresa de si. Trata-se de discursos e práticas que se reproduzem socialmente e se manifestam nas relações entre os sujeitos. Além disso, reforçam a ideia de que a pessoa traz uma falha que precisa ser consertada por um especialista. Discurso também ligado às teorias eugenistas que classificavam as diferenças humanas e culturais em raças inferiores e superiores.

Então, é construir todo esse enfrentamento, tanto no discurso quanto nas práticas de dizer para as pessoas e conseguir instituir outras práticas. Ter relação com outros serviços que em geral funcionam em outra lógica. Então, às vezes as pessoas não querem te atender porque você está indo levar trabalho. Não, o trabalho já está posto, eu acompanho essa pessoa e você já acompanha essa pessoa. O trabalho já está posto. Se a gente compartilhar pode ser que ele fique mais fluido, pode ser que ele fique um pouco mais leve, talvez. Tem a questão dos próprios sujeitos que a gente vai interagindo, porque também demandam isso, que você resolva os problemas. Mas eu já aviso logo que eu não resolvo.

Mara fala da rejeição às modificações no trabalho por parte de alguns trabalhadores sociais com o argumento de que estas vão gerar mais trabalho. Mas pensamos também que uma rejeição ao trabalho pode ser um modo de resistir a fazer parte da engrenagem de uma máquina

que não funciona para estancar processos de exclusão. Ou pode ser também por uma questão de auto-preservação por não suportar ter que lidar com situações complexas e difíceis e que causam sofrimento.

Outro dia, uma menina descobriu que eu era psicóloga, achei que todo mundo sabia, achei que estava posto. Ela falou: “Vem cá, me falaram que você é psicóloga aqui, é? Ah! Então vem cá que eu estou cheia de problema”. Aí eu olhei pra ela e dei risada. Ela disse: “é sério, venha resolver os meus problemas”... Aí eu disse: e os meus? quem vai resolver? Aí ela parou assim, eu falei: se o negócio é fácil assim, você chama alguém pra resolver seus problemas eu quero achar alguém pra resolver os meus. Aí virei pra uma outra pessoa e disse e os seus? Quem vai resolver os seus problemas? Vamos achar alguém pra resolver os seus problemas. Como se a coisa fosse instantânea desse jeito. Acho que lidar com essas coisas todas torna a angústia uma coisa meio contínua. Porque existe um desejo de resolução. Quando eu digo pra ela que não vou resolver não é porque eu não tenha o desejo de, mas é a consciência da minha impossibilidade, é a consciência de que não cabe a mim assumir esse papel. Até porque seria oferecer uma ilusão que a princípio pode até amenizar a angústia do outro, mas depois vai causar uma coisa bem pior porque ele vai contar com uma resolução que não vai chegar.

Eu acho que é isso, pra todos os lados que você vira em algum nível você está sempre fazendo um enfrentamento desde que você tem uma perspectiva do trabalho social que não seja simplesmente o mercado de trabalho... se você quiser sustentar um lugar para este fazer numa outra perspectiva é batalha 24 horas.

Mara mostra nesta fala como problematiza a sua posição enquanto psicóloga, no sentido de fazer questão às pessoas que demandam uma resolução de seus problemas. Nesse sentido coloca em questão também a figura do especialista qualificado para dizer o que é melhor para o outro, desnaturalizando assim a função do psicólogo como alguém que resolve problemas.

- Você fala que o trabalho está posto, como é esse trabalho que está posto?

M - Falei mais da perspectiva da rede. Às vezes você vai dialogar com a rede, mas a rede não quer dialogar com você porque entende que você está levando trabalho, mas não é você quem está levando trabalho. Se você é um CAPS, um CRAS, um CREAS você não tem que se recusar em dialogar comigo porque eu to te levando trabalho, o seu trabalho ta posto porque você está inserida num contexto que precisa da sua intervenção e que vão chegar pessoas que vão lhe demandar coisas. O seu trabalho enquanto instituição está ali pra ser feito então não é culpa minha, não é você me chutar pra fora que vai fazer você não ter trabalho. Essa falta de entendimento que o trabalho está ali pra ser feito e que ele tem que ser feito mesmo que não se exponha enquanto demanda manifesta.

- Isso que você me traz, me faz pensar em tantas coisas. Uma é às vezes esse descaso diante da demanda social que chega pra gente. Você estava falando do serviço em que algumas pessoas ficaram felizes por não terem atendido muito. Mas em compensação você pensou as pessoas não estão conseguindo chegar aqui e são as pessoas que mais precisam deste serviço porque as pessoas estão passando por uma violência, num estado que precisam de apoio, de um lugar que acolha sua demanda. E por outro lado eu fiquei pensando que às vezes se produz muitas demandas que não vão dar conta da questão. E aí, como você vê essa questão do sobretrabalho?

M – Não sei quem falou, mas eu sei que chegou essa frase lá no trabalho. A gente ficou rindo e até foi um conforto assim, alguém falou: Pô! A gente está enxugando gelo. Mas, se a gente não enxugar o gelo o povo inunda. Se ninguém enxugar o gelo, a gente se afoga. Não tem exatamente a solução, você não acaba com o gelo mas ao mesmo tempo você faz a contenção de algo que poderia ser ainda mais drástico. você fica ali numa linha intermediária, porque quando a gente fala que está enxugando gelo a gente se sente no fundo do poço, mas a gente não está no fundo do poço a gente está numa linha intermediária entre o gelo que a gente não conseguiu acabar e a inundação que o derretimento ia provocar caso não houvesse o enxugamento.... só que a gente não pode perder de vista que apesar de estar fazendo esta linha de meio, o foco é acabar com o gelo, ele (o foco) não pode deixar de existir... tem uma função de estar enxugando o gelo, mas eu só consigo resistir a essa função porque eu sei que há um investimento em algo maior. Eu não estou ali simplesmente fazendo isso contando os dias pra chegar o salário.

Lembra de uma situação em que interferiu no trabalho da equipe com os jovens e a equipe se queixava porque os jovens estavam cobrando outra coisa. Daí ela questionou o posicionamento da equipe. A equipe tinha dito que diante de um ocorrido sentou com todo mundo numa roda de conversa para discutir a situação e resolver o problema e a equipe se sentiu pressionada pelos jovens porque eles olhavam para a equipe cobrando uma atitude e a equipe não sabia o que fazer.

M - Mas nós enquanto equipe não construímos esse procedimento (roda de conversa) pra ser aplicado? E ele não foi aplicado? O que eles estão pedindo a mais é punição. O que eles estão pedindo a mais vem desse lugar que a gente só acredita que o erro do outro foi compensado quando eu faço o outro sofrer. E da mesma forma que eles internalizam isso e solicitam isso de nós, vocês estão comprando essa ideia. E a gente desde o princípio, a gente já conversou, já acordou enquanto equipe que este não vai ser o nosso lugar. E se esse não vai ser o nosso lugar, a gente precisa saber sustentar isso, porque isso vai ser cobrado de todos os lados. Quando acontece alguma coisa, chove gente de todos os lados (perguntando) “o que vocês fizeram? Como vocês solucionaram?”.

Sumiu uma bola, um celular, quase teve agressão física, foram várias situações e as pessoas só querem saber qual foi a resposta. A gente já estava quase quatro meses tentando resolver a questão da bola. Aí vem um educador e fala ah! Porque ta demorando muito. Eu falei não tá demorando, isso é um processo. Se no dia que sumiu e a gente tivesse chamado a polícia, botado terror neles todo mundo ia sentir que a situação estava resolvida. Mas a nossa

questão não é resolver, a nossa questão é produzir reflexão sobre essa lógica (a da punição). E dentro desses quatro meses, quantas vezes a gente já não teve oportunidade de fazer uma roda de conversa com eles para discutir confiança, discutir público e privado e fazer uma compreensão com eles de que essa bola que uma pessoa se apropriou na verdade é uma bola pública, é uma bola pra todos e que foi paga com o dinheiro de todos porque veio de dinheiro público. E explicou pra eles como funciona um imposto, de onde ele vem, como esse dinheiro vem parar aqui, de quem é esse dinheiro. Chamar a polícia, tocar o terror poderia nos dar uma sensação de que a situação foi resolvida, ok! Mas e o nosso processo? O que a gente está se propondo a fazer aqui, fica aonde? E essa tentativa recai sobre nós, porque tem hora que a gente quer também, tem hora que a gente também deseja resolver logo pra sair desse processo que parece que nunca termina. Mas agente tem que estar nesse lugar de alerta, de denuncia pra que a gente não fique apenas reproduzindo o que já está posto, de maneira desigual, opressora e enfim.

Essa fala de Mara em que diante do sumiço da bola decide esperar que algo se anuncie, demonstra a aposta que a equipe fez no processo de trabalho com os adolescentes. De um certo modo, quebra com a produção de resultados imediatos que tem Ângelo ao falar das exigências do juiz em relação aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. Mas, esse trabalho que Mara nos apresenta consideramos um modo de resistir às pressões pelas provas, resultados e indicadores.

- Como você lida com essa cobrança de reproduzir o que você diz que já está posto?

M – Rapaz! Eu sou chata. Eu brigo, eu grito, eu argumento até a pessoa cansar de me ouvir, às vezes as pessoas param de discutir comigo e diz cansei. Tem que ser inadmissível, é inadmissível aceitar isso.

- E como você consegue trabalhar com seus colegas, compor um trabalho a partir de tantas lógicas que estão ali naquele cotidiano?

M - Na verdade, nesse contexto que estou hoje é legal porque tem muita aderência. Então, às vezes as pessoas não tem essa noção de que, por exemplo, estão reproduzindo uma lógica punitiva. Mas quando você denuncia e propõe uma outra lógica elas topam. Elas entendem que... quando a gente foi fazer a estruturação das regras de convivência, parte da equipe já queria deixar um caderninho de regra lá. Eu disse gente não concordo, não dá pra fazer sem eles, não dá pra construir regras que não seja com eles. Aí disseram “Não, é verdade”. Então espera os jovens chegarem pra gente construir com eles. Aí uma pessoa falou “ah! Mas já que a gente construiu as regras hoje, o que vai acontecer com quem não cumprir?” Não sei, a gente vai pensar. Quando alguém descumprir, dependendo do que descumpriu, como descumpriu e porque descumpriu, aí a gente vai ver qual vai ser o desdobramento. Um outro já falou lá “Eu acho que a gente já tinha que deixar aqui um prescrito, tipo uma lei, qual é a punição pra quem fizer tal coisa, já tem que deixar isso acordado porque eles tem que sentir que se eles não cumprirem vai acontecer alguma coisa, porque se eles sentirem que mesmo não cumprindo não vai acontecer nada aí eles não vão cumprir. Não, primeiro eles não vão sentir que não vai acontecer nada porque alguma coisa vai acontecer, a gente só não vai

saber dizer o quê, porque a gente vai decidir quando acontecer. E outra, antes de agente ver que eles vão cumprir por medo da punição, a gente precisa fazer com que eles cumpram pela compreensão de que aquilo é importante pra convivência, porque senão o negócio não vai dar certo. Aí tem muita aderência, o pessoal compra mesmo essas ideias, tem muita consonância. Quando você propõe conscientemente uma outra rota, e diz olha essa rota aqui todo mundo já faz: as famílias já fazem, as escolas já fazem, as instituições já fazem. Vamos fazer outra coisa. Quando você propõe outra rota tem muita aderência, muita consonância desta equipe. Aí eu volto pra esse lugar de denuncia no sentido dessas reproduções, quando vejo que está entrando nessa via da cartilha de punições.

Outra intervenção na equipe quando estavam discutindo o trabalho e mais uma questão apareceu para resolver e que dizia respeito à relação com os jovens:

M - A gente não pode assumir o lugar de quem manda nessa casa. A gente precisa deixar muito explicito pra eles de que isso aqui em uma construção conjunta. Eles não são os jovens e nós os adultos e que nós mandamos e eles obedecem. A gente não pode criar isso e nem se colocar no lugar dos detentores das respostas, a gente tem que chamar o grupo para pensar e propor soluções junto com a gente. Porque senão a gente se coloca em dois lugares muito complicados, se a gente assume isso aqui. Então, até pra nos aliviar, pra nos poupar de ser responsável por ter que responder a todas as demandas e já que nosso trabalho aqui é educativo, a gente vai partir pra resolução de problema coletivo. Que é também pra contribuir para que eles aprendam a pensar a resolver seus problemas.

Depois de um tempo e de alguns problemas que aconteceram, relata uma reunião de equipe em que voltaram a discutir a ideia das punições.

M - Aí o pessoal falou que precisava de uns parâmetros, todo mundo meio que concordando com a ideia das punições. Aí um colega falou “então, pelo que entendi tem uma unanimidade aqui pra escrever as punições”. Aí eu falei não, vocês podem ter maioria, unanimidade não, eu continuo sendo contra. E aí é topar esse lugar mesmo da chatice, inclusive consigo mesmo, não é se eximindo mas é também o chamado interno, o opressor internalizado.

- Mas como aparece a problematização disso? Ou fica na denúncia?...

M - A denúncia é pra justamente pensar... a denúncia que não gera um desdobramento de parceria, de conversar com o outro sobre isso acaba Tb sendo uma reprodução dessa lógica, por que de uma certa forma é você querendo se colocar no lugar de “eu sei o que eu tô fazendo e você não sabe”, a minha grande frase é “gente eu não tenho ideia do que eu to fazendo”, eu fico repetindo isso em tom de brincadeira com o pessoal pra demarcar esse lugar sem receita, sem saber mais, eu não entendo como isso aqui funciona só que eu vejo que esta parte punitiva não é o que a gente quer, não é a proposta. A gente tem uma seleção rigorosíssima, só que a gente tem que entender que a nossa seleção é pra pegar os jovens mais ferrados. Se você quiser melhorar a seleção pra pegar os mais organizados você está fugindo da proposta do programa. A gente não ta aqui pra trabalhar com os jovens

organizados, a gente tá aqui pra trabalhar com os jovens desorganizados, como fazer isso? Eu não sei, mas eu sei que o caminho não é fugir pros jovens organizados que é o que as pessoas fazem... Então, esse lugar da denúncia se não for pra gerar reflexão e troca e construção coletiva, ele não vale de nada porque ele volta a reproduzir esse lugar de saber, o lugar do eu vejo que ninguém vê, eu que denuncio sua proposta furada.

Lembra de uma experiência em outro trabalho e compara com a atual experiência:

Eu sempre tive muita certeza do que estava fazendo porque adentrava em instituições prontas nas quais eu identificava uma série de aberrações e já me colocava nessa postura do enfrentamento a essas aberrações. O enfrentamento com a arte, poesia, ludicidade. Por exemplo, no abrigo uma coisa que as pessoas ficavam loucas é que elas me viam descalça, intervenções simples e de sensibilidade mesmo de chegar e abraçar as pessoas, fazer atendimento no chão. Eu tinha uma relação mais concreta do que eu tava fazendo porque eu sabia aonde eu estava no sentido de dinamitar algumas práticas enrijecidas dentro da instituição.

Aí dessa vez eu sinto um ambiente muito difuso assim porque a gente está construindo esse lugar que abraça todo mundo. Tem essa coisa difusa e angústia porque não tem um modelo pronto, e você faz parte desta construção... se instigar a não recorrer a esse lugar...

Se refere a uma contradição da equipe e sua também e o movimento de mudança

Se a gente adota uma perspectiva não punitivista é completamente contraditório a gente ter uma cartilha de punições de qual é a punição pra se fulano fizer isso ou aquilo... essa coisa de como uma coisa constrói a outra, como isso tem que ser um diálogo, a prática e o discurso, aquilo que a gente quer pra instituição, aquilo que a gente tem condições de construir e tal. Eu me percebo muito nesse sentido, inclusive tem a ver com as coisas que eu estou escrevendo, porque quando eu comecei a escrever, eu comecei a me dar conta disso, aquele psicólogo está saindo... aí eu parei pra reler, aí falei meu deus do céu que psicólogo, agora eu tô entendendo aonde que eu me coloco enquanto aplicando saberes que eu absorvi da psicologia.... eu estava discutindo essa estrutura invisível enquanto relações estruturadas, opressoras e hierarquizadas da instituição para os jovens atendidos. Aquilo já estava posto e aí eu ia analisar aquilo que já estava posto. E agora eu tô do outro lado que é no sentido de como é que vai ser isso? Quando alguém roubar algum elemento de dentro da casa, como é que a gente vai fazer? Acho que eu tô me encontrando por aí, acho que estou começando a me conscientizar e a tatear que eu tô muito mais próxima de fazer algo que eu sempre quis fazer do que eu consegui perceber até agora. Mas tá caminhando, eu tô começando a descobrir assim, o não ter ideia do que eu tô começando, eu tenho uma vaga ideia do que está acontecendo... experimentar uma outra lógica e poder dizer que outra lógica dá certo, porque não adianta a gente contestar uma lógica e continuar reproduzindo, eu preciso ter algo factual que prove... viver uma lógica não pronta não é ruim. Se a gente fica se apegando ao que a gente tem como se tivesse dando certo, não tá dando certo... hoje eu sinto que me realizo dessa forma, de conseguir concretizar que outra lógica é possível. Mesmo dentro de todas as adversidades e muitas vezes da necessidade de recorrer a coisas já postas. Porque é isso também, não é zerar e começar de novo, não. Aquilo que dá pra

aproveitar a gente aproveita, aquilo que é inadmissível a gente joga pra fora e no meio disso, coragem e criatividade, só.

Lembra de uma conversa com um colega de trabalho:

Outro dia o Marcelo perguntou: ah! Eu fiz tal intervenção, tá certo? (Luana disse ao colega): Marcelo eu só te digo uma coisa é inadmissível você não fazer intervenção e é inadmissível você agredir um jovem. Então, entre não fazer nada e fazer uma agressão física, você pode fazer tudo isso aqui (faz um gesto com as mãos que denotam tamanho). Não tá certo e não tá errado. O que que te incomodou na sua intervenção? O que que vc sentiu que falhou? O que que você sentiu que deu certo? O que que você pode recuperar? (Explica): é que ele achou que foi muito duro (com um menino). Como é que dá pra contornar isso? Chamar ele pra conversar. O que você vai fazer disso agora? Mas não taxar de certo ou errado. A gente tem um parâmetro para balizar as nossas ações que são: não ser opressor, não reproduzir machismo e racismo nas suas intervenções, não reproduzir punitivismo. Fora isso, aí a gente vai ver o que vai sair, a gente não tem o que prever e nem que dizer que tá certo, que tá errado. A gente tá aqui justamente pra isso, a gente tá dando nossa cara enormemente a tapa.

Aqui vemos que um modo de resistir à lógica punitivista foi correr o risco de criar um trabalho junto aos jovens que mesmo operando com a política prescrita para realizar este trabalho, também se lança a um trabalho incerto. Um trabalho que não se sabe ao certo “o quê” se está fazendo. Nesse sentido, resiste às respostas fáceis, às interpretações ligeiras, aos caminhos previamente delimitados que cegam para tantas outras possibilidades de trabalhar com estes jovens (Zanella e Furtado, 2016).

Consideramos que correr risco tem relação com modos de resistir, uma vez que em se tratando de resistência tal como compreendemos aqui nesta pesquisa, trata-se de lidar com a imprevisibilidade da realidade experimentada, da imprecisão e ambivalência presentes no próprio fazer. É possível perceber essa atitude na fala de Mara quando diz:

E o resultado que a gente obteve foi algo fantástico, a gente pegou uma instituição que poderia ser simplesmente dura e reproduzir o que todas as outras reproduzem e a gente fez uma loucura ali. É uma casa, mas a gente se esforçou pra dar manutenção ao aspecto de casa. Fez até coisa que não pode, botou fogão, botijão de gás, botou geladeira, botou tudo lá e a gente não pode porque não tem autorização da vigilância sanitária, do corpo de bombeiros, de nada. Tem uma cozinha completa montada, os meninos entram na cozinha, eles cozinham lá, eles entram na nossa sala. Pro perfil de jovem que a gente trabalha, eu

nunca tive a experiência de entrar em uma única instituição que trabalha com esse perfil de jovens que não tranque os armários. Que não tranque as salas, que não esconde as facas. Nada é restrito, a casa é nossa.

Os meninos vão lá, eles almoçam. Às vezes eles chegam e a gente fez comida e pergunta ah! Já almoçou? Tem comida aí, é o que tem. Olha são nossas marmitas aí e a gente ta dividindo com vocês. Aqui não tem refeitório, a gente não dá comida mas a gente ta comendo então tem aí pode comer. Às vezes tem pouco porque a gente já comeu, aí chegam quatro ou cinco, a gente diz divide aí. Aí eles dividem, depois vão lavar a louça, guarda. Sujou, caiu alguma coisa no chão, pega um pano limpa. As salas ficam abertas, os equipamentos ficam na mão deles, notebooks, câmeras, os nossos computadores de trabalho, que em geral ninguém deixa usar, só não podem mexer nos nossos arquivos, são documentos, relatórios. Mas eles entram em facebook, youtube.

É tudo muito horizontalizado, que inclusive gera críticas de que está muito solto. Dizem: ah! Porque os meninos estão com a impressão de que podem fazer tudo aqui dentro. (Luana respondeu) Não, a gente tem que balizar com eles essa ideia de liberdade, porque liberdade não é fazer o que você quer... dá liberdade a eles não significa que a gente não está fazendo nada, o nosso papel aqui não é disciplinador, dá liberdade é fazer e fazer muito porque ninguém dá. E que o que a gente faz é uma estratégia pedagógica e que foi algo construído não com facilidade, foi difícil porque vc ter 60 jovens circulando numa casa, 4 dias na semana e tudo que sumiu até hoje foi uma bola.... São meninos envolvidos com tráfico, praticam roubos e furtos, praticam até roubo a mão armada, sabe? A não criminalização também é uma postura que é massa, eu nunca tive num lugar que trabalha com esse tipo de jovem que não criminaliza. E a equipe toda é muito nessa linha de não criminalizar. Aí um menino se sentiu mal e foi fala com a gente (que tinha pego a bola junto com outros meninos). (Disseram ao menino): Olha, tem uma coisa que a gente quer que você não esqueça, este fato não te define. Esse foi um erro que você cometeu e agente vai negociar pra que esse déficit que vocês criaram seja suprido, mas este ato não te define, não saia por aí dizendo que você é ladrão, (explica) porque o rótulo já tava quase colando. Este rótulo não pode colar em você. Lembre de todas as outras coisas que você faz, você é um jovem maravilhoso, você canta, você atua, você vai pra escola... então não se defina só por este fato, este fato a gente vai resolver.

Um trabalho que se fez na contramão da criminalização desses jovens e de um certo modo de trabalhar com eles produzido pelas políticas de segurança ao criar o perfil de jovem perigoso ou que constitui perigo para a sociedade. Estas políticas estão atreladas ao genocídio da juventude negra e periférica. Nesse sentido, aparece na fala de Mara uma desconstrução do perfil do jovem negro alvo da violência policial, por exemplo. Isso parece ser muito importante para Mara pois aparece reiteradamente na sua conversa com o jovem. Mara continua sua fala:

Aí é assim, enfim, eu fico encantada. Foi um risco enorme, a gente tem noção disso. A gente chama de risco calculado, mas é um calculo bem frágil. A possibilidade de dar errado também era grande, a possibilidade de tudo virar um caos. A pergunta que a gente mais ouvia no

princípio era: como vocês vão fazer para os jovens virem até vocês? E a segunda era: como vocês vão fazer para eles ficarem? Porque ninguém acreditava que eles teriam aderência ou que a gente suportaria e a grande maioria, muitos tiveram que sair, não somente por motivo de desistência, mas saíram por conta de trabalho, por falta de horário, saíram por uma série de outras dificuldades como falta de transporte.

Todo mundo da equipe é de origem pobrora, de um contexto muito parecido com o dos meninos... são realidades muito próximas, então os educadores não tem aquela reserva de ah! Esses meninos vão roubar a minha bolsa, ou você ta fedido, ta suando. Esse negócio de andar descalço, em outros lugares que trabalhei era um absurdo, lá o povo anda de meia, anda descalço, vai trabalhar de chinelo. Todo mundo é despojado dessas coisas e acho que isso facilitou muito essa construção. Porque todo mundo vem desses contextos de violação, então sabe muito bem o que estão combatendo porque já viveu na pele, mesmo que não saiba teoricamente ou conscientemente, sabe na pele o que é que a gente está combatendo ali, sabe na vivência da pobreza e das opressões de que maré a gente ta remando então acho que isso também dá essa potencia. Esse lugar de desprendimento pra se afetar com outro mesmo.

Outro dia um menino abraçou o professor e falou ah! Professor esse abraço dá uma paz, o menino não tem uma referência paterna e quando chegou lá era essa coisa bem machista assim, não vou pegar em homem. Daí a pouco ela ta com a cabeça bem no peito do educador dizendo esse abraço me dá uma paz e o educador também lá sem medo daquele abraço, daquele contato.

Notamos que nesta vivência de Mara com seu trabalho houve uma aposta no processo de criação, de modo que a equipe assumiu também os riscos de errar, de falhar neste trabalho. Algo que se choca com o modo empresa de si, que impõe ao trabalhador um trabalho cada vez mais específico e qualificado para a produção de resultados eficazes e eficientes. Essa rejeição ao erro e a possibilidade de fracasso travam a potência de criação. O risco que se corre nesse trabalho descrito por Mara é diferente dos riscos e do processo de criatividade colocado pelo modo de governo neoliberal.

7 CONSIDERAÇÕES PARA CONTINUAR PROBLEMATIZANDO

Enfim, pensando nas variações do movimento do pensamento nesta pesquisa, que não dá para dizer onde começa e onde termina porque se dá pelo meio, consideramos que criamos um campo de coerência ou um território existencial para analisar o trabalho social de psicólogos e psicólogas sociais. E nos colocamos dentro deste campo.

Sem querer estabelecer uma ordem cronológica, consideramos que, num primeiro movimento de sistematização desta análise, nos deparamos com um mal-estar, com o

estranhamento de um determinado contexto do trabalho social em que realizamos e uma certa dificuldade em lidar com as problemáticas deste contexto. As leituras de textos institucionalistas nos levaram a questionar as relações estabelecidas neste trabalho, sobretudo as relações de poder entre especialistas e pessoas a quem os mesmos direcionavam os seus serviços.

Num outro movimento, a partir do conceito de análise de implicação nos dispusemos a analisar as nossas implicações com as instituições que nos constituíram como especialistas, abrindo o espectro em relação ao trabalho social. Nesse sentido, buscamos perceber o trabalho social que realizamos de modo a desnaturalizar as posições que ocupamos e as funções que desempenhamos enquanto pesquisadora e interventora nas experiências com o trabalho social.

Analisando também as suas condições de emergência, vimos que o trabalho social foi um modo criado pelo Estado moderno para lidar com as contradições entre a democracia e o livre mercado. Por entre esses dois princípios o trabalho social se atualiza e se rearranja de acordo com as condições históricas. Percebemos que o trabalho social é um campo de forças em disputa que se dá em nós, nas relações, nas práticas e discursos que produzimos. Portanto, ao mesmo tempo em que potencializa o Estado capitalista em sua fase neoliberal, o trabalho social também pode fazer frente a esta ordem provocando rachaduras, dificultando e debilitando seus movimentos.

O trabalho social da psicologia se estatizou com a implementação das políticas públicas se configurando entre a normatização e controle social e os movimentos de resistência que se insurgem frente ao capital. Um paradoxo com o qual temos que lidar. Não sabemos ao certo quais os efeitos do que parece configurar o trabalho social hoje. Não sabemos ao certo que configuração é esta além do que já ganhou forma. Seguimos nos rastros das virtualidades desse trabalho social, entendendo-o como dinâmico e enquanto potência de provocação. Entendendo ainda que muitas mudanças, a partir do que já se produziu com este trabalho social, anunciaram um mundo diverso, que é recebido por velhos modos de subjetivação resistentes à sua finitude. Ou ao menos resistentes a reconhecerem que estão perdendo força. E por isto mesmo, levanta-se com fúria na tentativa de barrar o que não se pode conter: a história.

Um outro movimento foi a percepção de uma outra configuração do trabalho social, como eco das referências de um contexto experimentado no trabalho e que nos captura e reforça um Estado neoliberal, com o qual estabelecemos relações de enfrentamento das desigualdades

produzidas por este mesmo Estado. Trata-se das problemáticas *evangelização, universitarização e empresarização* do trabalho social. Problemáticas não no sentido de conflito a ser evitado ou prontamente resolvido, mas como algo resultante de múltiplas relações que constituem uma experiência. Elas se interligam, mas consideramos que cada uma delas necessita de um estudo mais sistematizado. E isto para nós significa que o problema desta pesquisa está sendo recolocado.

E um outro movimento que abre ainda mais este espectro é a permanência da problematização do trabalho social, num exercício de ampliar as análises sobre o mesmo, tentando desvencilharmo-nos da identificação e cristalização das ideias sobre este trabalho, junto com outros psicólogos e psicólogas sociais. No sentido de revermos nosso ponto de vista, de apreender perspectivas novas em relação ao trabalho social e de outros questionamentos que apareceram no percurso da pesquisa. Essa problematização não pára aqui.

Em campo, conversando com colegas e compartilhando nossas inquietações, percebemos entre as experiências relatadas pelos psicólogos entrevistados na pesquisa, posicionamentos que consideramos fazer parte de uma produção de resistência. Resistência não como oposição entre partes ou não ceder, mas enquanto invenção e “(...) reinvenção de práticas a partir de uma realidade que mobiliza em cada trabalhador social um universo de incertezas” (Zanella e Furtado, 2012, p. 207). Pensamos então nestes posicionamentos como mais um movimento de recolocação do problema.

O que nos dizem estes posicionamentos percebidos nas entrevistas? Como o vemos? Pois bem, consideramos que estes posicionamentos são práticas que se forjam no trabalho social, resultante de múltiplas relações que tecem uma experiência. E a experiência compartilhada através deste espaço dialógico que foram as entrevistas, nos fala das seguintes proposições de análise do trabalho social para continuarmos problematizando-o: *correr riscos; parar e provocar uma resposta* em meio à lógica empresarial e; *descolonizar o pensamento*. Uma vez que o neoliberalismo toma como estratégias o sistemático assujeitamento da experiência subjetiva e a precarização dos modos de existência. Estratégias estas codificadas na figura empresa de si que solidifica seus avanços e, portanto, sua perpetuação.

Descolonizar o pensamento nos remete à discussão sobre a escravidão que ainda é pensada como superada, uma vez que ocorreu a abolição. Mas trata-se de uma herança histórica

que constitui a nossa sociedade, que se reproduz, se molda às novas exigências de nosso tempo. E a discussão vivenciada em campo no CRP-03, na UFRGS, no Fórum Social Mundial e nas entrevistas sobre negritude, branquitude e lugar de fala, coloca em questão essa atitude, de grande parte dos intelectuais, de deixar de fora das suas análises a dívida que o Estado brasileiro tem com povos não brancos. Isto nos fez rever a história da Psicologia Social, buscando vestígios de como a questão das relações raciais aparece neste exercício de análise de implicação.

Isto ficou evidente nos momentos em que nos percebemos reproduzindo em pensamento e em palavras algo próprio da racionalidade moderna e colonizadora: a dicotomização. Descolonizar nos parece um exercício intimamente ligado à análise de implicação, ou, implicação-transdução, o que teria efeitos diversos em nossas práticas no campo da Psicologia Social. E isso nos leva a considerar que descolonizar o pensamento, além de recolocar as contribuições de outras matrizes de conhecimento não brancas e ocidentais nas nossas práticas e discursos, é também reparar estes movimentos do pensamento que nos dizem de um processo de colonização cuja herança marca nossa subjetividade. E isto é um exercício para a vida toda.

Portanto, a análise de implicação é um processo de problematização que devolve o caráter complexo dos acontecimentos, devolve a multiplicidade de acontecimentos num único acontecimento. Problematizar não é um mero exercício retórico. Há uma exigência nesse exercício que é a abertura para ser outro enquanto se pensa e pensa o próprio percurso da pesquisa, da análise de implicação. Exige a disponibilidade para fazer quebras nos modos de pensar, trabalhar, relacionar-se e produzir uma análise daquilo que nos colocou na rota do pensamento e aqui é o trabalho social. É um exercício de pensamento que dura.

A problematização dobra o papel, a letra escrita, se dobra em mudanças na vida, em outro eu que não é isolado, mas conectado a tantos outros coletivos. Não sabemos aonde o problema irá nos levar. E a cada deslocamento que a pergunta nos implica, nos deparamos com plataformas de práticas por destrinchar. A sensação é de que o mundo sai do lugar, uma espécie de transe. A gente nunca sabe aonde o problema irá nos levar, isto nada tem a ver com falta de rigor. Rigoroso mesmo é deixar-se afetar pela pergunta que se dobra em outras e se desdobra. Nesse sentido, a análise de implicação faz-se problematização. Ao colocar-se uma pergunta, esta muda quem a coloca, muda a própria pergunta e o campo em que ela emerge.

O problematizar já nos colocou nesse movimento constante e também de criação, posto que também nos implicamos com aquilo que foi feito de nós. Problematizar é revolver a história, a nossa história, com perguntas que não se encerram numa pesquisa.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Miriam Cristiane; SEMINOTTI, Nedio; JESUS, Jayro Pereira de. Produção de saúde em uma comunidade tradicional de terreiro de matriz africana: o sujeito bio-mítico-social. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, [S.l.], v. 9, n. 23, p. 194-222, nov. 2017. ISSN 2177-2770. Disponível em: <<http://abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/264>>.
- ALVES, Míriam Cristiane; JESUS, Jayro Pereira de; SCHOLZ, Danielle. Paradigma da afrocentricidade e uma nova concepção de humanidade em saúde coletiva: reflexões sobre a relação entre saúde mental e racismo. *Saúde debate*, Rio de Janeiro, v. 39, n. 106, p. 869-880, Sept. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042015000300869&lng=en&nrm=iso>.
- AMARANTE, Ana Helena. As coisas não têm paz: sobre trabalho e acontecimento. In: AMADOR, F. S.; BARROS, M. E. B.; FONSECA, T. M. G. *Clínicas do trabalho e paradigma estético*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.
- ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. *Revistas Estudos Feministas*, ano 8, 2000.
- BARROS, Laura P.; KASTRUP, Virgínia. Cartografar é acompanhar processos. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana (Orgs.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2015.
- BERNARDES, Anita Guazzelli. Trabalhar conceitos como um exercício de transgressão: acontecimento e acontecimentalizar. *Revista Polis e Psique*, v. 4, n. 2, p. 143-154.
- BERNARDES, Jefferson Souza. História. In: STREY, M. N. (et al.). *Psicologia Social contemporânea: livro-texto*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- COIMBRA, C.; NASCIMENTO, M. L. *Sobreimplicação: práticas de esvaziamento político?* Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2004. Disponível em: http://www.slab.uff.br/exibetexto2.php?link=%2Ftextos%2Ftexto22.htm&codtexto=22&cod=22&tp=t&nome_autor=>.
- COIMBRA, Cecília. *Guardiões da ordem: uma viagem pelas práticas psi no Brasil do "Milagre"*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1995.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016. (Estado de sítio)
- DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DELLA CAVA, Ralph. *A igreja nas bases em tempo de transição*. Porto Alegre: L&PM:CEDEC, 1986.
- FOUCAULT, M.; DELEUZE, G. Os intelectuais e o poder. In: *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1996.

GUATTARI, Félix. *Revolução molecular: pulsações políticas do desejo*. São Paulo: editora brasiliense, 1987.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Sueli. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1986.

HESS, Remi. O movimento da obra de René Lourau (1933-2000). In: ALTOÉ, Silvia (Org.). *René Lourau: analista institucional em tempo integral*. São Paulo: HUCITEC, 2004.

JACO-VILELA, Ana Maria; FERREIRA, Arthur Arruda Leal; PORTUGAL, Francisco Teixeira (Orgs.). *História da Psicologia - Rumos e Percursos - 3ª Ed.* 2013 - Col. Ensino da Psicologia.

JAPIASSU, HILTON. *Ciências: questões impertinentes*. Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2011. (Coleção Filosofia e História da Ciência).

LOURAU, René. *A análise institucional*. Mariano Ferreira (trad.). 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

_____. Implicação e sobreimplicação. In: ALTOÉ, Silvia (Org.). *René Lourau: analista institucional em tempo integral*. São Paulo: HUCITEC, 2004.

_____. Implicação-transdução. In: ALTOÉ, Silvia (Org.). *René Lourau: analista institucional em tempo integral*. São Paulo: HUCITEC, 2004.

_____. Implicação: um novo paradigma estético? In: ALTOÉ, Silvia (Org.). *René Lourau: analista institucional em tempo integral*. São Paulo: HUCITEC, 2004.

_____. Uma técnica de análise de implicação: B. Malinowski, Diário de etnógrafo (1914-1918). In: ALTOÉ, Silvia (Org.). *René Lourau: analista institucional em tempo integral*. São Paulo: HUCITEC, 2004.

_____. *Análise Institucional e práticas de pesquisa*. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1993.

MARASCHIN, C.; DIEHL, R. Transduzir. In: FONSECA, T. M. G.; NASCIMENTO, M. L.; MARASCHIN, C. (Orgs.). *Pesquisar na diferença: um abecedário*. Porto Alegre: Sulina, 2012.

MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. 2. ed. Lisboa: Antígona, 2017.

NASCIMENTO, M. L.; COIMBRA, C. M. B. Análise de implicações: desafiando nossas práticas de saber/poder. In: Geisler, A. R.; Abrahão, A. L.; Coimbra, C. M. B. (Org.). *Subjetividade, violência e direitos humanos: produzindo novos dispositivos na formação em saúde*. Niterói, RJ: EDUFF, 2008. p. 143-153.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira. Trabalhadores negros e o “paradigma da ausência”: contribuições à História Social do Trabalho no Brasil. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 29, no 59, p. 607-626, setembro-dezembro 2016.

PARÉ, Simone. *Grupo e serviço social*. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1961.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; TEDESCO, Silvia (Orgs.). *Pistas do método da cartografia: a experiência da pesquisa e o plano comum*. Porto Alegre: Sulina, 2016.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana (Orgs.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2015.

PRADO FILHO, Kleber. Desnaturalizar. In: FONSECA, T. M. G.; NASCIMENTO, M. L.; MARASCHIN, C. (Orgs.). *Pesquisar na diferença: um abecedário*. Porto Alegre: Sulina, 2012.

REIS, Carolina; GUARESCHI, Neuza M. F.; HÜNING, Simone M.; AZAMBUJA, Marcos A. A produção do conhecimento sobre risco e vulnerabilidade social como sustentação das práticas em políticas públicas. *Estudos de Psicologia*. Campinas. 31(4). 583-593. Outubro-dezembro 2014.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento; Justificando, 2017. (Feminismos Plurais).

ROLNIK, Suely. *Pensamento, corpo e dever: uma perspectiva ético/estético/política no trabalho acadêmico*. Cadernos de Subjetividade. São Paulo, v.1 n.2, 1993.

ROSE, Nikolas. Psicologia como uma ciência social. *Psicologia & Sociedade*; 20 (2): 155-164, 2008.

SILVA, Rosane Neves. *A invenção da psicologia social*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

SINGER, Paul. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SPINK, Peter Kevin. O pesquisador conversador no cotidiano. *Psicol. Soc.* [online]. 2008, vol.20, n.spe, pp. 70-77.

TEDESCO, Silvia H.; SADE, Christian; CALIMAN, Luciana V. A entrevista cartográfica: a experiência do dizer. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; TEDESCO, Silvia (Orgs.). *Pistas do método da cartografia: a experiência da pesquisa e o plano comum*. Porto Alegre: Sulina, 2016.

YAMAMOTO, Oswaldo H.; OLIVEIRA, Isabel Fernandes. Política Social e Psicologia: uma trajetória de 25 anos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. 2010. Vol. 26 n. especial, p. 9-24.

ZAMBENEDETTI, Gustavo; SILVA, Rosane N. Cartografia e genealogia: aproximações possíveis para a pesquisa em psicologia social. *Psicologia & Sociedade*; 23 (3): 454-463 2011.

ZANELLA, Andréa V.; FURTADO, Janaína R. Resistir. In: FONSECA, T. M. G.; NASCIMENTO, M. L.; MARASCHIN, C. (Orgs.). *Pesquisar na diferença: um abecedário*. Porto Alegre: Sulina, 2012.

OUTRAS REFERÊNCIAS

A ERA VARGAS - História do Brasil por Boris Fausto. Produção TV Escola. Brasil: Ministério da Educação, 2002. (27 min.).

BRASÍLIA - Contradições de Uma Cidade Nova. Diretor: Joaquim Pedro de Andrade. Brasil, 1967. (23 min.).

EM BUSCA DE IARA. Produção de Mariana Pamplona e Flávio Frederico. Brasil, 2013. (91 min.).

HISTÓRIA DA PSICOLOGIA E AS RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS. Produção de Marcos Frutig. São Paulo: Conselho Regional de Psicologia (CRP-06), 2016. (48 min.).

JK - Um cometa no céu do Brasil. Produção de Maria Maia. Distrito Federal: Documentário, 2001. (80min).

MARIGHELLA. Produção de Isa Grinspum Ferraz. Brasil: Tc Filmes Texto & Imagem, 2012. (1h40min).

O DIA QUE DUROU 21 ANOS. Produção de Camilo Galli Tavares. Brasil: Pequi Filmes, 2012. (77